



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Natália Bernardes Palazzo Buiatti

***“O que vale nesta vida é o repente” – Trajetórias de vida e acontecimentos
criminais***

UBERLÂNDIA

2015

Programa de Pós-graduação em Psicologia – Mestrado
Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama – 38.408-144 – Uberlândia – MG
+55 – 34 – 3225 8516 ou +55 – 34 – 3225 8512 pgpsi@fapsi.ufu.br <http://www.pgpsi.ufu.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Natália Bernardes Palazzo Buiatti

***“O que vale nesta vida é o repente” – Trajetórias de vida e acontecimentos
criminais***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Caio César Souza Camargo
Próchno

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B932q
2015 Buiatti, Natália Bernardes Palazzo, 1977-
 “O que vale nesta vida é o repente” – Trajetórias de vida e
 acontecimentos criminais / Natália Bernardes Palazzo Buiatti. - 2015.
 110 f.

 Orientador: Caio César Souza Camargo Próchno.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Inclui bibliografia.

 1. Psicologia - Teses. 2. Psicologia forense - Teses. 3. Psicologia
 criminal - Teses. I. Próchno, Caio César Souza Camargo. II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Natália Bernardes Palazzo Buiatti

***“O que vale nesta vida é o repente” – Trajetórias de vida e acontecimentos
criminais***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Caio César Souza Camargo Próchno

Banca Examinadora

Uberlândia, 05 de fevereiro 2015

Prof. Dr. Caio Cesar Souza Camargo Próchno

Orientador - Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Cristina Mair Barros Rauter

Examinadora - Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, RJ

Prof. Dra. Joyce Marli Gonçalves Pereira

Examinadora - Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide

Examinadora Suplente - Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. João Luíz Leitão Paravidini

Examinador Suplente - Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



1 ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO JUNTO AO PROGRAMA DE PÓS-
2 GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL
3 DE UBERLÂNDIA.

4 Programa de Pós-graduação em Psicologia – PGPSI

5 Defesa de: Dissertação de Mestrado Acadêmico - nº 0220/2015/PGPSI

6 Data: 05/02/2015 Hora de início: 14h

7 Discente: Matrícula nº: 11212PSI018 Nome: Natália Bernardes Palazzo Buiatti

8 Título do Trabalho: “O que vale nessa vida é o repente” – trajetórias de vida e acontecimentos criminais

9 Área de Concentração: Psicologia Aplicada

10 Linha de Pesquisa: Psicanálise e Cultura

11 Projeto de Pesquisa de Vinculação: Análise Institucional do Corpo

12 Reuniu-se na sala 2C46, do Campus Umuarama, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora,
13 designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, assim composta: Professores
14 Doutores: Caio César Souza Camargo Próchno (UFU) orientador(a) do(a) candidato(a).; Joyce Marly Gonçalves
15 Freire (UFU) e Cristina Mair Barros Rauter (UFF) membro externo à UFU.

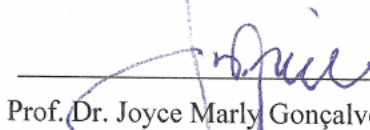
16 Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa Dr. Caio César Souza Camargo Próchno apresentou a Comissão
17 Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao(à) Discente a palavra para a
18 exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do(a) Discente e o tempo de arguição e resposta foram
19 conforme as normas do Programa.

20 A seguir o (a) senhor (a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as),
21 que passaram a arguir o(a) candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a
22 Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais.


23 Em face do resultado obtido, a Banca considerou o(a) candidato(a) A **PROVADO(A)**.

24 Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de
25 **Mestre**. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do
26 Programa, legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

27 Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às 17 horas e 30 minutos. Foi lavrada a presente
28 ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.


Prof. Dr. Joyce Marly Gonçalves Freire (UFU)


Profa. Dra. Cristina Mair Barros Rauter (UFF)


Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno (UFU)
Orientador

Em um trabalho que contorna acontecimentos eu dedico cada letra deste estudo aos protagonistas dos principais acontecimentos da minha vida: Gustavo, Gabriela, Ana Laura e Helena.

AGRADECIMENTOS

Os que estiveram mais próximos de mim, tanto na presença física, quanto na motivação e inspiração foram meu marido e minhas filhas. Gustavo, grande companheiro e grande amor da minha vida. Gabriela, Ana Laura e Helena, inspiradoras, questionadoras, crianças atenciosas e sensíveis ao cuidado. Agradeço a vocês pelo apoio, compreensão e autonomia, lembrando que Helena tinha 15 dias no dia em que me matriculei no Programa de Mestrado.

Agradeço igualmente à Elcione, cara Nonô, e Juliana, sua filha, pela atenção e carinho materno com que esteve junto às minhas filhas enquanto eu estudava, viajava, entrevistava, escrevia ou simplesmente, voava em meus pensamentos.

Algumas pessoas e histórias foram fundamentalmente inspiradoras para que eu me aventurasse no campo da justiça, da injustiça, do crime e dos afetos:

Agradeço ao tio Joaquim (*in memoriam*), ao Tiago, à Germaninha, à tia Silvânia e à toda família Oliveira (ou "família Totonha"), especialmente à minha mãe, Lúcia, por ter vivido comigo, tão cedo na vida e tão tarde da noite, o impacto e as rupturas de um acontecimento criminal, sem, contudo deixar de acreditar incondicionalmente na bondade humana. Família de professoras e de grande amor aos estudos e às pessoas.

Agradeço ao meu pai, modelo de justiça, que me apresentou ao mundo da Ordem, até o ponto em que ela se mistura com a efemeridade da leis (me lembro vivamente da quantidade de livros vermelhos que você me explicou serem "jurisprudências", ao que eu entendi que tudo era passível de novos julgamentos, novas interpretações, novas significações). Agradeço por ter me proporcionado te acompanhar tão de perto e testemunhar o quanto de afeto há por traz de uma instituição.

Às minhas irmãs, Nádía e Lud, co-herdeiras destas histórias e parceiras de tantas outras. Vocês sempre me inspiram. Obrigada por tornarem nossa família cada vez mais linda e diversificada. Obrigada pelas profundas discussões, paixão e grandes ensinamentos em Direitos Humanos, pelos quais, somos todas militantes!

Parceiros de trabalho da Política de Prevenção à Criminalidade e do Instituto Elo obrigada por sustentar ações à céu-aberto, por ter me apoiado e me ensinado muito sobre gestão e sobre Segurança Pública. Thalles, Andreza, Rafaela, Michele, aos demais coordenadores dos Programas, colegas gestores, Arine, Juliana, Amauri e demais companheiros, supervisores metodológicos e colegas do RH.

Colegas mais próximos do Centro de Prevenção à Criminalidade, obrigada pelo caminhar em conjunto enquanto estive cotidianamente com vocês e pelo apoio à pesquisa quando estive mais distante. Obrigada por me apresentarem tantas histórias. Carol, Dani, Natália, Maria Carolina, Maria Amélia, Luciana, Rogério, Daniel, Nathália, Jacqueline, Nilsânia, Soninha, Ademarci, Ivani, D. Cida, Ademir, Jefferson, Raquel, demais colegas estagiários, oficineiros, demais colegas do CPC Canaã que chegaram quase na minha saída.

Parceiros da rede, especialmente aos responsáveis pelo GEPAR da 158a. Cia da Polícia Militar, aos Promotores da Cidadania do Ministério Público, juízes da Vara de Execução Penal e Defensores Públicos Criminais da comarca de Uberlândia: em lugares e práticas ainda tão distantes, compartilhamos mais afinidades que divergências no que diz respeito à sensibilidade.

Às grandes amigas, comadres, irmãs de coração, Alcinete, Luciana, Lourdes, Natália Galdiano, Juliana Faquin, vocês me apoiaram, me acompanharam, me substituíram e me incentivaram a continuar. Muito Obrigada.

Ao grande Professor Caio, pelo acolhimento afetuoso e acompanhamento cuidadoso, pelo respeito às minhas ideias e escolhas, pelas sugestões e reposicionamentos, pela orientação, apoio e companhia. Estendo os meus agradecimentos a todos os demais professores do PGPSI e à doce e competente Marineide.

Aos professores Ana Paula e Helvécio pela participação orientadora na Qualificação deste trabalho.

À Maria Lúcia pelo afeto, análise e espaço para que eu pudesse pensar e reexperienciar meus próprios acontecimentos e história durante esta escrita.

Aos quatro entrevistados que eu chamei pelo nome real em verdadeiros encontros, obrigada pela grande bondade com que vocês me contaram de uma forma única suas histórias. Elas dariam, sem dúvidas, quatro livros que eu gostaria muito de ler e que merecem ser contadas para qualquer estudioso da área humana e social.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEAPA – Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas

CPC – Centro de Prevenção à Criminalidade

CPEC – Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade

Fica Vivo! – Programa de Controle de Homicídio de Jovens Fica Vivo

JESC – Juizado Especial Criminal

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PMC – Programa Mediação de Conflitos

PrEsp¹ – Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional

SEDS – Secretaria Estadual de Defesa Social

SPEC – Superintendência de Prevenção à Criminalidade

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

VEC – Vara de Execução Penal

¹ Esta forma de escrever o nome do Programa, com a letra “E” em maiúsculo e no centro do nome, é a marca do mesmo, representa o cuidado centralizado no “Egresso”. Enquanto marca, preferiu-se utilizar a escrita do nome do Programa neste formato.

² Dados do Conselho Nacional de Justiça, podem ser encontrados no documento:
Conselho Nacional de Justiça – Corregedoria. (2012). *Relatório de Inspeção Preventiva – Poder Judiciário do*

RESUMO

Buiatti, N. B. P. (2015). *“O que vale nesta vida é o repente” – Trajetórias de vida e acontecimentos criminais*. 91f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

A preocupação com a segurança pública é aspecto definidor de modo de vida e de relações sociais. É possível perceber estratégias de evitar invasões, apropriações materiais ou a violência física na própria estruturação das cidades e na forma com que as pessoas se relacionam desde as cidades muradas medievais até os condomínios fechados contemporâneos. Há, no mínimo, duas perspectivas a serem consideradas diante de um acontecimento criminal, uma relacionada ao envolvimento e reação das pessoas diretamente envolvidas e outra que diz respeito ao tratamento social deste acontecimento e que passa por instituições, ambas refletem e revelam relações de poder. Este estudo parte do pressuposto que a reação ao acontecimento é fato marcante e que traz elementos reveladores de outras vivências passadas e também para projeções de vivências futuras seja no aspecto individual, seja em relação aos elementos históricos e coletivos. Considera, a partir da narração autobiográfica de pessoas envolvidas em situações criminais, o que há de coletivo e histórico nestas vivências. O crime, neste estudo, é considerado a partir de sua inscrição institucional, no entanto, traz elementos reveladores de uma história coletiva. Quatro pessoas, usuárias dos Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia, foram convidadas a narrar suas histórias de vida, a falar sobre o crime pelo qual respondem pena e sobre o tratamento institucional ao mesmo. O método de História Oral de Vida foi a base das entrevistas. Autores em Psicocriminologia e em Psicologia Crítica foram os principais apoios teóricos escolhidos para análise das entrevistas e reflexões acerca do crime, subjetividade, interdisciplinariedade e do papel do psicólogo nas instituições de Direito e Segurança Pública. A partir da análise, percebe-se que há um caminho aberto de ressignificação de alguns conceitos e posições profissionais em criminologia, que o psicólogo, neste campo, deve assumir o papel político no qual está inserido e ainda, conclui-se que as intervenções em segurança pública se apoiam em fatos que nem sempre são os acontecimentos mais significativos para o sujeito, e que concentram a quase totalidade de suas ações em intervenções individuais, insuficientes para lidar com as questões criminais, que são muito mais complexas e envolvem variáveis históricas e coletivas que vão muito além dos sujeitos envolvidos.

Palavras Chave: Psicologia e Direito, Psicocriminologia, Acontecimentos Criminais.

RÉSUMÉ

Buiatti. N. B. P. (2015). *“Ce qui importe dans la vie c’est ce qui la bouleverse” - Les trajectoires de vie et les événements criminelles*. 91p. Thèse (Master). Institut de Psychologie de l’Université Fédéral de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

La préoccupation liée à la Sécurité Publique est un thème qu’influence la propre définition et l’utilisation des espaces publics et des relations sociales. Il est remarquable qu’il y ai des stratégies pour éviter des possibles invasions, des vols et des actes violents depuis la propre architecture des villes médiévales jusqu’aux "co-propriétés surveillées" dans les villes contemporaines.

Il y a, au moins, deux points de vue à prendre en considération par rapport à chaque événement criminel, un liée à l'implication et la réaction des personnes directement concernées et un autre à l'égard du traitement social de cet événement. La relation entre ces deux aspects reflètent et révèlent des relations de pouvoir.

Cette étude suppose que la réaction à l’événement est un fait remarquable au présent et apporte des éléments révélateurs d’autres expériences vécues et, encore, apporte des changements sur des projections de vie future soit en tant que aspect individuel, soit en considération aux éléments historiques et collectives concernés. Estime à partir des récits autobiographiques de personnes impliquées dans des situations criminelles les éléments historiques et collectifs qui se présentent dans ces genres d'expériences.

Le crime dans cette étude est considérée à partir de son institutionnallisation et il apporte des éléments révélateurs d’une histoire collective. En tant que participants de la recherche, quatre personnes, suivis par le Centre de Prévention de la Criminalité de Uberlândia, ont été invités à témoigner leurs histoires de vie, parler sur le crime dont ils sont en train d’accomplir une peine et sur le traitement institutionnel engagés/imposés envers eux.

Les entretiens étaient sousténues par la méthode de la narration de l’Histoire Orale de Vie. Ces entretiens et l’analyse du discours des participants ont été appuyé par des auteurs dans Psychocriminologie et d’une Psychologie Critique menant sur des réflexions sur le crime, la subjectivité, l’interdisciplinarité et le rôle du psychologue dans les institutions de Droit et de Sécurité Publique.

Des ces analyses, on constate qu’il y a un chemin ouvert qui demande une redéfinition des concepts et des prises de positions professionnels en criminologie. Parmi eux, le psychologue

dans ce domaine devrait assumer le rôle politique où il est engagé. Les témoignages conduisent également à des conclusions sur les interventions dans le champ de la Sécurité Publique: soit qu'elles se appuient sur des faits qui ne sont pas toujours les événements les plus importants pour le sujet, soit qu'elles concentrent presque la totalité de leurs actions dans les interventions individuelles, insuffisante elles-mêmes pour traiter des questions criminelles, qui sont beaucoup plus complexes et qui révèlent des variables historiques et collective qui vont bien au-delà des individus impliqués.

Mots-clés: Psychocriminologie, Psychologie et Droit, Événements Criminelles

ABSTRACT

Buiatti, N. B. P. (2015). *“What is worth in this life is the unexpected” – Life trajectories and criminal events*. 91p. Dissertation (Master Degree). Psychology Institute of Federal University of Uberlândia, Uberlândia, Brazil, 2015.

The concern with public safety somehow defines the way of life and also the social relationships. From medieval walled cities to contemporary gated communities, it is possible to observe different strategies to prevent invasions, goods appropriations or even physical violence. There also is a complete normative setting, which responds to a historical and social time, in order to define what a crime is. In face of an event characterized as criminal there is, at least, two perspectives to be considered, one related to the involvement and reaction of the people directly involved and another one concerning the socio-institutional treatment of such event, both reflecting and revealing power relations. This study assumes that the reaction to the event is a remarkable fact and it brings revealing elements of other past events and for future projections experience both in the individual aspect or in relation to historical and collective elements. It considers, from the autobiographical testimony of people involved in criminal situations, what is collective and what is historical on such experiences. The crime in this study is considered from its institutional judgement and it brings revealing elements of a collective history. Four different people, frequent users of the several Crime Prevention Centers of Uberlândia, were asked to speak about their life histories, to talk about the crime for which they are being penalized and to talk on the institutional treatment related to the same one. The Oral Life History method was the basis for the interviews. Specialized authors on Psycho-criminology and on Critical Psychology were the main theoretical support chosen for the interviews analysis and reflections around the crime, subjectivity, interdisciplinarity and also the role of the psychologist in Law and Public Safety institutions. From such analysis, it is observed that there is a wide path redefinition of some concepts and professional positions regarding the various elements of a crime. Among the professionals, the psychologist, in such field, must assume the political role where he is inserted. It is concluded that interventions in public safety rely on facts, which are not always the most significant events for the involved individuals, and that concentrates almost all of their actions in individual interventions, insufficient to deal with the criminal matters, which are much more

complex and involve historical and collective variables that go far beyond to the individuals directly involved on it.

Keywords: Psychology and Law, Psycho-criminology, Criminal Events.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
Cap. 1: Os Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia – Encontros e Desencontros em Segurança Pública e os limites da governabilidade sobre acontecimentos criminais	22
Cap. 2: Da Criminologia e Psicologia à Psicocriminologia, um caminho de saber, poder e de posicionamentos.....	37
Cap. 3: História de Vida e Acontecimentos Criminais.....	50
Cap. 4: Entrevistas – Preparando a escuta.....	58
4.1. Encontros com o CEAPA	58
4.2 Encontros com o PrEsp.....	65
Cap. 5: Análise das Entrevistas	71
5.1. Cidade.....	71
5.2. Família	81
5.3. Violência, Vulnerabilidade, Vitimologia.....	86
5.4. Crime e Acontecimentos Criminais.....	90
Cap. 6: Conclusão	96
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	103
Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	104
Anexo 2 – Declaração da Instituição Co-Participante.....	106
Anexo 3 – Parecer Consubstanciado CEP	107

INTRODUÇÃO

Existe uma ética da compreensão que nos convida, antes de mais nada, a compreender a incompreensão, que tem numerosas origens: o erro, a indiferença ao próximo, a incompreensão entre cultura, a possessão por deuses, por mitos, por ideias, o egocentrismo, a abstração, a cegueira, o medo de compreender. Uma palavra sobre essa última incompreensão: compreender não é justificar, compreender o assassino não significa tolerar o assassinato que ele cometeu.

A compreensão complexa comporta uma terrível dificuldade. Ao levar em conta as bifurcações, as engrenagens que levam ao pior ou ao melhor, e não raro a ambos, ela enfrenta constantemente o paradoxo da responsabilidade/irresponsabilidade humana.

(Morin. E., Viveret, P. (2013). Como viver em tempo de crise? Entender o mundo que nos espera.)

Entre 2012 e 2014 participei da gestão social dos Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia, equipamentos que fazem parte da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais e que, através de seus Programas, Projetos e Ações visam encontrar e acompanhar pessoas a partir da sua vulnerabilidade ou de seu histórico de envolvimento em um acontecimento criminal.

Cerca de duas mil pessoas por mês são atendidas ou acompanhadas de diferentes maneiras nestes Centros em Uberlândia.

Neste mesmo período, a Vara de Execução Penal (responsável pelos processos de execução criminal) desta cidade contava com quase 7000 processos abertos. Os processos criminais ainda em julgamentos são distribuídos por quatro outras Varas Criminais (cada uma com mais de 4000 processos abertos) e a Vara de Crime Contra a Pessoa com mais de 2700 processos abertos nesta comarca e sem contar ainda os milhares de processos em andamento nas quatro varas do Juizado Especial Criminal de Uberlândia, que julga os crimes de menor potencial ofensivo.²

² Dados do Conselho Nacional de Justiça, podem ser encontrados no documento: Conselho Nacional de Justiça – Corregedoria. (2012). *Relatório de Inspeção Preventiva – Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais*. Brasília: Author. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/41600574/cnj-19-10-2012-pg-67>.

Isto significa que mais de 25 mil acontecimentos, considerados fatos criminais, estão atualmente em julgamento e execução penal na cidade.

O tratamento jurídico destes acontecimentos é apenas uma das formas de lidar socialmente com os mesmos.

Enquanto ato jurídico, o percurso institucional do sujeito envolvido em situações criminais é elemento de consideração relevante.

Já o percurso de vida do sujeito é, obviamente, outro, muito mais amplo e diversificado do que o que pode ser apreendido nas instituições. Apreensão que é ainda mais difícil diante da fragmentação existente entre estas diversas instituições.

As instituições de justiça e de defesa social são responsáveis por inscrever o sujeito em um processo que julga um fato criminal. Mas como este fato é inscrito na vida do Sujeito? Qual o entrelaçamento que os sujeitos fazem entre o acontecimento, as diferentes intervenções institucionais e a sua história de vida? E o que este entrelaçamento revela sobre o modo de vida coletivo e histórico no qual ele ocorre?

Inúmeras outras formas de relações sociais, além das institucionais, permeiam estes acontecimentos e envolvem, potencialmente, impactos no tecido social, histórico e individual.

Os mesmos são potencialmente impactantes quando por exemplo envolvem violência, os chamados crimes violentos (homicídios, sequestros, latrocínios, entre outros), ou ainda quando envolvem uma rede multi-institucional de responsabilidades, como, por exemplo, os crimes relacionados ao uso de drogas ou de tráfico. Há também comum relevância aqueles que chamam a atenção por lesarem toda uma coletividade como, por exemplo, a corrupção ou casos de genocídio; ou ainda, aqueles que geram um forte impacto nas tradições e costumes morais, como a pedofilia ou os crimes em famílias.

Para se pensar, em uma dimensão global, um dos mais temidos impactos relacionados à segurança, ou seja, a letalidade, mostra o quanto estamos distantes de conseguir a “proteção

à vida” através da promoção de políticas e ações em Segurança Pública. No último anuário de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum de Segurança Pública e publicado em novembro de 2014, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014), se levanta que: “em torno de meio milhão de pessoas são assassinadas por ano no mundo”. Este dado é explicado principalmente pelos conflitos armados e estratégias bélicas. Em relação à criminalidade no Brasil, em 2012 foram mais de 50 mil crimes violentos letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte)³, mais de cento e nove mil registros de ocorrências relacionadas a uso ou porte de drogas (das quais 22789 em Minas Gerais), mais de cento e vinte e três mil registros por tráfico (dos quais 24272 em Minas Gerais) e ainda, neste anuário, apresenta-se uma discussão quantitativa importante sobre os gastos em segurança pública. Os dados levantados pelo Fórum de Segurança Pública, revelam um gasto superior a sessenta e um bilhões de reais em segurança pública no Brasil em 2012, o qual os autores analisam com o constato: “quando muito é pouco!”, o que mostra que o impacto destes gastos não significam necessariamente uma conquista na qualidade de vida da população, nem na redução dos crimes.

Cada um destes acontecimentos, além dos impactos no tecido social e na estruturação da vida de cada envolvido, tece uma rede complexa de relações sociais e também abre caminhos para relações interinstitucionais múltiplas que compõe o cenário de Segurança Pública no Brasil.

Os Centros de Prevenção à Criminalidade são um dos contextos de passagem, de escuta e de possível trabalho individual sobre as vivências relacionadas a um crime. A fala que chega a este lugar traz elementos que são, ao mesmo tempo, de uma história individual e coletiva. O atendimento destas pessoas nesta instituição, como será explicado no primeiro

³ Esta estatística diz respeito ao número de fatos registrados e não ao número total de vítimas.

capítulo, normalmente faz parte de uma condicionalidade integrante de sua pena (ou medida alternativa, como será explicitado mais adiante).

Este estudo visa ouvir pessoas que foram atendidas nos Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia a partir de um acontecimento criminal julgado e em execução.

Buscar-se-á analisar como o acontecimento criminal que culminou na pena/medida à qual o sujeito se encontra envolvido se relaciona com a história de vida do mesmo e o que, a partir desta análise, pode-se apreender de uma história coletiva e compartilhada. Será proposto para os entrevistados contarem a sua própria história. A análise de suas histórias buscará identificar os acontecimentos mais significativos nas suas trajetórias de vida, buscando os elementos comuns, como reveladores de uma história coletiva.

Ficará claro, a partir da apresentação dos suportes teóricos, que este objetivo não faz parte de uma estratégia de compreensão das causas do crime, mas se volta para uma escuta do que o crime pode dizer sobre as diferentes trajetórias de vida, dos percursos institucionais e das relações humanas que se constituem ao longo destas histórias. Além disso, valoriza a história individual recontada por seus autores como elementos importantes na compreensão das relações humanas, sociais e históricas.

A noção de acontecimento utilizada neste estudo é proposta pelo psicanalista Luís Cláudio Figueiredo (1994) a partir de uma releitura de Heidegger e por autores da Psicocriminologia, corrente francesa do ICSH/Université Rennes 2 (Institut de Criminologie et Sciences Humaines)⁴ representada sobretudo, neste estudo, pelos Professores e psicocriminólogos Loick Villerbu (Villerbu, 2003 e Villerbu, 2008) e Astrid Ambrosi Hirschelman (*in* Villerbu, 2003 e Hirschelman, 2012).

⁴ O Instituto de Criminologia e Ciências Humanas, criado em 2002, é uma estrutura de coordenação e de pesquisa em Criminologia ligada às Faculdades de Ciências Humanas da Universidade de Rennes 2. Ele se apoia a uma rede de pesquisadores que concentram seus estudos em criminologia, justiça e ciências humanas. O site institucional do grupo é: <http://www.sites.univ-rennes2.fr/icsh/>

Esta noção se vale da questão temporal de acontecimento como marca entre um passado e uma possibilidade de futuro. Um acontecimento, nesta concepção, carrega potencialmente alguns impactos que podem ser transformadores e motivarem ressignificações.

A fala dos sujeitos será abordada nas entrevistas enquanto “retratos orais do cotidiano”, seguindo a proposta do Método de História Oral de Vida, proposto por Ecléa Bosi (2003).

Quatro pessoas foram escutadas e a base de análise de suas histórias e de seus relatos sobre o acontecimento criminal que as envolve é, além da Psicocriminologia, uma vertente de pensamento crítico sobre a Interdisciplinariedade e sobre a Psicologia diante dos fenômenos de Violência e de Segurança Pública, trazidas por Rauter (n.d.a, n.d.b, 2003, 2011a, 2011b) e por Minayo (Minayo 1999, Rozemberg, 2001). Outros autores como Milton Santos (2000) e Roudinesco (2003) serão também considerados na análise de temas específicos, como território e família.

Esta corrente foi escolhida por considerar os aspectos subjetivos envolvidos nas situações criminais sem contudo reduzir a análise a uma correlação simplista de causas, fatores motivacionais e constitutivos que contribuiriam para uma leitura “subjetivista” deste tema, o que reforçaria discursos no sentido de uma psicopatologização destes fenômenos.

Esta corrente assume e aceita a complexidade envolvida nos acontecimentos criminais e demais objetos de estudo da criminologia e, neste sentido, não visa dar explicações únicas nem estabelecer relações de causas-efeitos, mas sim, se oferece como campo de dispersão e convergência em torno das preocupações humanas diante destes acontecimentos sociais.

O crime é um acontecimento humano, social e histórico antes de ser jurídico. No entanto, a definição dele é do campo do Direito. Com o presente estudo pretende-se assim ampliar o debate, os olhares, as possibilidades de dizer, de analisar e, eventualmente, de

intervir no sentido de uma prevenção à criminalidade ou acompanhamento de pessoas e instituições envolvidas com estes fatos e vivências.

As entrevistas demonstram o quanto alguns acontecimentos são impactantes e permitem ressignificar vivências passadas e abrem novas possibilidades de futuro. No entanto, os acontecimentos criminais pelos quais as pessoas respondem atualmente não são necessariamente citados como os acontecimentos mais significativos de suas vidas.

Isto demonstra, entre outras análises possíveis, um provável distanciamento entre o que é considerado significativo para as instituições de justiça (e as que a envolvem em colaboração ou complementariedade, como o CPC) e o que os sujeitos relatam como acontecimentos mais relevantes.

O que aponta para um trabalho de intervenção sócio-jurídico que amplie igualmente o seu foco de preocupação e ação, convidando para uma escuta que busque compreender e agir sobre situações muito mais importantes para o sujeito do que o acontecimento ao qual ele responde enquanto crime.

Este distanciamento entre o que a instituição considera importante e o que realmente importa para o sujeito, além de mostrar falhas, aponta possibilidades. Possibilidades de encontros entre profissionais e usuários menos “intervencionistas” e mais abertos à criatividade, livre expressão, mais cheios de silêncios e mais vazios de respostas e de instrumentos burocráticos.

Há três partes principais a serem lidas para acompanhar este estudo: a apresentação e análise do contexto da pesquisa (Capítulo 1), a apresentação e discussão sobre o suporte teórico escolhido (Capítulos 2 e 3) e a apresentação e análise das entrevistas (Capítulos 4 e 5).

Cap. 1: Os Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia –

Encontros e Desencontros em Segurança Pública e os limites da governabilidade sobre acontecimentos criminais

Um de seus alunos, Zigong, um dia lhe perguntou quais seriam as condições necessárias para que um país viva em paz, com um governo estável. A resposta do mestre foi muito simples. Haveria então três condições: armas o suficiente, o bastante de alimentos e a confiança das pessoas.

Primeiramente o Estado deve ser poderoso, ele deve ter a sua disposição forças militares para se defender.

Em segundo lugar, ele deve ter do que alimentar e vestir convenientemente sua população.

Em terceiro lugar, o povo deve ter confiança nos seus dirigentes.

Este aluno não parava de colocar questões bizarras. “Se fosse realmente necessário abandonar uma destas três condições, retoma o debate, à qual ele deveria renunciar? – Às forças militares, responde Confúcio. -- E se fosse absolutamente necessário de abandonar ainda uma segunda, diz Zigong, qual seria?” Com toda a tranquilidade, Confúcio declarou: “Os alimentos. Pois em todos os tempos os homens sempre foram sujeitos à morte, mas se o povo não tem confiança naqueles que os governam, tudo está perdido para ele.”⁵

(Dan, Y. 2009. *Le bonheur selon Confucius*. Tradução minha)

Basta observar as cidades muradas medievais para constatar o quanto a preocupação com a segurança pública tem acompanhado a história ocidental durante muitos séculos, percebendo também como este tema influencia o modo de vida e as relações sociais que vão se estabelecendo ao longo da História.

⁵ Trecho original de Dan (2009): *Un de ses élèves, zigong, lui demanda un jour quelles étaient les conditions nécessaires pour qu'un pays vive en paix, avec un gouvernement stable. La réponse du maître fut très simple. Il n'y avait que trois conditions: des armes en suffisance, assez de vivres et la confiance du peuple. Premièrement, l'appareil de l'État doit être puissant; il doit disposer de forces militaires lui permettant de se défendre. Deuxièmement, il doit avoir de quoi nourrir et vêtir convenablement sa population. Troisièmement, il faut que le peuple ait confiance en ses dirigeants. Cet élève ne cessait de poser des questions bizzares. "S'il était absolument nécessaire de négliger l'une de ces trois conditions, reprit-il, à laquelle faudrait-il renoncer? - Aux forces militaires, répondit Confucius. -- Et s'il était absolument nécessaire d'en négliger encore une seconde, dit Zigong, quelle serait-elle?" Avec le plus grand sérieux, Confucius déclara: "Les vivres. Car de tout temps les hommes ont été sujets à la mort, mais, si le peuple n'a pas confiance en ceux qui le gouvernent, c'en est fait de lui."*

Ao transpor esta visão de “cidades muradas” para a realidade urbana atual e a construção incessante dos condomínios fechados, é fácil ver que não evoluímos muito nas nossas estratégias de proteção contra potenciais invasores.

Na pequena passagem de Confúcio escrita acima pode-se perceber que Segurança tem estreita relação com o sentimento de Confiança. A importância do debate público sobre este aspecto responde ao dever do Estado de assegurar as relações de confiança a qual cada um se apoia dentro do seu próprio compromisso com o laço social.

Este laço responde a configurações históricas e contextuais, por isto a Segurança Pública se organiza da maneira mais diversa, seguindo estas especificidades históricas e contextuais nos diferentes países. No entanto, é possível notar dois princípios aos quais ela dificilmente deixa de responder: a proteção do poder do Estado e a intervenção no sentido de reforçar os laços de convivência cidadã (respeitosa de uma Constituição e Ordem comum).

No Brasil, a Constituição de 1988, no seu artigo 144 (*in* Neto, 2003), estabelece a Segurança Pública como “dever do Estado” e como “direito e responsabilidade de todos” devendo ser exercida para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Esta deliberação, deve ser analisada em observância e relação com outros princípios constitucionais fundamentais – a república, a democracia, o estado de direito, a cidadania, a dignidade da pessoa humana –, bem como os direitos fundamentais – a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. (Neto, 2003)

Neto (2003) destaca hoje, a partir da reabertura democrática brasileira, duas concepções que rivalizam em matéria de Segurança Pública no país: a primeira centrada na ideia de combate e de proteção dos bens e da ordem, a segunda relacionada à prestação de serviço público.

A primeira, com uma forte herança das práticas e princípios vigentes no período da ditadura militar, concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos: seu papel é “combater” os criminosos, que são convertidos em “inimigos internos”. Uma prática visível revela, por exemplo, as favelas como “territórios hostis”, que precisam ser “ocupados” através da utilização do “poder militar”. A política de segurança é formulada como “estratégia de guerra” (Neto, 2003, p. 4), e as polícias e as operações repressoras ocupam o centro das ações de promoção da segurança e de defesa.

Na segunda concepção, centrada na ideia de segurança enquanto “serviço público”, já não há mais a ação focada em “inimigo a combater”, mas a ideia de “cidadão para servir”. Neste sentido, o combate militar é substituído por ações preventivas, pela integração da segurança com políticas públicas e por medidas administrativas de redução de riscos e ainda, pela valorização dos aspectos investigativos e analíticos das dinâmicas criminais (Neto, 2003). Esta prática, por exemplo, permeia a guarda dos centros das cidades brasileiras e poderia ser representada pelos serviços de guarda-municipal.

Pode-se notar, igualmente, esta segunda perspectiva na elaboração e concepção da Política de Prevenção de Minas Gerais, tal qual ela foi estabelecida na última década.

A mesma teve seu início em 2003, ligada à Superintendência de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais, a partir da configuração da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) pelo Governo de Minas Gerais. Respalhada pelo Plano Estadual de Segurança Pública. Neste Plano, com o objetivo de diminuir a criminalidade e violência, foram formuladas estratégias de repressão qualificada (articulados com outros órgãos do sistema de segurança pública) e programas específicos de prevenção à criminalidade. A sua concepção executiva previa a criação destes programas e ações em locais com alto índice de criminalidade ou voltados para o atendimento de populações específicas. Seu planejamento

previa a participação da comunidade e articulação da SEDS com os governos estadual, municipal e federal. (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a).

Atualmente, a Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas é coordenada pela CPEC (Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade), autarquia da SEDS, que substituiu a SPEC (Superintendência de Prevenção à Criminalidade). Hoje a CPEC coordena a execução de cinco Programas de Prevenção que atuam em mais de quarenta Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs)⁶ situados em várias cidades do estado. Estes Centros se dividem em duas bases: local e municipal.

Os CPCs de base local servem à execução dos programas de prevenção primária, Programa Fica Vivo e Programa Mediação de Conflitos, em localidades marcadas pela criminalidade de forma mais significativa. Estas localidades são escolhidas em reuniões estratégicas e se dão a partir de estudos que cruzam os dados das ocorrências e dados populacionais da cidade de implantação e também a partir de diagnósticos quantitativos e qualitativos da criminalidade. A devida qualificação do território é condição primária para a realização de intervenções escolhidas e indicadas.

Os CPCs de base municipal apoiam a execução dos programas de prevenção secundária e terciária, Central de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) e Programa Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a).

Além destes quatro programas, desde 2012, a Política de Prevenção à Criminalidade executa também o Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo funcionamento conta com um Centro de Prevenção à Criminalidade de base estadual, situado em Belo Horizonte e com o apoio dos outros Programas e Centros de Prevenção.

⁶ Primeiramente chamados de Núcleos de Prevenção à Criminalidade, nome com o qual muitos usuários e parceiros ainda identificam estes locais, sobretudo os de base municipal, comumente chamado de “o Núcleo”.

Há uma prática dinâmica e ambições bastante modernas e inovadoras no cotidiano da Política de Prevenção mineira.

Dentre as inovações importantes é a execução desta política, gerenciada em parceria com uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Instituto Elo, fundado em 2005 e que dentre várias funções assumidas em termo de parceria com o Estado, busca, sobretudo, dar mais dinamismo, efetividade e eficácia às ações previstas pela política estadual.

Na cidade de Uberlândia três Centros de Prevenção à Criminalidade foram criados desde 2006: nos bairros Tabajaras (Municipal), Morumbi e Canaã (bases locais), sendo este implantado em 2013. Neles atuam hoje seis equipes que executam os quatro Programas de Prevenção à Criminalidade: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), Central de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), Programa FICA VIVO! e Programa de Mediação de Conflitos.

Para realizar suas ações, os Centros de Prevenção de Uberlândia contam com um gestor. Tendo cada Programa técnicos e estagiários de diversas áreas acadêmicas: Psicologia, Direito, Serviço Social e Ciências Sociais (ou “área ampliada” que compreende igualmente outras formações) que, juntos, entre 2012 e 2014, atendiam de diferentes maneiras cerca de dois mil usuários por mês.⁷

De maneira geral, o gestor é o responsável pela representação da Política no município, por apoiar a articulação da rede, articulação entre os Programas, estruturação de projetos, gestão de pessoas, sistematização de informações e infraestrutura dos Centros de Prevenção. Já os técnicos, são, em geral, responsáveis por atender ao público e fazer os encaminhamentos necessários, contribuir com a divulgação da Política no município, mapear a rede e estabelecer parcerias, organizar ações locais, participar de ações do município,

⁷ Dados de atendimentos levantados no contexto de gestão desta política e que não estão necessariamente publicados. No entanto, são de acesso público sob demanda a ser dirigida à própria coordenação da CPEC.

elaborar relatórios, supervisionar estagiários, realizar grupos temáticos, visitas domiciliares e elaborar e acompanhar projetos.

Estes atores respondem ao desafio de consolidar uma prática efetiva de segurança pública “a céu aberto”. Ou seja, de acolher e acompanhar pessoas em situação de envolvimento criminal no momento em que elas se encontram em situação de liberdade, seja por não ser citado em processos (mas mesmo assim assumir um efetivo ou possível envolvimento criminal, no caso dos programas de prevenção primária), seja por estar respondendo a processos que não comutam pena restritiva da liberdade (como no caso das penas e medidas alternativas) ou por estarem em situação de “progressão de regime” (respondendo ao processo em regime aberto ou semiaberto).⁸

Pode-se notar na prática dos Programas, duas grandes preocupações: a proteção à vida e aos direitos das pessoas atendidas e a intenção de evitar uma reincidência de ações criminais ou reentrada no sistema penal.

Para isto as ações, em geral, são coletivas, como por exemplo: os projetos, o trabalho temático em rede, o esforço em fomentar uma discussão participativa em segurança pública. Ou as ações se concentram em focos individuais, ou seja, o atendimento e acompanhamento dos usuários dos Programas.

O modo com que cada usuário será atendido e acompanhado depende de cada Programa.

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) tem como objetivo atender pessoas que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade e seus familiares, a fim de diminuir os efeitos, estigmas e exclusões relacionados ao aprisionamento, oferecer condições para a retomada à vida social coletiva, promover o distanciamento dos fatores que provoquem a reincidência criminal e ampliar condições para

⁸ Para uma descrição mais detalhada do público e modo de atuação dos Programas, ver SEDS, 2009.

conhecimento e acesso aos direitos previstos na Lei de Execução Penal. Assim as ações realizadas neste Programa são: estabelecer parceria com sistema prisional, poder judiciário e rede municipal; acolhimento do público em atendimentos individuais ou em grupos; encaminhamentos para escolarização, formação profissional, defensoria pública, saúde, mercado de trabalho, entre outros; realização de grupos reflexivos; visitas institucionais e domiciliares; divulgação do Programa à comunidade e rede institucional (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a).

A Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas à Prisão está em conformidade com as Regras Internacionais de Tóquio, 1990 (*in* Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a), na qual se propunha medidas e penas alternativas à restrição de liberdade, a partir da concepção do Direito Penal Mínimo. Sendo assim, o público atendido no programa são pessoas que cumprirão penas restritivas de direitos, tendo cometido infrações de menor gravidade, com penalidade menor do que quatro anos e sendo réu primário. Como penas e medidas alternativas à prisão compreendem-se as penas pecuniárias, prestação de serviços à comunidade, perda de bens e valores, limitação de finais de semana, interdição temporária de direitos, proibição de exercício de cargo, atividade pública ou mandato eletivo, proibição de frequentar determinados locais, entre outras. Dessa forma, cabe aos técnicos da Central criar e oferecer condições necessárias ao cumprimento das medidas alternativas, envolvendo diversos atores sociais, buscando resgatar o caráter educativo da medida, a minimização das vulnerabilidades dos atendidos e a emancipação de sua cidadania. Para isso, se fazem necessárias parcerias com o Poder Judiciário, instituições e comunidade local (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a).

O Programa de Controle de Homicídios, o Fica Vivo!, visa a proteção de jovens de 12 a 24 anos que vivem em territórios marcados pelo fenômeno da violência e altos índices de criminalidade. O Fica Vivo! conta com dois eixos norteadores, proteção social e ações de

intervenção estratégica. Faz parte deste segundo eixo a formação de um trabalho articulado entre instituições de Justiça e Defesa Social que se reúnem rotineiramente em um “Grupo de Intervenção Estratégica”, no qual diferentes instituições de Justiça e de Defesa Social (Ministério Público, Sistema Prisional, Juízes Criminais, Polícia Militar e Polícia Civil) se encontram para refletirem e traçarem estratégias conjuntas referentes a determinadas situações de risco de homicídios, focando, sobretudo na proteção juvenil das “áreas de risco”. No eixo da Proteção Social estão incluídas ações junto aos jovens moradores da região, na qual fora estabelecido o Centro de Prevenção. Essas ações de proteção são promovidas pelos técnicos sociais e pelos Oficineiros previstos no Programa, que circulam pela localidade, objetivam a emancipação dos jovens, a facilitação de acesso aos serviços públicos municipais, a articulação entre diversos atores sociais e a problematização das violências sofridas pelos jovens e moradores locais. Como ações destacam-se o desenvolvimento de oficinas artísticas e esportivas, a criação de projetos locais e municipais e fóruns comunitários para discussões e resoluções de conflitos (Silva, 2012; Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009b).

O Programa Mediação de Conflitos, localizado no Centro de Prevenção à Criminalidade de base local, atua em três níveis: individual, coletivo e comunitário. Baseia-se na Teoria do Capital Social e na metodologia da pesquisa-ação, assim, busca promover atitudes de autonomia e construção de redes sociais que se mobilizam em proveito mútuo. O técnico do Programa atua no papel de mediador na busca de resolução de conflitos nestes três níveis, priorizando o acesso às informações, a efetivação dos direitos humanos, o fomento às formas associativas e discussões e fóruns comunitários. O público do Programa são as pessoas da comunidade local, que procuram o técnico e lhe apresentam uma demanda individual ou coletiva (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a).

A partir desta breve descrição e de um estudo dos textos que apresentam e analisam a Política de Prevenção mineira (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a; Oliveira &

Oliveira, 2009) é possível perceber que os Programas preveem ações no âmbito coletivo e ações de acompanhamento individual. Estes dois aspectos são, mais do que complementares, eles são indissociáveis para se almejar os objetivos de Prevenção à Criminalidade, como ressalta Minayo (1999):

No nosso entendimento, pensar qualquer programa de prevenção e mudanças no campo da violência no Brasil, significa combinar a atuação no campo macroestrutural, nas questões conjunturais que expressam problemas estruturais, nos problemas de ordem cultural e nas relações interpessoais, no âmbito privado e público. (p.15)

É a própria complexidade das explicações causais dos fenômenos criminais que levam programas e projetos de prevenção ao dever de considerar estes dois aspectos e assim, aliar o acompanhamento de pessoas à intervenções coletivas.

No entanto, a maneira como se configura a Segurança Pública no Brasil, a “arquitetura institucional” das instituições de Segurança, pouco favorecem uma estratégia de intervenção coletiva eficaz (Soares, 2012) e esta ineficácia resulta em uma ação centrada em pessoas, indivíduos ou grupos de indivíduos categorizados (categorias, aliás, que são traçadas com critérios pouco assertivos, raramente avaliados e quase nunca validados).

Algumas estratégias, preponderantes, em segurança pública consideram a repressão e a prevenção como processos muito próximos, ou seja, consideram que a própria repressão a um ato (ou mesmo a criminalização de um fato) é uma estratégia preventiva para que o mesmo não volte a acontecer. Nesta linha há um processo ritualístico com o qual um acontecimento social é caracterizado e tratado enquanto crime, e o início deste processo é a abordagem policial, voltada para a repressão de uma ou mais pessoas diante de um acontecimento, a partir de então, dá-se início a uma série de ações investigativas, de julgamento e de penalização, apesar de, por princípio, estas ações tratarem o fato social ocorrido, o “objeto” da intervenção (seja protetivo, seja punitivo) são os envolvidos.

Na Política de Prevenção, no cenário da presente análise, apesar da ênfase dada à necessidade de se efetivar ações coletivas/ambientais, o acompanhamento individual de

pessoas envolvidas (ou em risco de envolvimento) com a criminalidade ocupam, sem dúvida, uma centralidade importante (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a), sobretudo nos Programas CEAPA e PrEsp. Tendo como objetivo analisar a história de pessoas envolvidas com a criminalidade e a relevância do impacto do acontecimento criminal em processo dentro desta história, este estudo prevê a entrevista de usuários destes dois programas.

Ainda, na descrição do contexto da pesquisa, levando em consideração estes dois Programas, é importante ressaltar dois aspectos: O acolhimento e acompanhamento destes usuários pelos Programas trazem algumas especificidades. A maneira como o acontecimento criminal é tratado institucionalmente também é um fator de análise relevante. Estes aspectos são considerados menos no sentido avaliativo das ações dos Programas e mais com o objetivo de descrever o cenário e contexto dos encontros com as pessoas entrevistadas.

No PrEsp, as ações e intervenções são pensadas sobretudo na perspectiva de redução de danos referente ao processo de penalização ao qual o usuário é sujeito.

O público deste Programa são “pessoas que sofreram processos de criminalização e de cerceamento de liberdade” (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a). As pessoas acompanhadas ainda se encontram em período de cumprimento de pena e respondendo à condicionalidades específicas determinadas pela Vara de Execução Penal. No entanto, em geral, o público se encontra “em liberdade” após um período passado em “regime fechado”. Há uma prerrogativa de que o usuário deste Programa é potencialmente marcado pelo processo de criminalização, no qual responde pena:

As pessoas egressas do sistema prisional refletem, na perspectiva social, o mesmo grau de exclusão da maioria da população brasileira. O agravante é que, além deste padrão de exclusão social, somam-se aos egressos do sistema prisional novas características: a qualidade de ‘criminoso’, a subjetividade afetada pela vivência em reclusão, as relações sociais corroídas pela distância imposta pela prisão, o estigma de violência-criminalidade reforçada na condição de sujeito do sistema prisional. Esses impactos da experiência prisional incidem de forma indelével sobre o indivíduo, porém há sempre uma filtragem sendo realizada por ele. É fundamentalmente nesse processo de (re)elaboração, que o PrEsp se propõe a contribuir com o indivíduo. (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a, p. 171)

Pode-se notar que, de acordo com esta prerrogativa, o acontecimento criminal (fato desencadeador de um processo jurídico e penal) não seria o aspecto central a ser trabalhado, mas sim o processo de criminalização decorrente/intensificado do mesmo. Há uma visão de futuro (pós-fato) presente nesta perspectiva, ou seja o que aconteceu após o acontecimento criminal (processo, pena, exclusão, marcas subjetivas, ...) seria o principal fator de atenção no acompanhamento destes sujeitos.

Já no Programa CEAPA o aspecto de “passado” e “presente” em relação ao acontecimento criminal parece merecer maior importância.

Ao analisar as especificidades do acompanhamento individual e da perspectiva de consideração sobre os “acontecimentos” neste Programa, é importante destacar que ele vem responder a um contexto de “questionamento da pena de prisão” (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a, p. 136), seguindo regras mundiais sobre “Medidas Não-Privativas de Liberdade”, que seriam voltadas sobretudo a serem aplicadas a “delitos de menor potencial ofensivo” e cometidos por pessoas que não representassem fatores de risco social e criminal importante (utilizando como referência sobretudo o histórico processual para determinar a periculosidade, ou seja, “não apresentar antecedentes criminais” por exemplo).

É importante que a caracterização de “alternativa” à prisão não deve ser entendida apenas em um contexto individual, mas coletivo, ou seja, preconiza-se que, em um contexto social, uma maior aplicação de penas alternativas deve também ser acompanhada por um menor número de aplicação de prisões.

As penas alternativas, se não implantadas numa perspectiva libertária, podem ser também utilizadas como a ampliação dos dispositivos punitivos do Estado, através do estabelecimento de um novo sistema de controle social, agora mais difuso, estendido a todo o espaço social, prestando-se ao fortalecimento do papel simbólico da repressão penal, alastrando a aplicabilidade das penas e propiciando a banalização da intervenção penal na vida social. (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a, p. 142)

Atualmente constata-se que no Brasil há uma ampliação crescente da aplicação de medidas alternativas, no entanto, as mesmas não são acompanhadas por um processo de

menor aprisionamento. Uma das explicações possíveis desta dissociação, além de razões estruturais importantes, seria uma ação que se concentra mais nos sujeitos envolvidos nas situações e uma menor consideração contextual e alcance estrutural das ações punitivas/corretivas. (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a).

Dentro deste movimento histórico, o Programa CEAPA é uma política pública estadual que “visa criar condições institucionais necessárias ao cumprimento das alternativas penais.”

Sendo parte integrante da política de prevenção social à criminalidade, o Programa não trabalha apenas com o viés da execução penal, mas busca garantir a inclusão social do público através de intervenções que visem à minimização das vulnerabilidades sociais, através de ações que promovam a emancipação e a cidadania dos usuários, contribuindo com uma cultura da paz. (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a, p 145).

Há uma preconização de que o público atendido, em sua maioria, traz condições de vulnerabilidade/exclusão social e que ações de promoção da inclusão e da “cidadania” seriam estratégias importantes para prevenir uma repetição ou agravamento de envolvimento criminal.

É preciso ressaltar que além da acompanhar o usuário, o Programa se compromete à acompanhar a Pena em si, propiciando condições de cumprimento, monitorando, acompanhando e notificando os casos de descumprimento.

O próprio processo de cumprimento da pena e o acompanhamento da pessoa durante este cumprimento permite avaliar as maneiras com que o acontecimento criminal e seu tratamento social e jurídico (através da pena) impactam as trajetórias e escolhas do indivíduo.

O acompanhamento desta relação complexa entre usuário e sua pena são realizados por diversas formas de atendimento: acolhimentos, atendimento especializado (social, psicológico ou jurídico), visitas domiciliares, monitoramento na rede de cumprimento da medida e há também os acompanhamentos em grupo, os grupos de inicialização (sobretudo para aqueles que irão iniciar o cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade), grupos de Acompanhamento (para os que estão em Prestação de Serviço Comunitário) e os Grupos

dos Projetos Temáticos (medidas específicas de acompanhamento em grupo, acordadas com o judiciário para atender pessoas que cometeram um mesmo tipo de delito, sendo os mais comuns os delitos relacionados a: drogas, trânsito, relações de gênero e crimes ambientais).

Foi durante o acompanhamento de um destes grupos que um usuário trouxe a fala que inspira o nome deste estudo. Em um encontro de grupo, um usuário trouxe um relato de sua história e de como o acontecimento criminal, para o qual respondia com o cumprimento da pena, se entrelaçava com aspectos de sua vida, mais especificamente com uma crença trazida pela mãe, que ele citou desta forma: “Já dizia a minha mãe, o que vale nesta vida é o repente”. Ele respondia a um processo de “desacato a autoridade” e contava mais ou menos assim a sua história:⁹

“Naquele dia, eu havia saído às cinco horas da manhã para trabalhar, trabalho duro, carregando e descarregando caminhões. Já eram três horas da tarde e eu ainda nem tinha almoçado. O policial me abordou na blitz, foi grosseiro. Eu não tinha feito nada errado. Ele chutou minha moto. Eu não aceitei não... estava nervoso, cansado, disse que não iria entregar a minha moto e eles tiveram que me segurar... Já dizia a minha mãe, ‘o que vale nesta vida é o repente’. Agora estou aqui e vou ter que cumprir o que fiz de errado.”

Compreender a relevância e os impactos trazidos por um acontecimento criminal não é uma questão que permeia apenas o subjetivo, o “repente” humano, mas, antes uma consideração coletiva e histórica, onde se busca compreender o quanto o fato de se criminalizar um acontecimento é realmente uma estratégia de proteção social e o quanto ela carrega de mecanismos de exclusão e de controle. Se valendo obviamente da fala dos sujeitos a este respeito.

O processo de criminalização é um fenômeno social, é uma escolha de categorizar certos eventos, na tentativa de controlar a sua ocorrência, ou, ao menos, na tentativa de controlar o efeito do “repente” humano e seu impacto na ordem coletiva.

Crime, de acordo com o Código Penal Brasileiro, é a infração penal a que a lei comina pena, ou seja, é uma forma de classificação de fatos sociais. O crime não é um fenômeno

⁹ Este relato não foi gravado, é recontado a partir de notas profissionais e ata do encontro, narrado pelos profissionais que acompanhavam o mesmo.

ontológico, mas uma qualidade dada a determinadas condutas, uma resposta escolhida pelo Estado para lidar com situações entendidas como inadequadas para aquele grupo social. Criminalizar o ato não é a única resposta, mas uma dentre várias soluções possíveis para lidar com condutas sociais consideradas indesejadas, escolhida num determinado tempo histórico. O mesmo ato pode, em grupos sociais ou tempos históricos distintos, ser permitido (por não conter nenhum impedimento legal), regulado por normas do direito privado ou proibido por regras do direito penal (Secretaria de Estado de Defesa Social, 2009a, p. 22).

Há a ideia onipresente de evitar uma “ruptura”, socialmente falando pode-se pensar nesta ruptura enquanto elemento que contesta a ordem, o laço e a coesão das relações sociais. Enquanto para o sujeito, a lei, enquanto elemento de proteção, ao classificar um ato/comportamento como crime, preconiza, por exemplo, que o sujeito rompe com seus próprios limites de controle, preconiza o “sujeito fora da lei”, o “infrator”, o “indivíduo moralmente frágil”, entre outras figuras que vão se posicionando diante das normas comuns (herdeiras da promessa de uma estabilidade e equilíbrio).

Na tentativa de compreensão dos fenômenos criminais e, logicamente também respondendo à lógica de controle sobre os mesmos, várias teorias foram sendo elaboradas, lapidadas e difundidas, se organizam hoje em um arcabouço pouco coeso ao qual se nomeia: Criminologia.

A Psicologia entrou no debate criminológico a partir do momento em que as causas do crime foram sendo localizadas no sujeito, mais especificamente na sua patologia, ou ainda, de forma mais clara, na sua “psicopatologia”. As ciências do psiquismo são chamadas a responder as questões colocadas pelo “louco infrator”, os comportamentalistas a avaliar as manias, os exageros, os disparates comportamentais, a psicanálise a responder pelos impulsos a identificar e, se possível, conter o “tânatos” internalizado, a devolver o “nome do Pai”. E cada um vai criando espaços para infinitas respostas, sem, no entanto, lograr grandes feitos no

que diz respeito a garantir a paz enquanto direito universal e condição necessária para o desenvolvimento humano e coletivo.

Dentro deste contexto histórico e primando por uma superação da compreensão psicopatológica a respeito dos acontecimentos criminais, antes de considerar a análise entre acontecimentos e histórias de vida dos sujeitos é preciso compreender o sentido que vem sendo construído nas abordagens teóricas e científicas a este respeito. A criminologia traz uma diversidade de ponto de vista e de posicionamento científico e político, a psicocriminologia por sua vez parece propor reorganizar alguns destes sentidos e, principalmente, questionar a relação causal entre sujeito e crime.

Esta base teórica, dentro da Psicocriminologia francesa (Hirschelman, Villerbu) e alguns autores brasileiros (Rauter, Minayo) que se posicionam de um ponto de vista crítico e político em relação ao tema, suportarão a análise das entrevistas. Alguns de seus estudos e pontos de vista serão apresentados a seguir.

Cap. 2: Da Criminologia e Psicologia à Psicocriminologia, um caminho de saber, poder e de posicionamentos

Poucos psicólogos brasileiros apresentam de forma clara uma posição crítica sobre a Psicologia no contexto penal, de justiça ou de segurança pública. Entre estes, Cristina Rauter tem realizado um trabalho importante que indica um necessário reposicionamento deste profissional em relação à sua função e papel político diante das complexas questões institucionais e humanas envolvidas neste contexto.

É preciso entender a construção do saber e a forma com que os conhecimentos vão apoiando a prática do Psicólogo na Justiça e na Segurança Pública compreendendo a relação intrínseca entre saber e poder (Rauter, 2003). Rauter (2003) analisa que neste sentido,

As ciências humanas (psicologia, psiquiatria, criminologia e outras) surgem historicamente como ponto de apoio para novas técnicas de gestão das massas humanas, capazes de controlá-las, fixá-las e de produzir indivíduos úteis do ponto de vista da produção e dóceis do ponto de vista político. (p 15)

Da mesma forma que compreender a história da construção do saber traz elementos importantes, a história institucional e a sua relação com os aparatos políticos e governamentais são tão relevantes quanto. O modo como se atende, acompanha ou aborda o indivíduo no contexto penal e jurídico é de grande relevância enquanto também constituinte das estratégias de poder integradas.

Considerando a temática do psicólogo brasileiro nas suas relações com o Direito e com a Violência, Rauter apresenta uma dificuldade em discutir este tema sob a ótica dos Direitos Humanos, já que a mesma só poderia ter lugar se tivéssemos uma democracia garantidora dos mesmos. No entanto ela enfatiza a importância de se discutir o psicólogo frente às situações de violência e o seu papel enquanto alguém que “revela” situações da realidade vivida e recontada pelos sujeitos nos locais e situações de penalização, enfatizando a caracterização de muitas violências no contexto penal enquanto tortura. Em situações de

tortura, como as que são vivenciadas nas prisões brasileiras, é necessário considerar reações comuns entre as vítimas, como o “assujeitamento”, “entristecimento”, “perda de fé na humanidade”, “decepção”, entre outras considerações a respeito da recuperação diante desta “experiência extrema” a qual muitos presos estão sujeitos. (Rauter, n.d.a)

Porém, apesar da grande importância de se realizar estudos nesta área, Rauter revela a baixa quantidade e uma polaridade temática bastante limitada no que diz respeito ao conhecimento produzido a este respeito.

Com uma crítica incisiva à evolução da criminologia e a sua aplicabilidade em favor de uma maior seletividade, controle e estratégia de poder, Rauter (2003) chama a atenção sobre o quanto esta “ciência”, na busca da compreensão das causas, e sobretudo enfatizando as causas às “anormalidades” do indivíduo, contribui ainda para justificar práticas penais como as “Colônias” (ou presídio agrícola), práticas de “reeducação”, de exclusão, de higienização, que não tem contribuído efetivamente para um real controle criminal, mas tem impactado e reforçado um sistema poderoso de estigmatização e exclusão social do pobre e de todo aquele que não tem servido às intenções produtivas e à docilidade política no Brasil.

Rauter critica o modo como a criminologia entende o crime como um “fenômeno com características quase naturais, produto de uma anormalidade social ou individual” (Rauter, 2003, p. 69), um dos efeitos desta visão é a perda do caráter político dos acontecimentos criminais. Esta limitação do campo de análise é também marcada pela visão de “negatividade” que restringe a compreensão dos fenômenos de violência e de criminalidade no Brasil (Rauter, 2011b). Em um artigo intitulado “Inscriver a transgressão na relação, rito e reconhecimento”¹⁰, Antoine Masson, autora em Psicocriminologia analisa a transgressão na adolescência neste mesmo sentido, sem considerá-la como ruptura, como fora da relação, da

¹⁰ Tradução minha do texto original de Masson (2005): “Inscrire le lien dans le lien, rite et reconnaissance.”

lei ou da ordem, mas como integrante de um movimento de construção de novas relações, novos ordenamentos e novas leis. (Masson, 2005)

De um ponto de vista sociológico, há também uma visão não só de construção, mas de contestação e denúncia em qualquer tipo de infração. Nilo Batista, em entrevista à revista Caros Amigos em 2003, diz: “Quando você criminaliza um conflito, faz uma opção política. Não existe um crime natural. Todo crime é político”, convidando igualmente a uma compreensão mais ampliada sobre estes significativos fenômenos sociais.

Além da análise do acontecimento criminal enquanto ação política, há, em torno destes, práticas institucionais e científicas (e também as falsamente científicas) que precisam ser colocadas em debate, uma delas sobre a “noção de periculosidade”, outra, a respeito dos efeitos da penalização e do encarceramento.

A discussão em torno da noção de periculosidade, ou melhor, da possibilidade de se prever o comportamento e a ação humana, implica a Psicologia, tanto na sua vertente de saber, quanto a de poder.

A “periculosidade” como característica humana e relacional, comportamento passível de previsão, como critério de punição e controle ainda consta como elemento de avaliação nos laudos psicológicos, mesmo quando a palavra não aparece desta forma, há a intenção de se prever esta susceptibilidade do comportamento e do modo de se relacionar de uma pessoa, sobretudo as que já cometeram crimes.

Os laudos e a questão da “prognose” são instrumentos que causam fortes debates e se reforçam como instrumento de trabalho dentro do campo da Psicologia Jurídica. Esta prática é colocada como algo que caracterizaria o indivíduo infrator e justificaria decisões sobre a sua pena, punição e medidas de segurança específicas ou generalizadas, no caso brasileiro, faz parte da rotina na definição do que é chamado de Rotina Disciplinar Diferenciada (Rauter, n.d.a) na vida do “apenado”. Práticas como estas seriam decorrentes do campo de

conhecimentos e tecnologias desenvolvidas no campo criminológico. Os laudos enquanto fontes de saber sobre o sujeito e instrumentos de decisão para os agentes e servidores demonstram como os estudos na área vão justificando, mais que questionando, as ações disciplinares e punitivas. Para Rauter a criminologia se constituiu no Brasil como uma “tecnologia disciplinar”, servindo à justiça uma racionalidade científica que justifica a sua “função técnica”. (Rauter, 2003)

Dentre os instrumentos da tecnologia da penalização os “laudos” (ou os “diagnósticos de periculosidade”, como poderiam ser chamados já que servem para avaliar a capacidade de convivência social pacífica) passam a ser rotina e elementos de definição do regime do condenado, porém Rauter entende que este tipo de instrumento confirma sobretudo a ineficiência do sistema penal e serve para mascarar esta conclusão colocando a periculosidade como uma possível característica do indivíduo e servindo, em grande parte das vezes, a tão somente reforçar ações disciplinares.

A periculosidade seria assim o risco que o sujeito representa ou apresenta para sua vida ou para a vida em sociedade. Critério de atenção nas políticas que visam a reinserção de pessoas com percurso de envolvimento criminal. Elemento que serve para a proteção do sujeito e da sociedade. Dificilmente se encontraria motivos para condenar uma prática com tais princípios. O problema não é exatamente fazê-la, o que se assume é a impossibilidade de fazê-la de maneira assertiva. A base de conhecimento acumulado até o presente só nos permite fazer correlações de causa-efeito isoladas que têm se mostrado pouco efetivas e muito estigmatizantes seja para fazer prognoses, seja para identificar riscos reais de reincidência criminal avaliando as condições do sujeito, sejam elas consideradas nos aspectos sociais, psíquicos, físicos, ou em uma combinação dos mesmos.

Como exemplo, na Política de Prevenção a Criminalidade de Minas Gerais se fala, constantemente dos “fatores de risco” e “fatores de proteção”, e a situação de vida do sujeito é

categorizada neste sentido: normalmente há já algumas categorias¹¹ consideradas como elementos de atenção, como: renda, composição familiar, internações pregressas, história de abandono, uso de drogas, situação de moradia, entre outras, que indicam ou questionam sobre um suposto “tipo criminoso” constituído a partir de determinados fatores sociais. No entanto, não há avaliações precisas de que conhecer ou controlar tais variáveis indicariam um real caminho de proteção do sujeito ou da sociedade. Na verdade estas correlações parecem estar ainda em uma fase de experimentação aplicada à vida do sujeito atendido neste tipo de instituição.

Obviamente não só a Psicologia ao se relacionar com o Direito reforça a tendência à estigmatização quando busca explicações causais sobre o crime. A Sociologia, ao ampliar o debate dos fatores geradores de vulnerabilidade, serve também a traçar determinantes. O Problema como aponta Minayo e Rozemberg (Rozemberg, 2001) no artigo “A experiência complexa e os olhares reducionistas” é a maneira utilitarista e messiânica (de salvação) que têm permeado as intervenções sociais e os estudos científicos, sobretudo os de base positivista, como a Psicologia, o Direito e a Medicina.

Com um tempo institucional abreviado, com a multiplicidade de recursos de gestão que têm concorrido com o tempo de atenção ao usuário, com as formações precocemente especialistas e pouco generalistas e com poucas considerações interdisciplinares, uma série de fatores convergem para análises e intervenções totalitaristas, com pouco espaço para questionamentos e uma grande ansiedade para oferecer respostas únicas e generalizadas.

E a resposta categórica para os problemas de insegurança no Brasil é a Prisão. Apesar de sua eficácia e eficiência serem muito questionadas, este recurso tem sido pouco confrontado e tem se fortalecido tanto no clamor público quanto nas propostas políticas (a

¹¹ Por exemplo nos formulários e planilhas de compilação de dados

redução da maioria penal e o clamor pela penalização foram constantes objetos de debate nas últimas eleições, tanto para os cargos do legislativo quanto do executivo).

Em contra-corrente, autores, por todo o mundo, têm mostrado o quanto a penalização não tem servido a nada nem a ninguém, ou, pelo menos, não na garantia de segurança e de paz. Por outro lado, afirmam que a prática serve a reforçar processos de exclusão de pobres, negros e moradores de periferia.

Como pensar a Psicologia neste contexto sem considerar a sua ambição de ampliar a visão técnica, de cuidar do sujeito e suas implicações internas e externas, de complementar outras ciências e práticas? É necessário assumir estas intenções louváveis, mas sem, no entanto, desconsiderar o quanto este campo de saber parece ter contribuído igualmente para outros efeitos, como o reducionismo diante das explicações causais subjetivistas sobre o crime.

Não apenas na área criminal, mas também na Saúde, uma visão reducionista de aplicação da Psicologia tem sido criticada e trazido prejuízo prático no cuidado das questões humanas e sociais. Minayo e Rozemberg (Rozemberg 2001) mostram como a Psicologia vem ampliar entendimentos específicos, como o médico, mas podem igualmente oferecer respaldo a uma visão reducionista ao fazer relações causais entre estas, o sintoma e o psiquismo humano. A “psicologização” da doença ou do crime são efeitos exemplares deste movimento.

Cabe ainda uma outra relação entre os campos de pesquisa e intervenção em Saúde e em Segurança Pública, seria sobre o fenômeno de “medicalização da vida e da sociedade” (Rozemberg, 2001) e o referente à “criminalização dos problemas sociais” (Filho, 2009). O Remédio e a Intervenção Policial/Jurídica têm sido chamados incansavelmente enquanto respostas únicas para problemas complexos. Estas duas estratégias não só têm sido utilizadas em larga escala, mas têm se combinado de forma cada vez mais significativa, como, por exemplo, no que Rauter descreve como uma tendência, que seria um “processo de

psiquiatrização das prisões brasileiras” (Rauter, n.d.b, CRP07, p. 8), seguindo o modelo americano de prescrição massiva de psicofármacos aos presos ou adolescentes internados em sistemas socioeducativos.

Não é só nas semelhanças objetivas de responder a um desamparo generalizado e a um pânico coletivo que estes dois fenômenos encontram coincidências, mas também na sua eficácia limitada e com grandes efeitos colaterais. Elas representam a necessidade de se considerar e assumir o complexo, diferenciando-o do complicado, primando por uma análise dos problemas que considerem múltiplas saídas e não falsas soluções. Entre estas falsas soluções está a crença de que as ações de controle e prevenção do crime devem acontecer no nível individual. Mesmo que os processos penais julguem sobre fatos, as penas recaem sobre sujeitos. Em um paralelo, com a saúde seria restringir o controle de doenças como a dengue à medicalização das pessoas com os sintomas típicos da mesma, ou de considerar tarefa feita o tratamento da ferida de uma vítima de violência atendida em um ambulatório. Esta individualização é fato a ser questionado, como também apontam Minayo e Rozemberg (2001):

Outra consequência [sic] do positivismo mecanicista na biomedicina estaria na focalização da saúde-doença sempre no nível individual de responsabilização e de intervenção. Isso tem a ver com o fato de que um olhar fragmentado e intervencionista deixa pouco espaço para a compreensão do contexto onde se desenrolam, no mundo vivido, os processos saúde-doença. (p. 116)

O Autor, como o Paciente para a medicina, é o principal alvo das intervenções em Segurança Pública e Justiça, esta individualização do tratamento dos problemas nesta área não só tem se mostrado um recurso limitado e ineficiente como tem reforçado a visão sobre a “autonomia” desamparada do sujeito. Esta lógica responde ao que Wacquant (*apud* Oliveira; Oliveira, 2009) coloca como a “celebração da responsabilidade individual”, uma das marcas atuais nas políticas de segurança pública no mundo ocidental e se representa, por exemplo, com o que o autor chama de multiplicação das estratégias de controle baseadas no “perfilamento do criminoso.”

Não se trata, no entanto, de desqualificar a Psicologia, a Justiça e a Medicina como campos de intervenção necessários, nem de menosprezar o cruzamento de olhares sobre um mesmo problema por diferentes áreas de conhecimento. O que se questiona é o “monólogo” que alguns profissionais e pesquisadores buscam estabelecer enquanto empoderamento de sua própria classe.

Qualquer campo de saber se submete a este risco em um encontro interprofissional. Hirschelman (2012) e também Rauter (2003) mostram como os diferentes campos de saber, Sociologia, Direito, Antropologia, Psicologia, foram construindo as verdades em Criminologia, seguindo igualmente suas várias divergências internas a cada campo.

O que é preciso considerar é que nenhuma destas correntes de pensamento criminológico ainda não foram completamente superadas, mesmo as mais “politicamente incorretas”, como a “lombrosiana” mostra vívidos ares em um discurso que versa sobre o tema criminal. Há uma série de afirmações que permeiam inclusive o discurso dos sujeitos escutados nesta pesquisa, como se verá mais adiante. Diante desta co-habitação dos discursos é necessário identificar os diferentes posicionamentos e também estar aberto a reposicionamentos inovadores, respeitando a dinamicidade dos acontecimentos criminais e dos estudos e práticas relacionadas ao mesmo.

Assumindo os limites históricos e os riscos inerentes ao se fazer considerações sobre as situações criminais e sobre o envolvimento humano nas mesmas, a Psicocriminologia, como aponta Hirschelman (2012) e outros autores desta corrente teórica, abre a discussão para um novo caminho que não o de buscar as explicações causais de um crime como tem feito a criminologia até então:

O interesse científico foi claramente influenciado pela questão do ‘por que’, mas foi logo levado a considerar o limite do indizível ou do parcialmente explicável e foi assim, sendo confrontado ao problema da estigmatização, reduzindo o ato ao seu autor ou inversamente, reduzindo a personalidade do sujeito ao seu ato. Este curso¹² pretende então se distanciar do

¹² Diz respeito ao curso “De la criminologie clinique aux cliniques criminologiques”, disciplina do “Cours Magistral Psycho-criminologie et victimologie”, 2012-2013, ministrado na Université Rennes 2.

discurso teórico sobre o sujeito e seu crime, que limita o encontro com o sujeito, com o seu próprio discurso e sua própria verdade, ou seja, o que interessa realmente à psico(pato)logia. A partir desta consideração, dar-se-á menor importância ao que causa o crime que ao que ele revela.¹³ (tradução minha).

Apesar de se colocar claramente dentro do campo da Psicopatologia, de caracterizar o envolvimento dos sujeitos em crimes como “passagem ao ato”, os autores em Psicocriminologia analisados aqui não limitam a sua compreensão dos elementos criminais com estes pontos de vista teóricos, ao contrário, se valem dos mesmos como campo de ampliação da análise, como complementariedade de pontos de vista ou como fontes de questionamento sobre conceitos estagnados. O que demonstra um caminho diferenciado em relação aos “olhares reducionistas” tal como citado por Minayo e Rozemberg (2001).

É sobretudo a ampliação do espectro de análise e o questionamento sobre conceitos e posições estagnadas que chama a atenção nos estudos em Psicocriminologia. Villerbu (2003), por exemplo, contribui ao ampliar o campo de estudos sobre a vitimologia e a agressologia, superando a oposição destes conceitos. O autor mostra que, em um olhar analítico do sujeito, há uma instabilidade no seu posicionamento enquanto autor e vítima diante de um acontecimento criminal. O autor ainda apresenta reflexões sobre outras posições instáveis como a vulnerabilidade:

Certamente a reflexão contemporânea é tida como uma evidência, atualmente conclusiva, que uma ‘vitimologia’ precederia uma ‘agressologia’, mas a razão de relacionar periculosidade/vulnerabilidade vai além desta oposição. Isto é menos para definir um estado do que para compreender uma posição de vulnerabilidade inserida em um mundo, minando-o e conduzindo-o à implosão.¹⁴ (Villerbu, 2003, p. 9, tradução minha)

¹³ Trecho original em Hirschelman (2012): “*L’intérêt scientifique a bien sûr été éveillé par la question du pourquoi, mais a vite été amené dans l’impasse de l’indicible ou du partiellement explicable et a ainsi été confrontée au problème de la stigmatisation réduisant l’acte à son auteur ou inversement la personnalité du sujet à son acte. Ce cours veut alors s’éloigner du discours théorique sur le sujet et son crime, qui ne permet que partiellement de retrouver le sujet dans son propre discours et sa vérité à lui, pourtant au centre de ce qui intéresse la psycho(patho)logie. A partir de là, nous accorderons moins d’importance à ce qui cause le crime qu’à ce qu’il révèle.*”

¹⁴ Trecho original em Villerbu (2003): “*Certes la réflexion contemporaine est saisie comme d’une évidence, maintenant accomplie, qu’une victimologie précéderait une agressologie, mais le propos sur les rapports dangerosité/vulnérabilité est au delà de cette opposition. il s’agit moins de définir un état qu’une position vulnérante travaillant à l’intérieur d’un monde, le minant et conduisant à l’implosion.*” (p. 9)

Colocar a “vulnerabilidade” como uma posição requer deslocá-la de uma explicação causal, sem, no entanto, desqualificar as suas relações com uma possível “periculosidade”¹⁵ presente em algumas situações de relacionamento humano, como o crime.

Reposicionar o duelo autor/vítima requer também assumir a distinção entre o processo judicial, que define o lugar da vítima e do réu, e os processos sociais e psíquicos, onde estas definições são muito mais fluidas e instáveis. (Pignol, 2005)

Mais uma vez não só a prática e a teoria, mas o tempo entre sujeito e instituição chamam a uma reflexão sobre o papel do psicólogo nas instituições de Direito e na resposta às questões sociais emergentes.

Sobre isto Villerbu (2003) também chama a atenção para o problema relacionado ao momento em que o especialista da área da Psicologia é chamado a opinar em segurança pública, como nos laudos, principalmente os que tratam sobre a “periculosidade” e que embasam decisões sobre possíveis reincidências criminais:

O problema da reincidência das infrações e dos crimes questiona os critérios de definição sobre a periculosidade criminológica e psiquiátrica, na interface dos saberes judiciais, das referências psicopatológicas, na interface das questões de prevenção, o que a faz parte do jogo permanente das políticas sanitárias, sociais e criminais.¹⁶ (Villerbu, 2003, pp. 13,14)

Mais uma vez fica claro o paradigma da Prevenção centrado na possibilidade de reincidência, o qual é discutido também por Hirschelman, fazendo uma análise sobre a “avaliação de risco”:

As teorias sobre a periculosidade se anulam umas às outras mas discorrem geralmente todas diante de uma mesma conclusão, que é aberrante predizer a periculosidade criminológica de um sujeito sem contar o problema ético de atentado à liberdade do outro que o falso prognóstico pode causar.¹⁷ (Hirschelman *in* Villerbu, 2003, p. 61, tradução minha)

¹⁵ O termo original é "dangerosité", a tradução literal é "periculosidade", nota-se portanto uma maior correspondência à "riscos" enquanto termo de discussão teórica no Brasil. No entanto, como é colocado nos estudos em psicocriminologia, periculosidade diria respeito a uma característica atribuída a um sujeito, por exemplo através dos laudos técnicos, por isto o termo foi traduzido literalmente em grande parte do trabalho.

¹⁶ Trecho original em Villerbu (2003): “Le problème de la réitération des infractions et des crimes interroge les critères de dangerosité criminologique et psychiatrique, au croisement de savoirs judiciaires, de références psycho-pathologiques, au croisement des questions de prévention, dans le jeu permanent des politiques sanitaires, sociales et criminelles.” (Villerbu, 2003, pp. 13,14).

¹⁷ Trecho original em Villerbu (2003): “Les théories sur la dangerosité se chassent les unes les autres mais capitulent toutes devant la même conclusion qu'il est aberrant de prédire la dangerosité criminologique d'un sujet, sans compter le problème éthique de l'atteinte à la liberté d'autrui que le faux pronostic entraîne.”

Diante deste tipo de constato e de envolvimento do profissional psicólogo no campo criminológico, a sua função deve ser constantemente questionada, independente do seu papel, enquanto técnico, gestor, administrador, pesquisador. Toda experiência neste campo envolve necessariamente assumir um poder e um posicionamento.

Villerbu (2003), ampliando o debate sobre o papel da Psicologia diante destas demandas, cita um artigo de Portelli apresentado pelo jornal *Le Monde* em 1996, dizendo sobre o deslocamento da “expertise psi” na esfera judicial, onde o mesmo enfatiza:

“O especialista psiquiátrico tiraria proveito em retroceder à sua especificidade. A não mais responder às mil questões, as quais em sua maioria não são de sua competência. A recusar a representar o vidente. A não mais intervir em todos os estados do processo nem por todos os atores: pelo suspeito, antes da pena, pela vítima para julgar sua credibilidade, seu traumatismo... A melhor delimitar seu campo, a saber dizer não às solicitações de uma população amedrontada e de uma justiça desamparada.”¹⁸ (Portelli *in* Villerbu, 2003, p.14)

A Psicologia no campo criminal responde tanto aos anseios de reorganização e alívio de sofrimento dos sujeitos envolvidos, quanto à ansiedade coletiva nas suas demandas por segurança e tranquilidade (Hirschelman, 2012). O que ainda não é claro é o posicionamento profissional diante destas duas esferas e como ele pode atender o sujeito, a sociedade, a instituição, quando seus objetivos se apresentam de maneira dissonante.

Hirschelman aponta que o posicionamento central da psicologia é diante do sofrimento, diante do conflito. Conflito, por exemplo, que o comportamento delinquente faz aflorar e diante das reações sociais que normalmente o sucedem. O sujeito que aparece envolvido em uma situação criminal, aparece enquanto protagonista de um conflito intrapsíquico e interrelacional, ou ainda, enquanto ator que marca um conflito referente à imposição de uma norma social (Hirschelman, 2012).

18 Trecho original em Villerbu (2003): “L’expert psychiatre gagnerait à revenir à sa spécificité. A ne plus répondre aux milles qstions dont la plutpart ne sont pas de son ressort. A refuser de jouer au devin. A ne plus intervenir à tous les stades du procès, pour tous les acteurs: pour le suspect, avant la peine, pour la victime pour juger de sa crédibilité, de son traumatisme... A mieux délimiter son champ, à savoir dire non aux sollicitations d’une population apeurée et d’une justice désamparée.”

O que indica Hirschelman neste campo complexo é que o saber psicológico auxilia no reconhecimento do sujeito como “em situação”, opondo-se a uma leitura linear determinista de causa-efeito de um acontecimento. É necessário entender que o sujeito envolvido em um ato criminal traz consigo um conflito e todos os elementos associados ao mesmo: sua situação social, sua história, sua personalidade, as consequências da passagem ao ato, a reação social, seus conflitos psíquicos e relacionais e sua oposição situacional a determinadas normas sociais (Hirschelman, 2012).

Para Villerbu (2008) o acontecimento criminal além de ser um conjunto de variáveis objetiváveis, traz impactos e repercussões, podendo promover eventuais reorientações existenciais. É o que também pensa o usuário que motivou o tema desta pesquisa dizendo que “o que vale nesta vida é o repente”, e versando sobre como o tratamento institucional dado ao “desacato” que ele cometeu frente a um policial e como este tratamento vinha impactando na sua vida.

Talvez esta seja uma questão mais do que indicadora, reveladora de que o crime pode trazer em si um potencial de mudança, de questionamento, de reorientações. O que se pretende analisar com a fala das pessoas envolvidas em acontecimentos criminais – se o crime, tal como foi considerado, trouxe elementos de reorientações existenciais na sua história de vida.

Dentro deste questionamento é preciso ainda considerar se o que é significativo para o sujeito (no sentido de resignificar, reposicionar, reorientar) corresponde ao mesmo acontecimento que foi destacado pelas normas sociais enquanto crime (a escolha social sobre o que é crime e qual o crime que precisa ser combatido). O crime aqui considerado como alerta de cuidado, de atenção social para um determinado tipo de acontecimento, que carrega consigo eventual perigo para os sujeitos envolvidos e para a coletividade, mas também como

instrumento de seleção e de exclusão, de manutenção do poder e do interesse de uma minoria que detém e controla o poder.

Estas questões serão analisadas no referencial proposto pela psicocriminologia, ou seja, de questionamento dos elementos reveladores de um acontecimento criminal, de reposicionamentos em relação ao envolvimento do sujeito, indo além do que lhe é institucionalmente imputado. Além disto, para entender e questionar estas afirmações, far-se-á no próximo capítulo algumas considerações teóricas sobre acontecimentos e sobre histórias de vida.

Cap. 3: História de Vida e Acontecimentos Criminais

“Histórias importam, muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para desprover e tornar maligno, mas histórias também podem ser usadas para potenciar e humanizar, histórias podem quebrar a dignidade de um povo, mas as histórias podem também serem usadas para reparar esta dignidade quebrada.”
[Chimamanda Ngozi Adichie](#)

História, Fala e Acontecimento são os substratos de análise deste estudo. Por sua densidade e óbvia importância nas vivências humanas e culturais estes elementos já foram estudados e considerados de maneiras muito distintas tanto no campo da Psicologia quanto em outros, como a Linguística e a História. Este capítulo evidenciará alguns autores, sobretudo da Psicologia, que consideraram esses elementos não apenas como objeto de estudos, mas como propostas “acontecimentais”, transformadoras, evidenciando formas de abordar estudos ampliando histórias, revelando falas e pretendendo fazer acontecer.

Estas metodologias e propostas teóricas são consideradas a partir de alguns princípios comuns sobre os temas: Acontecimentos, Narrações Autobiográficas e percurso Histórico de Vida. Três pontos convergentes foram considerados:

- A autenticidade do discurso – considerar como verdade a história narrada pelo sujeito. Como verdade daquele instante, considerando a intenção dos interlocutores e do contexto da pesquisa.
- A fala que se elabora e que elabora – falar é um exercício de criação de si mesmo e de uma relação social que segue os princípios das possibilidades determinadas por condições sociais, históricas e temporais.
- O tempo – considerar a narração no seu espaço temporal de presente, com um passado e um futuro sempre pronto a novas elaborações e com uma incerteza de sentidos inerente.

A História Oral de Vida é uma metodologia proposta por Ecléa Bosi (2013) em seu livro *O Tempo Vivo da Memória (Ensaio de Psicologia Social)* e que pretende valorizar a história a partir de relatos autobiográficos.

Este método é privilegiado neste estudo pelo fato de considerar uma narração autobiográfica sem contudo considerá-la simplesmente de um ponto de vista individualista. A proposta não é exatamente trabalhar sobre uma (ou mais) história individual, mas é de fomentar um ponto de vista individual e momentâneo sobre a história coletiva da qual o sujeito faz parte ativamente.

Esta autora propõe que a narração autobiográfica seja também uma forma de recontar a História, que, no entanto, normalmente é registrada de forma privilegiada por estudiosos e especialistas, abordando macroelementos e desconsiderando as “micro-histórias” que compõe o tecido cultural de uma época (Bosi, 2003).

Segundo Ecléa Bosi “a história que estudamos na escola afasta, como se fossem de menor importância, os aspectos do cotidiano, os microcomportamentos, que são fundamentais para a Psicologia Social” (Bosi, 2003, p 15). Ela propõe o resgate do fazer crônicas, como retratos orais do cotidiano.

Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida quotidiana. Colhe pontos de vista diversos, é uma recomposição constante de dados. (Bosi, 2003, p 25)

Recontar histórias de acontecimentos criminais, narradas pelas pessoas envolvidas no mesmo enquanto protagonistas, é uma forma de recompor uma componente histórica perdida, pouco valorizada. Normalmente a fala dos envolvidos neste tipo de situação costuma ter tratamento institucional, serve como testemunho de “verdades”, para julgamentos. A História hegemônica sobre estes acontecidos é narrada e difundida apenas parcialmente, contada por cientistas e juristas, correndo o risco de ser tomada como a única história. Mas, “a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais

que se escondem atrás dos episódios.” (Bosi, 2003, p 19). Por isto, os interlocutores destas falas pretendem se incluir como autores multiplicadores da história, diminuindo o risco de que as “histórias únicas” prevaleçam.

Chimamanda Ngozi Adichie, escritora, em seu vídeo *“The danger of a single story”* apresentado e disponibilizado pelo movimento TEDx¹⁹, oferece um depoimento pessoal notável sobre os efeitos de uma história única, contada por alguns, sobre outros, como se estes outros fossem também unicamente iguais entre si.

Ao contar sobre as histórias generalistas que permeiam a sua história pessoal, por fazer parte de um país africano e por ter vivido situações difíceis que poderiam confirmar alguns estigmas a seu respeito, ela diz:

Todas estas histórias fazem parte de mim, de quem eu sou, mas insistir nestas experiências negativas é planar minha experiência e esquecer tantas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é eles serem mentira, é eles serem incompletos. Eles fazem uma história se tornarem a única história. (Adichie, 2009)

Chimamanda cita o “princípio de nkali” para explicar as relações de poder sobre as histórias. A autora diz que esta palavra de origem nigeriana é normalmente traduzida como “ser maior que o outro”. Este princípio definiria então: “quais as histórias são contadas, quem as conta, quando as conta, quantas histórias são contadas”. Estas definições estão, segundo a mesma, em relação de dependência com o poder: “O poder é a capacidade não só de contar a história sobre uma pessoa, mas de fazê-la a história definitiva dessa pessoa.”

A consequência da história única é esta: rouba das pessoas a sua dignidade, torna o reconhecimento da nossa humanidade partilhada difícil, valoriza o quanto somos diferentes e não o quanto somos semelhantes. (Adichie, 2009).

¹⁹ TED e TEDx são eventos organizados e coordenados pelo movimento global TED de difusão de conhecimentos e de disponibilização dos mesmos de forma gratuita. Os eventos são organizados em vários lugares do mundo, apresentando uma diversidade de palestras curtas sobre um tema comum, os mesmos são gravados e todo o material é disponibilizado gratuitamente no site do movimento e via Youtube. No primeiro ano em que foi criado, em 2009, foram registrados 279 eventos. Em 2010, foram 952 e em 2011 este número saltou para 1645. Já no ano passado, foram mais de 2700 eventos, ocorridos em 149 países, 1600 cidades e 90 línguas, produzindo cerca de 22000 palestras, disponíveis gratuitamente no Youtube e com mais de 93 milhões de exibições. Informações colhidas no site do evento: <http://www.tedxgoiania.com.br/sobre-o-tedx/>

Vale lembrar as histórias que se escrevem e que predominam na área criminal pouco compreendem a fala de seus protagonistas e quando as compreendem tendem a reforçar opiniões, explicativas quando possíveis, sobre eles. Elas não vão apenas reforçando estigmas e formando verdades unilaterais, seguindo o “princípio de nkali”, elas vão formando uma memória coletiva que se enraíza sobre o que é contado, sobre o que pôde ser registrado.

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais. (Bosi, 2003, p 22)

Por isto, há um potencial de “crônica urbana” em cada acontecimento criminal quando os mesmos são contados pelos envolvidos nesta História.

Ecléa Bosi conta como este tipo de história, as crônicas urbanas, foram ocupando um lugar de menor importância na atualidade. Esta desvalorização seria concomitante aos questionamentos sobre algumas teorias históricas hegemônicas até os anos 1970, como a hegeliano-marxista e a teoria evolucionista. Com a contestação destas verdades já instituídas, “o oceano de pequenas histórias tomará seu lugar, como a história do descontínuo, do pontual, do que parece fragmentário, ao ponto de esquecer o tecido histórico que sustenta os fatos.” (Bosi, 2003, p. 15)

Recuperar as micro-histórias é uma forma de materializar encontros e momentos, de permitir o descontínuo e o fragmento, sem resumir a história contada a estes fragmentos e elementos de descontinuidade. Recontá-la é um ato político, além de um exercício científico.

Para Villerbu, o exercício de narrar a própria história é semelhante ao movimento de criação de um mito, direcionado sempre a alguém, com todas as suas intenções, com os limites e aberturas de sentidos inerentes a cada situação de narração e relação interlocutor/narrador (Villerbu, 2008). Há, portanto, um exercício de criação que deve ser considerado, onde os vazios e as lacunas trazem muito mais informações que os sentidos enraizados das palavras. Alguns acontecimentos ocupam este lugar de desconfiguração,

enquanto outros podem ocupar uma simples formalidade, repetição, sem um sentido de transformação.

Enquanto as Histórias trazem a visão temporal de um contínuo (mesmo que não-linear), os acontecimentos vêm marcar as possibilidades de rupturas, de desvios, de impactos cristalizados nesta relação indissociável entre história individual e coletiva.

Neste estudo acontecimento é considerado como um marco entre passado e futuro, um *destecimento* e abertura ao *retecimento* (Figueiredo, 1994). Autores como Masson (2005), Villerbu (2008) e Figueiredo (1994) parecem convergir seus estudos e considerações teóricas nessa mesma direção.

Diante de um dos princípios de análise, a consideração temporal, percebe-se que a noção de tempo diante do acontecimento se mostra como parcialmente apreensível. Passado e futuro revelam uma existência fluida e que percorrem possibilidades de sentidos prontas para serem transformadas. Nesta perspectiva a noção de causa-efeito é completamente limitada pela sua instabilidade.

Antoine Masson (2005) em seu texto “*Inscrever a transgressão na relação, rito e reconhecimento*”²⁰ (tradução minha), descreve a noção de momento como premissa para considerar as transgressões que acompanham a adolescência. Ela considera três níveis de significação da noção de *momento*: 1. Primeiramente, um momento, designaria um pequeno período de tempo, separável do percurso fluido do tempo. Ponto espacial e pontualidade temporal, como uma ilha imóvel no fluxo do tempo, um punhado de tempo separado do tempo. 2. Em seguida, a noção de momento designa uma pulsão de movimento, o momento pulsional, que vem com as noções da física, de força propulsora, considerando as determinantes externas que mobilizam esta propulsão, mas também a psicológica, efeito das

²⁰ Título original: “Inscrire la transgression dans le lien, rite e reconnaissance” (Masson, 2005).

paixões antigas (herdadas), presentes ou futuras. 3. E, enfim, a noção de momento designando uma fase de um processo de desenvolvimento, enquanto passagem ativa de toda história anterior condensada como causalidade do que ainda está por vir. Ela conclui:

O momento adolescente se inscreve assim como transição singular de um estado a um outro, ato de reprodução transformador da vida, marca de vida submetida à metamorphose.²¹ (Masson, 2005, p. 4, tradução minha).

Masson coloca a definição de momento como algo que pode se configurar em um tempo cronológico, seja ele relativamente longo, como uma “fase”, ou como um intervalo relativamente curto de tempo, mas que porém, “cristaliza”, “marca”, “resolve e inaugura novas configurações”, esta segunda concepção se aproxima da caracterização de “acontecimento”²² proposta por Villerbu (2008):

O acontecimento é não somente um conjunto de variáveis objetiváveis, mas ele cristaliza os impactos ou repercussões com os quais se dirá que eles são fontes de excitações ou de eventuais reorientações existenciais. Segundo o nível de integração dos mesmos na história de vida e nas normas dos espaços compartilhados.²³ (p. 2, tradução minha).

Já Figueiredo (1994), traz uma análise sobre Acontecimento a partir de uma leitura psicanalítica e filosófica (a partir de Heidegger) em *“Fala e Acontecimento em Análise”*, onde ele caracteriza o acontecimento em diversas perspectivas, inclusive a “temporal”. Mas o tempo diferente do cronológico, o temporal para o sujeito, que diz de uma história passada e sobre um futuro idealizado ainda a acontecer. Sob este ponto de vista, o acontecimento se relaciona com o passado e com o futuro, ele diz, por exemplo:

Há, portanto, dois momentos em cada acontecimento: uma quebra de sentido (...) e a re-emergência de sentido que, em seguida – com intervalos mais ou menos longos – (re)constitui passado e descortina um novo futuro (...). (Figueiredo, 1994, p. 155).

²¹-Trecho original em Masson (2005): “Le moment adolescent s’avère ainsi transition singulière d’un état à un autre, acte de reproduction transformatrice de la vie, empreinte vivante soumise à la métamorphose.”

²² A palavra em francês utilizada pelo autor é “événement”.

²³ Texto original em Villerbu (2008): “l’événement est dès lors non seulement un ensemble objectivable de coordonnées mais il cristalise les impacts ou retentissements pour lesquels on dira qu’ils sont sources d’excitations ou d’éventuelles reorientations existentielles selon leur seuil d’intégration dans l’histoire de vie et dans les normes de l’entourage.”

No entanto, o sentido do acontecimento, para Figueiredo, não é dado nem pelo passado, nem pelo presente, mas é um sentido *a posteriori*, sem que este *a posteriori* lhe confira uma estabilidade de sentido. Há sempre possibilidades de ressignificar, inclusive a partir dos novos acontecimentos.

Entre as particularidades propostas por Figueiredo, destaca-se a consideração sobre a fala, pensada como um *dispositivo acontecimental*. A fala é um elemento que desconfigura e reconfigura um acontecimento dentro de encontros com o outro e na composição de sua própria história.

A fala neste estudo, seguindo a proposta de Figueiredo (1994), é acontecimento e faz acontecer. No seu estudo ele coloca duas possibilidades de tratamento dado à fala: “uma que implica em tratar a **fala como acontecimento**” (Figueiredo, 1994, p. 151, grifo do autor), em contraposição à fala enquanto ato de representar e comunicar, ou seja, à fala considerada como algo que um sujeito faz. Na segunda possibilidade “a fala é surpreendida fazendo acontecer”, ou seja, como “um **dispositivo acontecimental**.” (Figueiredo, 1994, p. 151, grifo do autor).

O Contar História é considerado assim, também um dispositivo acontecimental e histórico, que segue não só o acaso de cada encontro mas um movimento que atende a determinadas condições e possibilidades deste encontro e que, ao mesmo tempo, participa da criação de novas possibilidades de sentido e da construção de novas histórias.

A fala que conta a história é apresentada a partir da intenção analítica de compreensão, tenta se libertar da tendência investigativa com que normalmente é considerada quando traz elementos de um acontecimento criminal.

As histórias individuais são apresentadas como recortes integralizados na vida de pessoas que vivenciaram movimentos históricos e coletivos.

Os recortes e análises, apresentados no capítulo a seguir trazem o ponto de vista do encontro, do sentido que a fala desperta no momento histórico dos encontros entre o narrador e o interlocutor (pesquisadora).

Além do encontro com os participantes, antes dos mesmos acontecerem, houveram reuniões com os técnicos sociais dos Programas CEAPA e PrEsp. Esses profissionais foram também mediadores do contato com os participantes. Tais reuniões são parcialmente descritas e analisadas no capítulo a seguir como parte do caminho que preparou a escuta.

Cap. 4: Entrevistas – Preparando a escuta

“O conflito entre forças antagônicas, obediência à autoridade ou rebelião, é ocorrência comum em nosso cotidiano. E um exame da História nos prova que a obediência causou males maiores que a rebeldia (como aconteceu no nazismo)”. (Bosi, 2003, p. 129)

Quem entrevistar? Quais os critérios para definir os “sujeitos”?

Entre diversas possibilidades de levantar critérios para escolha dos entrevistados, a opção foi priorizar uma *escuta de afetação*. A escolha dos sujeitos a serem entrevistados foi feita pelas Equipes do CPC, Programas CEAPA e PrEsp, a partir de encontros e diálogos dos técnicos destes Programas com a pesquisadora. Uma reunião inicial aconteceu para que o tema e pontos teóricos fossem apresentados, discutidos e a partir da mesma foi aberta um diálogo sobre “os sentidos”: sentido que, na percepção dos técnicos, alguns usuários davam ao percurso penal que estavam vivenciando junto aos Programas; ao sentido que os próprios técnicos percebiam na consideração dos acontecimentos criminais a partir dos relatos dos usuários; e ainda, os sentidos analíticos e ressentidos afetivos dos técnicos diante destas considerações.

Partes destes diálogos e considerações analíticas foram anotadas em um diário de bordo e serão apresentadas a seguir²⁴, de acordo com os dois encontros, um com cada equipe, que aconteceram separadamente, seguindo a disponibilidade de cada Programa. Vale lembrar que as equipes já tinham uma proximidade com a pesquisadora devido ao tempo em que a mesma foi gestora dos Centros de Prevenção e algumas observações e análises trazem informações e vivências deste momento.

4.1. Encontros com o CEAPA

²⁴ Optou-se por fazer a redação destes escritos em terceira pessoa, já que refletem um diálogo com as equipes, no qual a pesquisadora se coloca como participante ativa e não apenas como observadora.

A Equipe do CEAPA é multiprofissional, como previsto na concepção do Programa, e contava no momento da pesquisa com duas profissionais de Serviço Social, duas Psicólogas, um bacharel em Direito e estagiários destas três áreas. Os técnicos trazem uma longa experiência no Programa, dois dentre eles estão no mesmo desde a sua inauguração, há aproximadamente oito anos, outros já passaram pelo lugar de estagiário e hoje são técnicos e outros estão no Programa há pelo menos um ano. Eles demonstraram muita abertura em colaborar com a pesquisa e trouxeram vários casos de pessoas que os afetavam no sentido que a pesquisa propunha: pessoas envolvidas direta ou indiretamente em situações criminais que trouxessem uma relação entre o acontecimento criminal e a sua história de vida, tomando como exemplo o caso do usuário, atendido pelo Programa, que citou a frase motivadora da pesquisa (“o que vale nesta vida é o repente”).

Após apresentar a proposta da pesquisa e das entrevistas, refletimos juntos sobre o tempo institucional versus tempo do sujeito. Pensamos sobre a “necessidade” de encontrar respostas institucionais para cada sujeito. Como se cada usuário devesse sair do acolhimento, atendimento, com um “produto” que simbolizaria um “serviço prestado”, mas que ao mesmo tempo mascara e evita a resistência, a escuta das faltas de respostas sentidas por cada usuário, evitam a dúvida essencial do sujeito, muitas vezes a abreviam com o oferecimento precoce de encaminhamentos a outros serviços. A dúvida é também um espaço de angústia para os profissionais. Algumas frases dos técnicos foram ditas neste sentido: “*Não consigo entender essa pessoa*”; “*Ele tem um discurso desconexo, não consigo entender o suficiente para dar andamento.*”

Pensar sobre a resistência do sujeito aos encaminhamentos e respostas institucionais revelam uma reflexão sobre as possibilidades de mudança do usuário, aqueles que resistem, parecem, na verdade, serem os mais participativos, os que aproveitam o tempo de cuidado institucional para melhor elaborar os próprios sentidos. Rauter, em seu artigo “*Pode o*

psicólogo fazer previsões de comportamento?”, traz uma observação no sentido de sugerir que os presos que resistem dentro do sistema prisional seriam igualmente os que apresentam maior possibilidade de mudanças quando ultrapassam os muros da prisão. (Rauter, n.d.a).

Da parte dos técnicos, há uma luta temporal que se instaura, entre o que a instituição se propõe (encaminhar o sujeito ou para o cumprimento da medida ou para outros serviços...) e o tempo de cada usuário (que resiste, consente ou aceita o encaminhamento proposto de acordo com o seu tempo, suas escolhas e possibilidade de reação).

Do ponto de vista dos usuários, neste Programa, o tempo de resistência aos encaminhamentos e respostas institucionais prontas é elemento de análise relevante. No caso das Penas e Medidas Alternativas, ele começa (normalmente com um consentimento) no Juizado Especial, este tipo de Pena/Medida é “oferecido” ao sujeito como “transação penal”, como “benefício” e como possibilidade de não levar o processo adiante. Ele, na prática, “escolhe” responder cumprindo pena/medida para evitar um tratamento jurídico mais lento do processo ao qual está envolvido enquanto autor. Em contrapartida, ele, tido como autor, não apresenta perante o juiz as suas razões (normalmente o encontro se dá com conciliadores e as atas seguem um formato bastante generalista, o que mostra um processo pouco personalizado), não encontra com possíveis vítimas ou testemunhas, evita um “julgamento”, mas, muitas vezes, se vê como injustiçado por “não poder se defender”.

É como se, ao assumir logo a autoria, ele concordasse que este fluxo é mais interessante, por ser mais rápido e menos constrangedor para si. Há um movimento de consentimento que pode ser percebido pela fala dos usuários em primeiro atendimento.

É comum nestes primeiros atendimentos no Programa CEAPA, quando o usuário vem contar sua versão dos fatos, uma certa lamentação com o fato de não poder se defender ou apresentar as suas razões. Este tipo de atitude é ainda mais comum nos casos de desacato à

autoridade. A resistência aos atendimentos e encaminhamentos, trazem, algumas vezes, este sentimento de injustiça, diante do que a justiça coloca como “benefício”.

Apesar das penas e medidas alternativas representarem um grande avanço mundial no tratamento dos delitos e contravenções penais, a aplicação da mesma ainda esbarra em procedimentos institucionais limitantes em relação, por exemplo, às possibilidades de defesa do sujeito.

Quando o usuário chega ao CEAPA, normalmente ele já atravessou uma série de instituições de Justiça e de Segurança. É comum que ele tenha iniciado os encontros institucionais a partir de uma abordagem da Polícia Militar, que os encaminha a uma Delegacia (Polícia Civil), podendo ser retido provisoriamente em uma Instituição Prisional ou não. A partir do direcionamento de seu caso à Justiça, quando citado, o mesmo responde então a um processo no Juizado Especial Criminal ou em uma Vara Criminal. Deste processo poderão também participar outras instituições como Ministério Público ou Defensoria Pública, além de várias pessoas em funções de Advogados, Testemunhas, Escrivães, Vítimas, Assessores, etc. Só após definida uma pena ou medida é que o usuário vai até o CEAPA para ser acompanhado durante o cumprimento da mesma.

Neste contexto, os técnicos, pelo seu lugar no percurso institucional, assumem um papel de certa tutela do usuário, que vai mais no sentido de garantir acesso aos direitos, de ouvir e tentar diminuir certas vulnerabilidades e de prestação de serviço ao usuário. Seu papel não é apenas acompanhar e monitorar a pena, mas o sujeito, diante das suas possíveis vulnerabilidades. Entre o caminhar do sujeito e o cumprimento da sua pena, há, muitas vezes, incompatibilidades temporais e espaciais. Alguns técnicos citam, por exemplo, diante de um caso que os afeta:

“Esta pessoa quer muito ser escutada”; “Já estamos atendendo há muito tempo e não temos mais recursos para lidar”; “Ele quer sair deste lugar de doente, de louco”; “Já o encaminhamos, atendemos a mãe, as solicitações, ...”; “Acho, na verdade, que ele não quer cumprir e nós estamos ajudando ele a isto, do tanto que o tutelamos.”

Uma das pessoas que foi entrevistada, Pâmela²⁵, foi escolhida a partir da afetação expressa por um dos técnicos²⁶, que enquanto folheia seu dossiê institucional, diz:

“Pelo que você apresentou da sua pesquisa, pensei na Pâmela, ela tem um histórico de violência muito marcado”; “a gente se encanta com as pessoas, na minha vida profissional esta é a segunda pessoa que eu me encanto”; “pela força dela, pela superação...”; “Ela traz um histórico de violência familiar, hoje está no quinto casamento, todos com histórico de violência. Tem um filho preso, já foi processada por abandono de incapaz... além de estar respondendo a pena por outro motivo.”

Sobre outro entrevistado, Francisco, o técnico cita:

“Fiquei encantada também”; “Ele negou o encaminhamento à UAI²⁷ pois disse que estaria tirando a oportunidade de outras pessoas”; “Ele se negou também a prestar serviços aqui, no Centro de Prevenção, pois disse que aqui não era necessário e ele queria ajudar de verdade.”

Estes dois usuários foram contatados pela equipe e aceitaram fazer parte da pesquisa voluntariamente. A entrevista com eles aconteceu no próprio Centro de Prevenção, em uma sala de atendimento.

Eles estavam em um momento concomitante de responder à pena/medida, sendo acompanhados pelo Programa e se mostraram bastante interessados em participar. Os próprios técnicos marcaram o dia e a hora da entrevista.

Ester, mais uma entrevistada, atendida pelo CEAPA, traz um envolvimento indireto com a situação criminal. Este aspecto foi tomado como uma possibilidade de questionar o tipo de envolvimento – há envolvimento indireto? É possível ter clareza sobre quem é o Autor? Qual a correspondência entre a autoria real, ou autorias, e a autoria classificada judicialmente?

Neste sentido, de questionamento, a pesquisa não foi restrita aos “autores”, envolvidos diretamente, mas a qualquer pessoa que se coloca impactada por uma situação criminal. Tendo como referência pessoas que buscam os Programas de Prevenção a Criminalidade. Ester é uma delas.

²⁵ Nome fictício escolhido pela participante da entrevista.

²⁶ Para que nenhum dos técnicos sejam pessoalmente identificados, eles serão citados de maneira genérica como “um dos técnicos” ou “o técnico”, sem que os mesmos signifiquem uma identificação de gênero.

²⁷ Encaminhamento oferecido pelo Programa à Unidade de Atendimento Integrado para solicitar a gratuidade na reemissão da carteira de identidade.

A equipe a apresenta desta forma:

“Na verdade a gente atende mais a mãe do que o filho. Ela que traz e que leva o filho para os encaminhamentos”; “Atualmente é ela também que compra, divide e prepara a droga para o filho”; “Ele responde por uso/abuso, artigo 28”; “Ela justifica o envolvimento do filho pelo fato do mesmo ter assistido ao assassinato do pai quando pequeno. O pai foi assassinado pelo irmão”; “No primeiro atendimento eu não atendi a ele, ele ficou aguardando na recepção porque o atendimento dela durou muito tempo”; “eu conversei com ele uns cinquenta minutos”; “o irmão dele está preso”, “ele parece já trazer alguns prejuízos cognitivos pelo uso e abuso de drogas, talvez seja por isto que ela sempre está com ele.”

Há um cuidado que se estende em alguns casos, que vai além do contato com o usuário, raramente esta escolha é feita pela Equipe, o envolvimento de outras pessoas e também de outras instituições determina e também é possível diante de necessidades e possibilidades de laços estendidos. A Equipe também pode e tem previsto na sua metodologia de trabalho fomentar esta extensão, a prática e o acompanhamento de alguns casos mostra que há uma coafetação acolhedora e com potencial de transformação de situações difíceis, que se tornam mais difíceis quando envolvem um encontro restrito ao usuário. Não só uma afetação plural de auxílio e apoio é visível, mas o envolvimento e impacto de uma situação criminal vai sempre além dos protagonistas.

Por isto, envolvimento direto ou indireto são posições na verdade muito mais fluidas do que o que é instituído pela Justiça (Pignol, 2005). Várias vezes se acompanha casos onde em uma abordagem policial domiciliar, por exemplo, a família (residentes de uma mesma casa ou com laços afetivos e relacionais) responde da mesma forma, ou ainda, de forma mais intensa por flagrantes, mandatos, ou outros procedimentos mais informais. Assumem dívidas, escondem pistas, são levados a Delegacias, passam pelas constrangedoras revistas ao fazerem visitas em prisões e também acompanham seus filhos, pais, companheiros(as) durante ações que podem ser criminalizadas ou enquanto cumprem e respondem a penas e medidas.

Em 2012 o Programa Fica Vivo! foi testemunha de uma situação dramática neste sentido, quando, em uma operação policial o irmão de um jovem, considerado autor de tráfico, foi assassinado enquanto dormia (esta é a versão histórica da comunidade). Nesta

ocasião, parte da comunidade manifestou e pediu justiça, clamando por uma maior atenção ao caso. No entanto, não se ouviu mais notícias de como o mesmo foi tratado juridicamente.

No caso de Ester, outro fato que chama a atenção é o papel da família não apenas no impacto, mas também na própria concepção, justificativa e apoio às situações que podem ser criminalizadas. Outros casos já foram discutidos com esta equipe, por exemplo, quando toda uma família se alimenta e paga suas contas a partir do dinheiro vindo do tráfico, exercido por um dos filhos, há uma dinâmica de sustentabilidade, financeira e emocional, que precisa ser considerada quando se espera interferir em uma dinâmica criminal. Situação comumente encontrada nos Programas Fica Vivo!, CEAPA e PrEsp.

Diante destas considerações fica claro que, para este estudo, não há envolvimento indireto, há envolvimento a partir do momento em que a pessoa se vê ou se implica com alguma situação criminal. Uma das maneiras de perceber esta implicação é percebendo o quanto a mesma impacta nas suas escolhas futuras e ressignificações de passado, o quanto a mesma faz deste um “acontecimento” para sua vida.

O fato de responder ao crime em situação de restrição de liberdade, de ser preso, vem na perspectiva de fazer do crime algo mais impactante na vida do sujeito, de isolá-lo, de puni-lo, de fazê-lo refletir em “isolamento”, além, é claro, de, do ponto de vista social, de retirá-lo da convivência livre com a sua comunidade. Possivelmente sim, há vários estudos que demonstram o impacto subjetivo de uma prisão, mas esta não foi uma condição privilegiada para este estudo. Não foi necessariamente um critério de escolha. Se tivesse sido, o Programa PrEsp, por lidar com pessoas que já foram presas, teria indicado o mesmo número ou mais pessoas a serem entrevistadas. Não o sendo, a opção foi no sentido de provocar afetações e seguir as mesmas. O PrEsp escolheu sugerir a entrevista com dois usuários, mas apenas um foi entrevistado. O Encontro com esta equipe será apresentado a seguir.

4.2 Encontros com o PrEsp

Os profissionais do Programa de Inclusão dos Egressos do Sistema Prisional acompanham pessoas após a sua saída da prisão, a maioria em situação de “progressão de regime” (que prevê a continuidade da pena fora do sistema prisional, contando com regime aberto ou semiaberto), quando os mesmos têm a obrigação legal (imposta pelo juiz) de assinar mensalmente o termo de comparecimento, demonstrando estar em situação de monitoramento sociojurídico. Esta obrigação de assinatura abre também possibilidades de acompanhamento dos usuários por uma equipe multiprofissional, este atendimento e outras assistências materiais são direitos dos egressos, previstos pela Lei de Execução Penal. No momento da pesquisa, o Programa contava com um psicólogo, uma assistente social e um bacharel em direito e também com estagiários destas áreas. Esta equipe era bastante jovem no Programa, todos estavam a menos de um ano na função, salvo uma estagiária que já estava a mais de um ano no mesmo cargo. Foram realizados dois encontros com partes da Equipe, onde após apresentar os objetivos da pesquisa e da entrevista, falou-se sobre aspectos que afetavam a equipe e sobre percepções dos técnicos em relação aos temas abordados.

Um dos técnicos conta sobre como eles também trabalham os temas de “passado e futuro”, como por exemplo, em um atendimento em grupo recente em que eles propuseram uma escrita de cartas sobre o que os usuários esperam construir no futuro.

Passado e Futuro é tema comum diante da saída da prisão, o tempo de isolamento não é apenas um momento de desilusão, ele abriga igualmente muitas ilusões, ambições, expectativas. A saída traz uma realidade muitas vezes frustrante, mais complicada do que o que era esperado enquanto se sonhava e se esperava fechado, isolado, distante. O futuro se revela muitas vezes como fantasia.

Sobre o passado, a reflexão veio no sentido da busca de algo que justifique o acontecido:

Os usuários trazem algo para justificar o ocorrido, o fato, e nós também, profissionais, ficamos associando justificativas às demandas dos usuários, por exemplo, quando eles dizem ter perdido a identidade, logo já trazemos a declaração que ateste a sua pobreza sem necessariamente fazer a escuta.

As formalidades e ritos sociais, como “documentos”, “estudo”, “religião”, “trabalho”, são temas constantes entre os técnicos e os usuários. O trabalho, por exemplo, serve tanto como justificativa para crimes, quando o crime é o trabalho do usuário (no caso de tráfico, roubo de cargas, roubos a caixas eletrônicos – crimes que exigem um conhecimento e uma organização específica), quanto para a dificuldade em encontrar outras saídas formais de renda. Como conta um dos técnicos:

“Eles já tem a prisão como um empecilho para encontrar um trabalho, já dizem que não vão encontrar um trabalho por já terem sido presos.” “O ‘antecedentes’ passa a ser uma justificativa automática por não conseguir emprego.”

Os técnicos parecem se colocar em situações de persuasão, talvez tentando dar respostas à ilusão de uma sociedade realmente inclusiva e cheia de oportunidades: “*eu tenho que tentar dar o máximo que a instituição pode oferecer para o sujeito, mas, às vezes, ele nem quer.*”

Além da justificativa, dos elementos explicativos, os técnicos trazem o quanto a prisão traz marcas identitárias e que limitam escolhas de vida:

Acho que os que trazem o crime como marca identitária são os reincidentes. Esta identificação com o crime vem depois, pois a dificuldade de reinserção é muito grande, então o crime passa realmente a ser obrigatório para a sobrevivência. Eles têm um atestado de antecedentes criminais e aí então trazem esta situação na sua própria identidade.

Esta marca é também percebida, pelo tipo de crime: “*São poucos casos que têm uma ‘mudança de artigo’, de ‘tipo de crime’, tem muito mais o mesmo tipo de crime repetido em situações e tempos diferente.*”

Villerbu faz estudos sobre a “serialidade” que vão no sentido de questionar se todo crime traz elementos seriais, de repetição, elementos que remeteriam a um simbólico do

sujeito em ato. Nestes casos o autor usa a palavra, em francês, “empreinte” que remeteria às marcas de elaboração simbólica que trazem elementos de repetição em atos criminais (Villerbu, 2008).

Esta reflexão traz à memória um caso de um usuário do PrEsp, com histórico de “reconhecido sucesso” na sua carreira criminal atuando em quadrilhas de roubo de carga. A atividade principal dele após a sua prisão era fabricar carrinhos feitos à base de argila com um molde único, e o fazia em produção de grande escala, centenas, às vezes, milhares de unidades. Este caso teve destaque no acompanhamento do Programa em um momento em que os técnicos (que não fazem parte da equipe atual) preparavam uma manifestação artística de organização participativa chamada *Fórum Comunitário – Arte e Liberdade*. Associar o seu trabalho atual à sua carreira criminal passada através do sentido simbólico do “carro”, poderia ser reducionista, mas é também uma possibilidade de análise do simbolismo revelado em atos e escolhas, seja pelo crime, seja pela arte. O exercício artístico trabalhado nesta manifestação foi bastante revelador enquanto possibilidade de diálogo, de criação e de recreação.²⁸

Figueiredo (1994) traz reflexões sobre o sentido da criação artística, a partir da obra de Heidegger, no seu movimento de elaboração, mobilização e impacto que poderiam ser também evidenciados nos acontecimentos criminais.

Sobre a vulnerabilidade, os técnicos citam que ela é evidente sobretudo no caso dos usuários que cometeram crimes pela primeira vez: *“os usuários que cometeram o crime pela primeira vez trazem principalmente a questão da vulnerabilidade, enquanto explicação ao ato.”*

A vulnerabilidade como elemento comum no passado dos usuários não é colocada em dúvida pela Equipe. Há uma afirmação no sentido de perceberem evidências de uma falta material, de um histórico de vitimização, de violência, de acesso a direitos precário, de

²⁸ *Crear* no sentido grego significa dar existência material a um conteúdo simbólico.

instabilidade e insegurança de moradia, que parece se repetir em série e de maneira quase generalizada no caso dos usuários atendidos. O grande perigo deste constato é que ele valha como explicação causal generalizada, que ele sirva como “única história”.

A vulnerabilidade, mais que um elemento estigmatizador ou como explicação causal, pode ser considerada um elemento “serial” que marca muitas trajetórias de vida anteriores a um crime. No entanto este elemento não é uma característica pessoal, não é uma vivência, uma percepção, é, antes, uma situação social que submete, facilita, abre, conduz, cerca, naturaliza violências, reduz possibilidades.

Neste sentido, um dos técnicos aprofunda o diálogo, trazendo a maneira que o próprio Código Penal trata as “condições” do crime como possíveis elementos de justificativa que atenuam a penalização, o que estaria contemplado na ‘primeira fase’ do julgamento (Código Penal, art. 59, *in* Nucci, 2014). O mesmo cita igualmente a “Teoria da Coculpabilidade”²⁹, trazida por Zafaroni (*in* Nucci, 2014), a qual já motiva algumas jurisprudências no Brasil. Esta teoria propõe que, diante de certas vulnerabilidades, ausências ou violências institucionais, o Estado pode ser considerado “Coculpado” junto ao “autor” de alguns crimes.

Sem entrar no mérito da discussão sobre a legitimidade e possibilidade de aplicação efetiva da teoria da Coculpabilidade, vale ressaltar a mesma no contexto de um envolvimento criminal, na sua explicação causal, que vai muito além do autor, da vítima e das circunstâncias do crime. Esta teoria vem igualmente no sentido de uma consideração mais ampla sobre os fatores relacionados à ocorrência criminal, onde a ausência de oportunidades iguais seria então um fator a ser considerado na definição de uma pena.

Desta mesma forma as entrevistas com os usuários, apresentadas a seguir, servirão como respaldo para ampliar o campo de análise sobre situações criminais. Foram escolhidos

²⁹ Sobre a teoria da Coculpabilidade ver: “Trata-se da reprovação conjunta que deve ser exercida sobre o Estado, tanto quanto se faz com relação ao autor de uma infração penal, quando se verifica não ter sido proporcionada a todos igualdade de oportunidades na vida, significando, pois, que alguns tendem ao crime por falta de opção.” (Nucci, 2014)

recortes das narrações dos participantes que trazem elementos reveladores dos impactos sociais cristalizados na vida do sujeito e dos impactos da vida do sujeito no lugar e momento histórico de vida social e coletiva. São os elementos reveladores das vivências dos sujeitos que são priorizados como pontos convergentes de análise. Quatro pontos foram destacados: Família, Cidade, Instituições e Crime.

Cabe ainda ressaltar que o tipo de crime não foi considerado como critério de escolha dos participantes, já que o estudo parte de uma consideração social sobre o que é crime, aquele que define um certo percurso ritualístico pluri-institucional para o sujeito, e acaba se defrontando com a visão de cada entrevistado sobre o crime que cometeu e não sobre a classificação penal, que pode ser limitada e generalizante.

Outro aspecto a ser considerado sobre o presente estudo é que ele traça relações entre os acontecimentos, a perspectiva existencial do sujeito e a resposta institucional aos mesmos. Esta é uma relação que também fará parte das análises das entrevistas. Esta definição é considerada para marcar que o que define crime é a inscrição de um acontecimento social, caracterizando-o como crime e inscrevendo-o pelos caminhos institucionais ritualísticos. No entanto, os sujeitos, como será apresentado, relatam muitos outros acontecimentos em suas vidas que poderiam ser considerados crimes e não o foram pois não foram identificados institucionalmente. Esta consideração traz um elemento de análise importante em cima desta coincidência (ou dissidência) em relação aos crimes institucionalizados e os não institucionalizados, que repousa no questionamento sobre a eficácia do sistema de segurança pública. Ou seja, os crimes “cuidados” institucionalmente são realmente os que impactam na vida dos sujeitos escutados? São os que fazem o papel de “acontecimento” em suas vidas?

Pensar nesta perspectiva supõe igualmente assumir um discurso presente na prática da Defesa Social que seria uma intenção terapêutica da penalização, uma intenção que permearia

tanto a “recuperação” ou “reeducação” dos apenados quanto o “punir para dar o exemplo” e evitar a proliferação de um certo tipo de crime ou intenção criminal, mas que prevê igualmente a proteção do próprio indivíduo em relação ao seu comportamento e risco.

No entanto, cabe ainda lembrar que o importante deste estudo é o discurso inerente às situações criminais, enquanto reveladores de uma organização a um só tempo subjetiva, coletiva e histórica.

Analisar o discursivo de um crime é considerar que seu efeito não é dado *a priori*, nem está fadado a uma continuidade estável. Os efeitos de uma vivência vão se tecendo em uma relação bastante inesperada com outras vivências e com o rememorar o passado. É esta perspectiva temporal que permeia o estudo do Acontecimento e da História de Vida que se verá mais adiante a partir da narração de quatro protagonistas: “Pâmela”, “Ester”, “Francisco” e “Subaco”³⁰.

³⁰ Os nomes dos participantes são fictícios por razões éticas. Pâmela e Ester escolheram o próprio nome. Francisco e Subaco foram escolhas da pesquisadora.

Cap. 5: Análise das Entrevistas

“Haja hoje para tanto ontem.”
Paulo Leminsky

Para analisar as entrevistas foram escolhidos quatro temas comuns nas mesmas, reveladores de como o entrelaçamento dos acontecimentos criminais e das histórias de vida trazem uma compreensão possível sobre o modo de vida e de organização coletiva. Os temas que parecem trazer este elo entre o individual e o coletivo dos acontecimentos criminais, foram: Cidade, Família, Violência e Crime.

5.1. Cidade

Nas entrevistas falar da própria história incluiu contar um percurso, um caminho nada abstrato, muito concreto, cheio de lugares, passos, marcado pelo tempo, definidor de novos tempos, bairros que compõe cidades, vizinhança que possibilitam relações, movimentos que revelam modos de vida.

Rauter, no seu artigo “Pode o psicólogo fazer previsões de comportamento?”, cita o termo do geógrafo Milton Santos “globalitário”, como um movimento que caracteriza a presença global de totalitarismos dominantes que culmina em um processo de globalização excludente e autoritária. Neste movimento as prisões e os sistemas socioeducativos exercem a função de instrumentos de exclusão. Este termo vem também designar as forças definidoras de uma geografia das relações de poder nas cidades.

Milton Santos pensa as cidades, os lugares, como espaços vivos, reveladores, de resistência e, ao mesmo tempo, de reforço dos movimentos de exclusão, por isto os define como “esquizofrênicos”. Estes espaços são influenciados e contribuem para o fortalecimento dos totalitarismos financeiros, competitivos e de potências hegemônicas, mas ao mesmo tempo resistem, questionam, elaboram e difundem outras possibilidades de poder.

Junto ao movimento globalitário, da “emergência de novos totalitarismos”, vemos igualmente a naturalização dos graves problemas sociais, como fome, falta de moradia, desemprego e falta de água. Problemas facilmente solucionáveis com uma equidade distributiva, com uma saída da “perversidade sistêmica” como analisa Milton Santos: “Na verdade, a perversidade deixa de se manifestar por fatos isolados, atribuídos a distorções da personalidade, para se estabelecer como um sistema.” (Santos, 2000, p. 28) um bairro, a uma comunidade, a uma cidade ou a um país traz também possibilidades de laços de fraternidade, de relações de apoio, de abrigo.

A “naturalização da violência”, tema comum quando se fala sobre o fenômeno da violência, não é uma vivência isolada, é uma experiência coletiva atual, reflexo deste movimento perverso de dimensão sistêmica.

A globalização traz consigo o que Wacquant (*apud* Oliveira & Oliveira, 2009) trouxe em análise dentro da segurança pública: “o nível de responsabilização individual”; junto ao que Milton Santos destaca como a “condição de cada um por si” (Santos, 2006, p. 32), é fácil perceber este tipo de vivência na fala dos entrevistados.

Enquanto força de resistência a esta individualização, o pertencimento a um bairro, a uma comunidade, a uma cidade ou a um país traz também possibilidades de laços de fraternidade, de relações de apoio, de abrigo.

A relação de um morador com o seu território traz um sentimento de poder, de pertencimento, a ideia de domínio sobre o espaço em que se vive (Santos, 2000). Sair deste local, se mudar, carrega igualmente sentimentos. Em francês há uma palavra que descreve este sentimento, o “*dépaysement*” (como na expressão “se sentir *dépaysé*”), ou “*out of place*” em inglês, em espanhol já demonstra uma certa condição “*desplazado*”. São palavras sem correspondentes em português mas que demonstram mais que uma mudança de espaço, dão sentido a um sentimento e a condições que acompanham as mudanças. “O Território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.” (Santos, 2000).

Pâmela e Ester falam sobre o movimento delas na(s) cidade(s), sobre como as suas relações foram acompanhando e se transformando a medida que mudavam de um lugar para outro³¹.

No início da entrevista Pâmela conta sobre uma experiência de/em territórios:

Pra começar, gostaria que você me contasse sobre a sua vida, de maneira geral.

Minha vida, se eu fosse escrever acho que daria um livro.

E por onde você começaria?

Por onde eu começaria? Quando eu sofri um estupro. Eu estava na casa de uma amiga, morando com ela de favor. Aí um cara, era um senhor já, na época eu tava com 23 anos... e... morava eu, meus meninos, e ele pediu uma ajuda, porque ele não sabia onde é que ficava uma rua e eu sabia porque morava lá há muitos anos, eu fui mostrar pra ele, né, já era umas 8 horas da noite... e ele pôs um canivete no meu pescoço e me levou na beira do mato lá...

...aí... aí... nossa, fico até triste quando penso nisso, quando eu vi que ele ia... tava fazendo bagunça, achei uma pedra e taquei nele, acertei nele e ele desmaiou, e eu saí correndo, só que eu não sabia que tinha acontecer alguma coisa com ele, eu fiquei sabendo depois,

E ele morreu?

Morreu, e isso aí eu venho guardando comigo há muitos anos.

Ao falar das suas relações familiares, ela cita uma série de lugares que representam relações, que marcam alguns sentimentos e racionalidades que se ancoram em movimentos de lugares:

Eu já tentei suicídio várias vezes, várias vezes mesmo, a última vez eu não morri porque eu acho que que foi Deus que não queria que eu morresse mesmo, diz que o tal do chumbinho mata, né? Aí tô aqui.

Como é que foi isso?

Oi?

Como é que foi, o que é que tinha acontecido?

Minha mãe faz muita coisa pros meus irmão e pra mim nada, aquilo vai me batendo revolta, igual hoje, eu moro pertinho da casa dela, já tem mais de seis meses que eu moro lá, minha irmã mora lá no outro bairro, lá no Planalto, meu irmão mora no Custódio³², mas bem mais pra baixo, ela vai, entendeu, na minha casa que ela não precisa nem pegar ônibus ela não vai, esse final de semana mesmo eu falei pra ela, ela falou “tô indo lá pra ver ‘nome da irmã’”, eu falei “nossa mãe, você vai atravessar, final de semana, pra ver ‘nome da irmã’ enquanto eu moro pertinho aqui e você não tira nem um dia pra almoçar comigo”... assim... eu reclamo muito porque minha família...

Meu irmão vai pra casa dela, ela vai pra casa dele, mas lá em casa não vai, então... eu fico assim sabe, não vai assim, não dá um carinho de tia pros meus filhos sabe, acho ruim pros meus filhos, eu não deixo eles irem pra lá, pra casa deles lá sabe, porque eles falam que meus filhos são levados demais também, então... aí vai, vou empurrando com a barriga, aí eu falei pro ‘nome do companheiro’, sabe o que eu devia fazer, era mudar de Uberlândia, e ninguém ia ver nós nem na rua.

Você se sente apegada à Uberlândia?

Ah... eu sou apegada assim, eu já mudei daqui, já fui trabalhar em Goiás, em Catalão, já fui pra Coromandel, mas lá você paga aluguel caro e você não ganha, entendeu e é só serviço braçal, então aí é mais difícil, né, aqui é mais fácil, aqui você pode pegar uma faxina, você pode pegar um trabalho de doméstica né, então isso aí, agora lá eles pagam meio salário pra

³¹ Os trechos transcritos das entrevistas estão em itálico, em negrito estão destacadas as questões feitas pela pesquisadora.

³² Planalto e Custódio são nomes de bairros em Uberlândia.

doméstica, serviço braçal eles pagam é 20 reais o dia, num solão quente deste aí, então aí é brabo...

Você nasceu aqui?

Não, nasci em Monte Alegre de Minas, só que eu fui criada em Frutal, aí eu tava com 12 anos, pra fazer 13.

Sua família era de Monte Alegre?

Minha mãe era de Tupaciguara, meu pai era nortista, aí os dois se encontraram, aí os dois enrolaram os panos né, depois mudou pra Monte Alegre, quando nós mudou de lá, parece que eu estava com uns dois meses afora, uma coisa assim...

A sua fala, histórica, de mudanças, de motivações de trabalho e renda, de migrações, remete ao que Milton Santos traz como a repercussão dos grandes embates, como os econômicos, no território: “Os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade” (Santos, 2000, p. 39). As migrações e as novas relações que se constroem com a mesma são exemplos claros disto.

Mais a frente ela traz também algumas considerações sobre a sua vida atual no lugar onde mora:

Tem hora que eu paro pra pensar, falo, nossa, se eu assim, parar pra pensar, nossa, eu não dou conta, minha cabeça dói, aí eu já emendo assim, não saio pra rua, meus vizinhos lá, eles falam assim, essa mulher aí ninguém vê ela uai, eles pensam assim, que eu nem moro lá, pra eles me verem é muito raro mesmo, eu chego do serviço e vou direto pra casa, quando não tem alguma coisa pra eu fazer, ou, quando eu não vou trabalhar também, porque tem dia que eu tô assim, sabe, não quero sair de casa sabe, eu desligo o telefone, ninguém me encontra, ninguém me encontra, só fico dentro de casa, quem sabe que eu tô em casa é só meu marido e os meninos, ainda falo pra eles, ninguém fala que eu tô aqui, se alguém me procurar, fala que eu não estou aqui, falo desse jeito. Minha patroa preocupa muito comigo sabe, quando tem aqueles dias, que eu não atendo o telefone, que eu não quero conversar com ninguém, quero ficar é quieta, quieta mesmo, é desse jeito, e assim vai, é a vida né, é o jeito, vou te falar viu... é isso.

A relação com a vizinhança é elemento revelador de uma maneira de estar no mundo. Nos pequenos espaços, que se constituem enquanto históricos e significativos para o sujeito há possibilidades de reconstruir um espaço de solidariedade e de comunidade e ao mesmo tempo de experimentar sentimentos mais globais e totalitários, como questionar o modo de vida hegemônico, competitivo, individualista. Morar em uma comunidade abre também a possibilidade de poder se isolar dela. Há um movimento possível de “insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa” (Santos, 2000, p. 56).

O território não é representado apenas pelo local de moradia, as instituições também marcam lugares. Pâmela falou algumas vezes de suas internações na “Medicina”, na “Psiquiatria”, nas suas “paradas na UAI” (Unidade de Saúde, de Atendimento Integral, funciona como ambulatório e se localiza em alguns bairros, nos pontos cardeais da cidade). Estes lugares, para ela, no momento da entrevista, apareceram como uma “parada”, um momento de pensar e refletir, como neste trecho: *“Chegava lá na UAI e eles mandavam agulha em mim, soro, soro, soro. Ai eu pensava que tinha que arrumar a minha vida. E assim vai pelejando.”*

As instituições de segurança também foram citadas como lugar de “proteção”, no caso de Ester:

Eu já cheguei a ir na sala do juiz pedir pra prender meus filhos, pra eles não morrerem na rua. Nesse dia o promotor que tava, eu já tinha pedido ajuda pra ele. Ai a juíza³³ falou pra mim assim, “A senhora é a primeira mãe que vem aqui pra mandar prender um filho. Muitas vem pra pedir pra soltar.” Nessa época eles eram menores, eu saí da sala dela, já assinei o mandato, e eles já foram buscar eles na rua. Quando cheguei em casa eles me ligou, olha já tão os dois presos. Foi os 10 meses de sossego que eu tive na minha cabeça, de saber que pelo menos lá dentro eles estavam mais seguros do que se tivessem na rua. Eles já tinham apanhado na rua, ficavam sumidos por dia. E eu não tinha um pingô de noção do que era esse mundo. Eu nem sabia que poderia existir um outro mundo como esse. Porque é fora da realidade.

No entanto, é possível perceber que a visão de proteção oferecida pela reclusão indica uma desproteção crônica fora da mesma, na vida cotidiana e socialmente ampliada da “rua”.

Neste sentido pode-se pensar em questionar o papel social de “exclusão” da prisão e socioeducativo. No sentido apresentado por Ester, é possível pensar em uma “superinclusão”, uma “tutela máxima” de alguém que vivencia experiências de forte exclusão e de grande perigo a céu aberto. Mais a frente ela volta a repetir outro momento em que experimenta a sensação de segurança diante da prisão de um de seus filhos, como uma situação de

³³ Neste momento ela fala em voz inaudível - “Posso falar o nome?” (da juíza), o que me fez pensar na característica de “inominável”, normalmente atribuída a Deus por algumas religiões.

isolamento mas que traz uma diminuição dos riscos e uma possibilidade de abertura a novas possibilidades de vivências, mesmo que temporárias:

Depois meu menino mais novo foi preso, foi uma benção a prisão dele. Eu glorifico a Deus por isso. O meu menino mais velho já levou 7 tiros. E o meu mais novo já levou 5 facadas. Eu via que se eles continuassem juntos, poderia acontecer coisas piores. E tem muitas coisas que não tem como você resolver mesmo. É só papai do céu mesmo. Sem Ele você enlouquece, desestrutura, entra em depressão. Eu vejo 80% de melhora. Eu consegui fazer o meu menino ver que ele precisava de tratamento. Ele tá fazendo tratamento no CAPS. Largou da pedra. Usa maconha.

Ao propor um retorno temporal na sua história, ao longo da entrevista, Ester conta sobre a sua vida, sobre relações familiares, sobre um crime fraterno e sobre como este acontecimento engendrou mudanças de cidades e bairros e outros envolvimento criminais:

E como isso aconteceu na sua vida? Me conta um pouco da sua vida, da sua própria história.

Eu casei a primeira vez, com o pai dos meninos. Meu marido foi assassinado pelo próprio irmão em Ribeirão Preto, onde eu morava na época. Meus filhos tinham 5 e 4 anos. E até hoje eu não sei o motivo dele ter matado o próprio irmão. Foi na rua e ele tava indo me levar pra igreja. O irmão dele chegou e deu 3 tiros nele. Ele tava do meu lado e eu nunca mais encontrei o meu cunhado pra perguntar porquê. Aí eu vim pra Uberlândia porque a minha família morava aqui. Aí eu fui morar com eles, voltei a estudar pra ir pra escola com eles. Aí eu casei de novo. Quando eu vim morar no Martins, foi quando começou as amizades. Foi aí que tudo começou, porque antes eu achava que era amizade boa. Eu levava os meus filhos até na esquina da escola e ficava vendo eles entrarem, 'porque senão eles iriam pagar um micão'. Aí quando eu dava as costas os amigos chamavam eles pra matar aula. Aí eles saíam do portão pra fora. Eu fui descobrir já tinha meses. Foi quando do diretor me ligou pra perguntar se eles estavam doente. Aí eu comecei a procurar eles e foi onde eu achei eles numa biqueira. Os próprios traficantes começou a dar cigarro e maconha pra eles. Isso eles tinham 11 anos. Aí fiz o maior escândalo e eles não sabiam nem que era perigoso ficar numa biqueira. Tirei os meus meninos de lá, xinguei os traficantes, falei que ia chamar a polícia, levei os meus filhos pra casa e bati até neles. Mandeí eles pra casa da minha mãe e mesmo assim não adiantou. Aí não mudou nada. Aí eu mudei pra perto da rodoviária, e eu não sabia que lá era o foco. Aí que ficou pior. Eles começou a sumir. Ficava até uma semana fora de casa. Eu sou evangélica e ia pra igreja pedir pra Deus guardar a vida deles pra que eles possam ser libertos da droga. Porque é só Jesus. A gente não pode fazer nada. Eu não canso de pelejar não.

Mais do que real proteção, é possível perceber uma busca de “local prometido” no movimento das pessoas em territórios diferentes, de um socorro que deve estar em “algum lugar”, também de um descanso, de descobertas e de aventuras, como conta Francisco ao começar o relato sobre sua vida:

Eu queria que você me contasse um pouquinho sobre o que aconteceu, um pouco da sua história de vida pra eu conhecer um pouco melhor você, suas escolhas, os acontecimentos mais importantes da sua vida.

Então, quando eu tinha 8 anos de idade, eu buscava a minha mãe todo dia no ponto de ônibus. Aí um dia eu entrei dentro do ônibus e fui conhecer os lugares de Uberlândia, eu morava no

Aurora. Aí um dia eu encontrei dois trombadinha dentro do ônibus e a minha avó mora em Goiânia. E a minha vó mora lá. Aí eles falaram: 'Noh, vamos lá em Goiânia, porque lá tá demais, Goiânia é bom, tem isso aquilo.' Aí tipo assim, Goiânia pra mim era aqui perto. Não sabia, era criança. Aí fui parar em Goiatuba, cidade de Goiás. Eu e esse povo. Aí a minha mãe começou a correr atrás de mim, chamou a polícia, chamou tudo. Aí eles conseguiu me achar, voltei pra cá, aí depois disso eu comecei a ir pra rua. Cheguei em casa a minha mãe me deu banho e tudo mais, aí eu fui pra rua.

Neste trecho Francisco parece contar sobre deslocamentos de lugares que parecem representar também um vai e vem de novas possibilidades, de uma busca incessante. Georges Perec, escritor francês, em seu romance “As coisas” descreve de uma maneira poética esta força consumista de um novo lugar, uma nova situação, que revela, na verdade uma promessa que se fundamenta por uma lógica bastante capitalista de insatisfação. Há uma sedução consumista exercida por novos lugares que pode ser observada.

Dentro deste tempo de vivências na rua, Francisco vai citando em suas narrações vários lugares, ocupados com situações por vezes bastante violentas, vezes em que foi atropelado na “Rondon”, avenida de grande velocidade na cidade de Uberlândia, de ser barrado no “Shopping”, de apanhar do dono do “lava-jato” próximo a um local que ele sempre estava... de tempos de retorno à casa e também de encontros de solidariedade, como as que ele relata quando: *“Já teve juiz que pegou e viu isso e tentou me ajudar, mas eu não quis porque eu era muito rebelde. Aí eu peguei e deixei de lado e ele não me ajudou.”* Ou quando fez encontros mais duradouros como:

“Eu mexendo com esse tanto de droga, fazendo de tudo e tipo assim, passou um filme na minha cabeça daquilo ali. Dentro do carro de polícia, quando o povo me ajudou, falando pra não bater e tal, por causa disso e daquilo, minha boca toda ensanguentada. Veio um cara do nada, ele chama Ricardo. Hoje em dia eu gosto dele pra caramba. Eu trombo com ele direto...”

Estes relatos de Francisco revelam características de vida que marcam e são marcadas por um território, como mostra Milton Santos:

O território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso e, para utilizar uma

expressão, que é também de Jean Gottman, constitui um abrigo. [...] Na realidade, a mesma fração do território pode ser recurso e abrigo, pode condicionar as ações mais pragmáticas e, ao mesmo tempo, permitir vocações generosas. Os dois movimentos são concomitantes. (Santos, 2000, p. 54)

O papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (Santos, 2000, p. 56)

Em um outro momento ele conta de outra viagem com novas relações e novas possibilidades, inclusive de envolvimento criminal e de renovação de esperanças:

Aí cheguei no camelódromo o cara falou, 'vamos no Paraguai?'. Aí eu falei que ia. Essa era a minha primeira oportunidade pra pagar o meu hotel. Eu ganho R\$100,00 por cada viagem que eu vou. Aí nós indo pro Paraguai, eu tirei as minhas roupas do hotel pra não precisar pagar naquele tempo, e viajamos pro Paraguai. Aí o cara perguntou, "Francisco, como está a sua vida?". 'Uai cara, tá assim, assim e assim. Não tá bão não. Mas o que eu posso fazer?'. Não, eu vou te ajudar, vou te dar R\$200,00'. Aí mais pra frente nós viajando, porque eu gosto de viajar conversando, pra dar mais atenção, por isso que eu não gosto de ir atrás. 'Daniel, porque você não vende meia e cueca?' Aí eu falei que isso não dava certo. Porque antes disso eu já tinha vendido CD e DVD. E eu fui preso. Fiquei 7 dias. Eu já fiz de tudo. Já assaltei e nunca fui preso. No dia que eu fui trabalhar, numa forma honesta, entre aspas, pegaram e me prenderam. Aí eu falei, 'Nossa, será que dá certo?'

As relações que vão se constituindo nos lugares de vida dos entrevistados são também participantes de um envolvimento criminal, seja por uma organização da atividade do crime, seja por uma certa aceitação, medo e silêncio da vizinhança, seja por um movimento de denúncia, de testemunho frente a um movimento "fora da lei". Este tipo de relação foi bastante claro na entrevista de "Subaco", quando ele fala sobre a prisão de seu pai:

Nisso meu pai e o meu parceiro, o 'nome do parceiro', continuou vendendo até que um dia ele roubou um carro. E viu que tinha alguém seguindo ele. Aí ele parou o carro na porta do UAI e desceu a pé pra casa do meu pai no Luizote. Aí a polícia chegou e eles deram notícia. Aí o meu pai tava muito na cara de pau. Uns nóia roubou umas cadeira do vizinho e o meu pai pegou essas cadeira, foi lá na mulher que foi roubada e foi devolver pra elas, mas ele falou 'Eu devolvo, mas você tem que me pagar pelo menos o que eu paguei nelas.' Aí ela não quis. Ele ficou muito na cara de pau. A pensar de que a gente morava 20 anos na mesma casa, mesma vizinhança, mas uma hora eles cansam porque é muito drogado subindo a rua. Eles tem medo. Só que não é assim, mas eles pensam que é assim.

Antes de contar sobre este acontecimento, ele conta como a rua fez parte da sua história quando decidiu sair de casa, para evitar as situações de violência que sofria e via sua mãe sofrer. Ele conta como a vivência na rua lhe proporcionou se relacionar com outras pessoas, tentar "trocar de mundo":

A grande pergunta que todo mundo faz é, porque você entrou no crime? Foi o seguinte, vou contar a minha história desde o começo pra você. Eu com 12 anos já apanhava que nem subaco de alejado do meu pai. Um certo dia eu cansei daquilo de ficar apanhando. Eu não podia conversar com a minha irmã e com a minha mãe que eu apanhava. Tinha que conversar todo mundo junto ali. Ai eu falei que ia pra rua, fugir.

Fui pra rua. E lá quem você conhece? É mendigo, prostituta, homossexual, drogado, traficante, de tudo. Tudo quanto é raça ruim você acha na rua. E quem me ajudou foi essa raça ruim. Foi um bêbado que me deu a minha primeira coberta pra cobrir. Onde eu tomava banho? Era na casa de um veado do Luizote. De uma travesti. Ficava lá bebendo cachaça aí dava a hora de tomar banho e ela 'Se você quiser tomar banho pode tomar banho.' Deus sempre teve na minha vida porque eu acho que isso não é coisa porque eles tem coração bom. É Deus que toca essa pessoa. Já me liberei de muita coisa. Já morreu nego com daqui naquela cadeira ali. Na rua. Pregaram a faca no cara, eles passaram do lado, me olharam e foi embora. E foi onde eu conheci o cigarro, a bebida, a maconha, o pó, o crack. Ai quando eu conheci o crack aí foi o desando de tudo. Ai foi onde eu desandei mesmo. Onde eu não queria mais voltar pra casa.

Pode-se perceber a rua, na fala de Subaco, como um lugar de questionamento do instituído, dos papéis sociais pré-determinados, da contestação entre o bipolarismo “os bons e os ruins”. O espaço da rua o surpreendeu no sentido de lhe contrariar o que havia aprendido até então, em família, isto o permitiu, naquele momento, ampliar seu campo de vivência com maior segurança nas relações que estabelecia.

Ele conta também como a sua família foi tentando encontrar lugares mais “protetores” da situação em que ele se encontrava:

Nesse período eu fugia, ficava duas semanas e voltava. Ficava 3, 4 dia e voltava. Meu pai falava um monte eu ficava. Só que chegou um ponto que o que o meu pai falava eu não levava como correção mais, eu levava como humilhação. Hoje eu vejo que ele estava me corrigindo, querendo que eu fosse uma pessoa direito. Me mandaram pra um colégio interno, em Lavras com 15 anos.

E das suas saídas, após uma série de comportamentos considerados inadequados, “*Aprontei todas*”, pela instituição e que se mesclavam com tentativas de mudança, “*Eu dei um choque e mudei completamente*”, que não conseguiam apagar acontecidos passados:

'Devido as ocorrências anteriores, você não pode ficar mais aqui. Nós estamos te convidando a se retirar.' É diferente de expulso. Porque se eu fosse expulso eu não poderia voltar. Se eu quisesse voltar, eu poderia, mas eu ia ter que pagar mais. Que não precisava trabalhar. O que eles quis dizer? Se você tiver dinheiro você fica, se não tiver, você vaza.

E de um retorno que não corresponde às suas expectativas e que engendram novas mudanças:

Aquilo me deu uma revolta tão grande, porque eu estava me esforçando pra melhorar no colégio. Meu pai não procurou entender aquilo. Ai eu cheguei aqui em Uberlândia, meu amigo me ajudou a levar uns caixote com as minhas roupas, chegou na minha casa minha mãe veio me abraçando, me beijando e o meu pai nem olhou pra minha cara. Meu pai me escrachou! Meu pai me mandou pra uma fazenda lá pro Goiás.

Mais erros, outras expulsões, mudanças, mais frustrações que vão se enraizando e o motivando a uma atitude de desilusão, de remorso, de culpa, de certa vingança nas relações familiares:

Ai eles me mandaram de volta pra Uberlândia. 'Obrigado, pelo menos lá eu como.' Ai eu dormi na casa de um parente meu lá e no outro dia eu vim embora pra Uberlândia. Ai a partir daí eu já não tinha mais jeito. Tentei de tudo, e não deu certo. Eu não culpo ninguém por eu usar droga. Sabe porque? Ninguém te obriga. Isso não existe. Eu fui atrás. Eu fui atrás dessas coisas porque os amigos que eu tinha eram só isso. No fundo, no fundo, eu acho que eu fiz isso pra chamar atenção do meu pai. Pra mim ouvir uma desculpa do meu pai.

Sua fala, além dos laços familiares, revela o quanto os impactos dos acontecimentos marcantes não se resumem às vivências internas, individuais, mas estão em uma relação dialética com a reação que os mesmos vão causando no ambiente em que vivem. Há uma construção que bordeia os acontecimentos e que vai tecendo um fluxo de relacionamentos que contornam o sujeito. As repercussões de acontecimentos, à medida que as mesmas impactam e redirecionam vivências, vão constituindo história individual e coletiva.

Os impactos dos acontecimentos importantes narrados pelos entrevistados apresentam uma relação com o quanto o mesmo impacta também o ambiente, a vizinhança, o bairro, a cidade, a família, etc. É possível perceber uma relação dialética entre o impacto individual e o impacto, percebido pelos entrevistados, no ambiente. Um dos contextos que parecem definir de maneira mais importante o quanto o impacto será significativo é a reação da família aos acontecimentos marcantes.

E a família vai se constituindo também como um outro lugar, definidor de relações com o mundo mais ampliado, que vai se ampliando a partir, sobretudo, das frustrações neste local que promete ser de laços fraternos, mas que não o cumpre.

5.2. Família

Roudinesco faz um resgate histórico sobre a evolução da concepção de família que mostra como esta instituição vem assumindo diferentes lugares e funções, destacando uma primeira fase histórica em que a família “tradicional” tem a função de transmitir um patrimônio, que se coloca em uma ordem de mundo centrada em uma autoridade patriarcal, “verdadeira transposição da monarquia de direito divino”, e uma segunda fase, da família “moderna”, onde a mesma se contorna como lugar de realização afetiva, de divisão do trabalho e de responsabilidades, onde a educação dos filhos é dever do Estado, “cuja educação sua nação é encarregada de assegurar”. Até que a partir dos anos 60 há o que a autora cita como o surgimento da família “contemporânea” ou “pós-moderna”, na qual a relação de autoridade vai se tornando cada vez mais problemática. (Roudinesco, 2003)³⁴.

Mais do que concordar com a linearidade da evolução da família proposta por Roudinesco, a sua citação mostra o quanto os núcleos familiares respondem a uma construção histórica e coletiva, que condiciona modelos, gera expectativas e contorna as possibilidades de vida e organização familiar.

Mesmo as situações de violência familiar apresentadas nas entrevistas parecem ter significados muito mais afetivos e relacionais do que a tentativa aguda de estabelecimento de autoridade. Nos relatos de “Subaco”, aparecem como acontecimentos com pouco sentido causal, explicativo e muitas consequências e resultados. Ele cita sua família ao contar do período de prisão no Mato Grosso do Sul, ele começa a contar sua história por aí, eu a recito como maneira de começar a registrar a entrevista:

Então vamos lá, você estava me dizendo do período que saiu do MS.

É aí eu sai de lá porque desde a infância eu sofria muito com violência do meu pai me batendo, na minha mãe, aí o meu dente quebrado foi o meu pai que quebrou, o braço quebrado da minha mãe foi meu pai que quebrou. Muitas outras coisas que vivi, meu pai nunca tinha coragem de largar. Porque ela tinha aquele medo de falar pra onde que eu vou

³⁴ Roudinesco, E. (2003). A família em desordem. Rio de Janeiro: Zahar.

com os meninos, porque era eu e minha irmã. Aí a minha irmã seguiu o rumo dela. Com 15 anos de idade o pai dela reconheceu ela, começou ajudar ela, começou a morar numa república, e ela saiu de casa e ficou só nós 3. Aí a minha mãe com medo de sair de casa e, o 'Subaco não tem onde ficar, o que vai ser da nossa vida?'. Aí o meu pai ligava ameaçando, aí a minha mãe voltava, com medo. Em 2006, como eu tava preso, ela falou 'Uai, não tem motivo nenhum pra eu ficar aqui não.' E arrumou guarita pra ficar e separou o meu pai e deixou o meu pai lá. E eu preso.

As prisões se constituem como marcas nas relações familiares e suas reconfigurações, como ele continua a contar mais a frente:

Lá foi sua segunda prisão?

Foi a minha segunda prisão. A primeira foi no socioeducativo.

É. Foi 7 meses. Aí eu saí com aquela mente. E o que o meu pai fez? Minha mãe morava aqui no Planalto e o meu pai no Luizote³⁵. Meu pai pra me atrair pro lado dele, ele começou a vender droga.

[...]

Aí eu fui ensinar ele. E aí foi onde eu entrei na mente do crime. Onde o meu pai me atraiu pro lado dele. E teve uma ex mulher minha que ela engravidou e a mãe dela expulsou ela de casa. E ela já tinha uma menina. Aí eu comovido demais levei ela pra casa do meu pai. Aí eu ia pra casa do meu pai e ele o dia inteiro enchendo o saco falando que a mulher estava perturbando, estava fazendo isso, aquilo e aí eu fui morar na casa do meu pai. Nessa minha mudança foi onde eu voltei a roubar, usar droga, onde eu voltei a fazer as coisas tudo de errado. E não durou 3 meses. 3 meses depois eu tava preso de novo. E tinha sido essa mulher que tinha me caguetado. Que tinha me entregado pra polícia.

Mais a frente ele conta como ele foi constituindo a sua família, “multinuclear”, e como a mesma representa hoje para ele uma esperança de mudança:

Aí quando eu saí da prisão ela tava grávida. Eu nunca acompanhei nenhum nascimento de filho meu. Com esse que a 'nome da companheira' está esperando é o 4°. 3° de sangue e se for contar a 'nome da filha' que é registrada no meu nome, mas não é de sangue e tem o 'nome de um dos enteados' e o 'nome do outro enteado' que eu considero também como filho. Eles me chamam de pai e eu chamo eles de filho. Ela grávida, eu falei 'Eu vou acompanhar pelo menos o nascimento de um filho meu'. Aí eu fugi. Não deixei eles chegarem pra me levar pra colônia não. Fugi. Aí eu fiquei 3 meses foragido. Eu fugi em outubro, no comecinho de janeiro eu fui preso. Minha filha nasceu dia 25 de dezembro. Aí no dia 6 de janeiro eu fui preso.

Houve outro episódio que ele conta uma fuga da prisão para participar do aniversário de uma de suas filhas e, um outro momento, onde ele diz o quanto o seu atual relacionamento representa novas possibilidades de ser e de se constituir:

Aí foi onde que eu conheci a 'nome da companheira' (em um hospital, durante uma cirurgia, após ter sofrido uma tentativa de homicídio). Isso foi na terça, na quarta saiu a cirurgia, na quinta tinha que fazer exame de sangue, levei e na sexta eu já internei. No sábado eu conheci a 'nome da companheira'. No domingo a gente conversou bastante, na segunda a gente ficou, na terça eu operei, na quarta recebi alta e na quinta a gente estava morando junto. Tudo rápido. Ligeiro. Aí nós estamos juntos. De vez em quando dá umas recaídas. Dá uns trem

³⁵ Bairros de Uberlândia

esquisito em mim. Maconha eu não parei ainda. Eu descontrolo, vou e fumo um mesclado. Ai a 'nome da companheira' fica chateada porque a mulher tá grávida. Só que eu tô cada vez mais me aprimorando e aprendendo mais sobre mim.

No contexto de trabalho e de discussões em Segurança Pública, a família é um tema onipresente, não só os usuários, mas os profissionais depositam nesta Instituição uma grande expectativa de apoio a mudanças, ao mesmo tempo, depositam nela igualmente uma relação de culpa, buscam explicações neste lugar.

Rauter coloca que “a família é o principal ponto de apoio que os profissionais da saúde e da área jurídica, entre outros, têm para compreender a violência” (Rauter, 2011, p. 8). Esta compreensão vem muitas vezes no sentido de reforçar uma ideia de “família desestruturada” que, segundo Rauter “parece não explicar muita coisa no que diz respeito a uma compreensão do comportamento delinquente”, e ainda, a autora questiona; “Mas o que seria uma família estruturada?”

A estruturação familiar, e a sua desestruturação também, precisam ser compreendidas como estados instáveis, como situações relacionais, não como característica, marca ou categoria. É preciso igualmente considerar esta esfera relacional na sua relação de “coestensão” com o campo social”, como propõe Rauter (2011):

A ideia de família desestruturada, que para muitos profissionais de saúde pode explicar as causas da criminalidade e da violência, opera tendo como referência um modelo abstrato de família que já não corresponde à realidade, dada a multiplicidade do campo familiar contemporâneo. Funciona também como um dispositivo de produção de culpa, fazendo pairar sobre os agrupamentos familiares reais a norma e desviando o olhar, por exemplo, do “horror econômico (p. 9).

Portanto, quando fazemos os recortes nas entrevistas sobre as famílias é no sentido de evidenciar nestas histórias como as relações neste núcleo coletivo, o familiar, vem se relacionando, vem sendo afetado e afetando outras relações sociais, como por exemplo as que passam por acontecimentos criminais.

Na tentativa de respeitar a concepção sobre “família” de uma das entrevistadas, lhe foi questionado:

Quem que é sua família?

Minha família é meus irmãos, meu pai faleceu, né, meu pai faleceu então, então é só eu, minha mãe e meus irmãos né... só que nós somos tudo desagarrado sabe... não somos aquela família de todo final de semana estar na casa de seu irmão, na sua casa, na casa de sua irmã, não é, cada um... é... cada um por si, uns pra lá, os outros pra cá.

É assim, é eu e meus filhos, os mais velhos não moram comigo, moram com a avó deles, no Canaã, um tem 18 e o outro tem hum, tá com hum 16, a minha menina tá com 14, um tá com 10, um tá com 11 e outro tá com 10. São 5, sabe, então, assim.

Minha mãe faz muita coisa pros meus irmão e pra mim nada, aquilo vai me batendo revolta, igual hoje, eu moro pertinho da casa dela, já tem mais de seis meses que eu moro lá, minha irmã mora lá no outro bairro, lá no Planalto, meu irmão mora no Custódio³⁶, mas bem mais pra baixo, ela vai, entendeu, na minha casa que ela não precisa nem pegar ônibus ela não vai.

Percebe-se na fala de Pâmela duas concepções de família, uma real e uma ideal, e uma grande frustração nesta falta de correspondência entre um modelo e outro.

O “ideal” de família é algo que vai se formando de diversas maneiras, com diversos interesses e mecanismos sociais, coletivos e econômicos, um belo exemplo brasileiro é o modelo publicitário da “família Dorian”, ou os modelos difundidos nas telenovelas. A religião também sempre exerceu um papel definidor dentro dos ideais familiares.

Na realidade, pode-se perceber também a frustração em relação aos papéis que poderiam ser atribuídos à sua família, que não corresponde ao que é esperado da “família moderna”, ou seja, a realização afetiva, nem da “família tradicional”, que seria a “transmissão de um patrimônio”. Ela diz, em outro momento:

É muita coisa sabe, e, eu ter minha família e minha família também não ajudar, sabe, não ajuda com nada, e até hoje, até hoje não me ajuda não, não me ajuda com os meus filhos, não me ajuda com nada...

Mais do que reforçar ou contribuir a traçar um modelo único de família estruturada, desestruturada, suficientemente boa, violenta ou abusiva, o psicólogo deve se colocar a escuta de uma frustração, de uma expectativa, de um sofrimento, do desejo, da busca incessante e do sentido histórico desta busca. Neste sentido, há algo, nesta fala, que pode indicar um caminho interessante de ação para o psicólogo – questionar o modelo de família que tem sido construído, questionar o sentido desta construção e os efeitos do mesmo em relação aos

³⁶ Canaã, Planalto e Custódio são, igualmente, nomes de bairros em Uberlândia.

sentimentos de cada um e ainda, como o próprio psicólogo tem contribuído para reforçar um ou outro modelo.

A família é também esconderijo de promessas, como conta Francisco, uma promessa familiar não cumprida, diante de uma breve prisão:

Você chegou a ir pra cadeia?

Cheguei, fiquei 7 dias lá. Paguei R\$1300,00 pro advogado me tirar de lá. Um dia antes de eu ser preso, eu fui na casa do meu avô ele disse, 'olha meu filho, toma cuidado'. Aí no outro dia eu fui preso. Isso foi em 2009. No dia dos finados que o meu avô morreu. Foi no dia que eu saí. Eu tinha prometido pra ele, porque a minha família e a minha mãe não iam ver ele, e ele tava com saudade de todo mundo e eu prometi pra ele que eu ia levar todo mundo pra lá. Pensa um menino que ficou ruim? Fiquei pensando que se eu não tivesse sido preso daria pra levar o vô pra ver todo mundo.

Território de promessas, âncora que marca um lugar de retorno, de saída, um modelo, um laço. Quando o profissional das instituições falam em resgatar os laços familiares, falam de afeto, de lugar onde aquela pessoa acompanhada possa voltar a se ancorar, a fazer promessas, a frustrar, a se realizar. Este laço, comumente atraído à família pode também ser encontrado nas próprias instituições, por vezes a própria prisão guarda esta possibilidade de amparo, de descanso das turbulências que, por vezes acompanha o envolvimento criminal.

Um crime afeta a vida familiar e a história familiar envolve, afeta, desloca. É o que conta, pela sua história, Ester:

Quando cheguei em casa eles me ligou, olha já tão os dois presos (ela se refere aqui à prisão de seus dois filhos). Foi os 10 meses de sossego que eu tive na minha cabeça, de saber que pelo menos lá dentro eles estavam mais seguros do que se tivessem na rua. Eles já tinham apanhado na rua, ficavam sumidos por dia. E eu não tinha um pinga de noção do que era esse mundo. Eu nem sabia que poderia existir um outro mundo como esse. Porque é fora da realidade.

E como isso aconteceu na sua vida? Me conta um pouco da sua vida, da sua própria história.

Eu casei a primeira vez, com o pai dos meninos. Meu marido foi assassinado pelo próprio irmão, em Ribeirão Preto, onde eu morava na época. Meus filhos tinham 5 e 4 anos. E até hoje eu não sei o motivo dele ter matado o próprio irmão. Foi na rua e ele tava indo me levar pra igreja. O irmão dele chegou e deu 3 tiros nele. Ele tava do meu lado e eu nunca mais encontrei o meu cunhado pra perguntar porque. Aí eu vim pra Uberlândia porque a minha família morava aqui.

Analisar as relações familiares e os acontecimentos criminais permite refletir sobre a fronteira entre envolvimento direto/indireto com o crime, tanto quanto discutir um conceito

mais amplo, o de “cocalpabilidade” (no caso das carências e vulnerabilidades sociais), menos no sentido de apontar situações geradoras ou que justifiquem acontecimentos criminais, do que para compreender certas vulnerabilidades que são sentidas e ressentidas em outros acontecimentos. É o que Villerbu (2003) traz como marcas que caracterizam uma certa “serialidade”, mas que só podem ser analisadas, percebidas, quando inscritas em uma análise individual a partir de uma relação terapêutica cuidadosa e bem cuidada, o que é raro nas instituições de segurança pública, de justiça e mesmo nas de proteção social.

Villerbu (2003) traz a hipótese de que “nós somos perigosos de nossa vulnerabilidade”³⁷ (p. 9, tradução minha).

É neste sentido que este autor coloca que um diagnóstico de periculosidade, um laudo técnico, se transforma em um estudo das circunstâncias fragilizantes, externas e internas, levando em consideração tanto as situações ambientais quanto individuais. E, é desta forma que Hirschelman (*in* Villerbu, 2003), mostra que a psicocriminologia ganha um sentido mais importante na avaliação da precariedade e da vulnerabilidade do sujeito, mais do que na sua “periculosidade”.

Estes e outros pesquisadores demonstram a dificuldade em se separar os temas da vulnerabilidade e dos riscos³⁸ que uma pessoa pode representar. Há uma concomitância entre o risco que uma pessoa representa aos outros e o risco que ela se expõe em uma situação criminal. Há uma vulnerabilidade que é tocada nas situações de perigo e que é raramente considerada.

5.3. Violência, Vulnerabilidade, Vitimologia

³⁷ Trecho original em Villerbu (2003, p. 9): “nous sommes dangereux de notre vulnérabilité.”

³⁸ “Dangerosité” é o termo ao qual os pesquisadores em psicocriminologia recorrem, penso que apesar de encontrar um termo correspondente: “periculosidade”, riscos seria o tema que corresponde ao sentido de “periculosidade” neste trecho; termo usualmente citado nos estudos em segurança pública.

Em um outro plano de análise, em vitimologia, todo agressor é ao mesmo tempo uma vítima (Villerbu, 2003, p. 18). Dentro da consideração de Villerbu, é preciso considerar, no mínimo, uma submissão do sujeito a si mesmo, à sua história, condição social e funcionamento psíquicoemocional. Há um movimento de colocar-se em risco que é inescapável nas situações criminais.

Há nos relatos anteriores, e outros que estão na entrevista completa, o recontar de vivências que tocam uma vulnerabilidade inerente e inescapável do ser humano, a sua própria finitude. A morte aparece nos relatos de Pâmela, no caso da sua reação a um estupro, também no caso de Ester, como algo sem explicação, um assassinato entre irmãos. Na história de Francisco como testemunho de uma vivência marcante, como neste trecho:

O que você já viu de crime na sua vida? O que você já viveu de crime na sua vida?

Ah, de crime que eu já vivi, ali no Lagoinha³⁹ uma vez o cara colocou pneu de step na cabeça do cara, jogou álcool e fogo e saiu andando. Queimou e saiu andando. Deixou o cara morrer vivo. Queimado. E eu fui pra minha casa e eu fiquei em pânico.

Por que você viu isso?

Eu tava usando droga. Por causa que eu fui buscar droga, eu não sei se o cara tinha pegado um pedaço de tijolo de crack do patrão e acharam ele e fizeram isso com ele. E eu cheguei na hora.

Você tava me falando que você tinha 9 anos?

Tinha 9 anos, não tem essa última estação da João Naves⁴⁰? Antes de chegar no terminal, antigamente, não sei se você lembra, quando eles fez só aquela plataforma, aquele piso. Do lado de lá assim, ficava as travestis. Tinha uma lanchonete aí um belo dia, eu dormindo no chão, eu não gostava, hoje em dia eu como. Eu dormi cheio, porque eu tinha acabado de fumar maconha com um amigo meu.

Não gostava de que?

De carne.

E eu peguei e dormi entre o ponto de ônibus, o lanchinho de cachorro quente e eu dormindo ali, do nada, me despertou uma fome, um trem ruim eu acordei e falei 'vou ali na churrascaria Chimarrão pegar uma comida pra mim'. O cara lá já sabia que eu não gostava de carne. Aí eu fui lá, pedi comida, aí eu falei brinquei com ele porque ele tava me tirando, porque ele sabia que eu não gostava de carne e ele só tinha colocado carne na minha sacola. Aí ele saiu rindo pra dentro e me trouxe arroz e feijão. E eu com a sacolinha na mão comendo, e de repente eu tô vendo aquele tanto de gente, corpo de bombeiro, polícia, aí eu falei, 'gente, quando eu sai daqui não tinha isso não'. Tinha um cara morto onde eu tava. Tinha 3 furo no chão onde que eu tava, das bala e um cara um tiro só na testa. Eu lembro que o pescoço dele foi inchando. Foi o trem mais louco. Eu não sei se ele morreu, pra mim eu tenho que ele morreu. Por que o corpo de bombeiro levou ele.

Estas passagens indicam algo a mais do que testemunhar, ver, assistir, elas transmitem a sensação de uma semelhança com a vítima, de compartilhar o mesmo lugar, situações de

³⁹ Bairro de Uberlândia.

⁴⁰ Ele se refere a estação de parada de ônibus e a uma Avenida de Uberlândia.

vida semelhantes e, conseqüentemente, risco equivalente. Há uma sensação de que vai aparecer a frase “poderia ter sido comigo”, apesar dela não ter sido dita.

Há, ao mesmo tempo, uma sensação de alívio, de ter escapado, de ter sobrevivido, há mesmo uma fala que aponta para a convicção, para a fé da existência divina e do “ser escolhido”, ser acompanhado por Deus, foi muito frequente nas entrevistas este tipo de fala; “só Deus mesmo”, “Deus estava comigo”, “foi por Deus mesmo”, há uma filiação protetora que parece finalmente se concretizar nestes momentos.

No caso de Subaco, ele conta como percebe a sua própria condição de vulnerabilidade, não só perante a morte, mas também de uma impotência diante de uma condição, como o vício, ele conta:

Mas o tal do viciado é uma raça desgraçada. Porque o viciado chega a um ponto que ele faz muita pilantragem. Porque a droga domina. Teve um dia, que eu tava com a ‘nome da companheira’, eu tinha quase morrido de trabalhar. Eu caí num buraco de 5m de fundura. Quase morri! Cheguei aqui em Uberlândia, recebi 210 reais. Pergunta se sobrou um centavo? Sofri isso tudo, deixei a minha casa sem mistura, deixei a ‘nome da companheira’ doida. Vendi a bermuda com cinto e tudo. Vendi bonê, telefone, fumei tudo. Isso em prazo de horas. Aí eu fui pro Planalto e comecei a pilantrar dentro dos traficantinho. Eu entrava dentro da alma pra arrancar droga deles. Aí nisso eu fui fazendo inimizade. Fui pegando droga e não fui pagando. Até que eles tentou me matar. Eles quebrou meu braço. Essa paulada era pra ser na cabeça. Aí eles foram pra me dar a paulada na cabeça, eu pus o braço e bateu. Aí eu já fui pra debaixo da cama. Aí eles deu mais duas. Na hora que eu deitei debaixo da cama, que eu forcei pra jogar a cama em cima deles, meu osso ‘plac’. Ele já tava quebrado, mas aí deu a fratura exposta. Ficou no coro. Aí eu com uma mão consegui jogar a cama neles, pegar o revólver e ir atrás deles. Só que eles correu.

Vários egressos do sistema prisional procuram o Programa PrEsp em busca de auxílio para se proteger, quando estão ameaçados, quando estão em “disputas de territórios”, quando se veem perseguidos por policiais, quando estão envolvidos em conflitos, em situação de risco de sobrevivência por perseguição externa ou por uma intensificação do uso de drogas. O Programa encontrava em Uberlândia muitas dificuldades para atender o usuário neste sentido e muita frustração e culpa quando a morte se concretizava.

Há um grande descuido e raras ações de proteção a vítimas ou potenciais vítimas. Em Uberlândia, por exemplo, havia uma instituição voltada para mulheres em situação de violência familiar, mas que permaneceu muito tempo fechada e cujo acesso era bastante

burocrático. Há programas de proteção a testemunhas, de gestão estadual, mas que envolvem toda uma exigência de isolamento (de comunicação) e de mudança de local de moradia, além de nem sempre responder a tempo às demandas urgentes do interior. E, há, também um recurso voltado para os usuários que além de serem ameaçados estão em situação de abuso de drogas, que são as comunidades terapêuticas, recurso por vezes utilizado pelo PrEsp e também por outros organismos como a Vara de Execução Penal, a Defensoria Pública e até mesmo a Polícia Militar.

Fato é que se é difícil proteger uma vítima, proteger uma vítima com antecedentes de “autoria” se constituía como tarefa hercúlea, reforçava uma descrença no Estado, um constato de negligência e de pouco cuidado com a vida, evidenciava fortes preconceitos e seletividade, demonstrava que o risco que se corre, o aparente “gosto pelo vício” é uma sensação compartilhada coletivamente, efeito urbano da “perversidade sistêmica”, descrita por Milton Santos (Santos, 2000).

Cuidar das situações de vitimização é um problema bastante negligenciado no país, pode também ser entendido como um dos reflexos da hiperresponsabilização do autor, do fato de se concentrar as ações e esforços de enfrentamento das situações criminais nos autores ou possíveis autores.

Bryan Stevenson (2012) chama a atenção igualmente à falta de cuidado com a vítima em um movimento de penalização, mostrando que ao penalizar o autor de pequenos crimes, não se pensa no ressarcimento da vítima, nem se efetiva uma possibilidade de reparação do erro com o autor. Algo que as práticas em “Justiça Restaurativa” tentam reconsiderar.

A Comissão da Verdade, os Grupos Tortura Nunca Mais, são movimentos que também reconsideram a possibilidade de cuidado e atenção, mesmo *pos-mortem*, das vítimas. O que abre um caminho de Esperança no sentido de reparações históricas e revisões de futuro.

Tornar o acontecimento da vítima um acontecimento histórico, cuidado institucionalmente, é uma possibilidade de ressignificar a negligência coletiva com a qual milhares de pessoas vem sendo usualmente tratadas no nosso país. O que se vê hoje são vítimas que servem apenas para identificar autorias, para testemunhar, completamente alheias ao que lhes afeta ou foi afetado.

São muito comuns relatos de vítimas que não querem encontrar com o autor, não querem estar no mesmo corredor forense, sentem medo, dentre vários outros sentimentos, a própria arquitetura forense deve ser repensada quando se pensar em cuidar da vítima.

5.4. Crime e Acontecimentos Criminais

A concepção sobre Crime dos juristas parece pouco importar na história de alguns entrevistados. Eles apresentam uma ideia clara de justiça, uma expectativa de justiça que parece estar bem distante dos objetivos institucionais tradicionalmente enraizados.

Cada um a partir de sua vivência contribui para ampliar a concepção do que é crime. Analisar este aspecto revela distorções, no caso de Pâmela, esta distorção foi bastante chocante.

Ela inicia sua história contando sobre um homicídio que cometeu após uma tentativa de abuso sexual, quando retorna à sua infância conta de abusos sofridos pelo seu pai, mais a frente relata denúncias da sua filha em relação a ter sofrido abuso de seu companheiro e ao final, ao longo de sua vida familiar relata a negligência financeira dos pais de seus filhos, diversas situações de violência conjugal e como acontecimento mais atual, relata a agressão física à sua filha. Quando questionada novamente sobre a pena que responde, relata o “desacato à autoridade”. A única medida estatal tomada, o único “cuidado institucional”, a

única queixa registrada e julgada se refere a uma “desobediência”, segundo a mesma, “por ter demorado no banho”:

Você estava me contando da pena, que você vai começar agora.

Vou, vou começar agora.

Eu queria que você me contasse um pouquinho mais do que aconteceu.

Eu cheguei do serviço, eu fui lá pra minha mãe e ela tinha saído com uma colega dela. Só que elas saíram com um cara e eu não sabia. Aí eu fui, deitei e dormi. Quando eu acordei de manhã, eu fui procurar a minha mãe e ela não tava. Aí quando eu fui saindo pra ir trabalhar, eu achei que ela tava com a amiga no bar aí eu liguei pra minha mãe e ela não tava lá não. Aí a minha filha tava chegando bebinha e aí eu bati nela. Porque ela avançou em mim primeiro, e ela tava errada, aí nós brigou. Aí chegou uma carta. Eu fui pra cadeia esse dia.

Chegou uma carta? O que falava nela?

A polícia me levou. Eu sabia. Pra mim tinha sido a primeira briga de rua que eu tinha dado.

Como que foi essa chegada da polícia?

A vizinha chamou. Gritava mais do que não sei o que. As duas rolou mais do que não sei o que, parecendo cachorro brigando. Aí eles ficaram quase uma hora esperando, porque eu tava tomando banho, porque a minha cabeça tava tudo cheia de barro. E então eu mais ela ficou sem conversar, pelo menos uns três meses. E até hoje a gente não dá certo.

Aí a polícia chegou...

Falou que era pra mim sair do banheiro, eu falei pra eles esperar porque eu tava tomando banho, e eles não queriam esperar. Mas no final quem tomou toda a bucha fui eu.

[...]

E você falou tantas coisas que já aconteceram na sua vida. E se eu te perguntar o que você acha que já teve de crime na sua vida?

Ter batido na minha menina. Tem hora que eu penso que foi e que não foi. Porque foi em legítima defesa. O meu marido me bater. Porque eu devia ter furado ele também. Porque eu sentia a dor, largava ele e saía. Não sei...

O que mais você considera que foi crime, que aconteceu com você?

Acho que mais nada não. Crime mesmo acho que foi só esses. É que eu nunca fui uma pessoa mau, sabe? As pessoas sempre me agride, muitas vezes é assim.

E por exemplo, isso que aconteceu que você está respondendo. Você teve que ir diante do juiz?

Foi. Só que aí não foi um crime, foi por desobediência.

Foi por desobediência?

Foi. Porque eles mandaram eu sair do banheiro e eu não saí. Eu estava tudo cheia de barro. A minha roupa eu tive que jogar fora, nunca mais limpou. O policial mesmo que fez o BO não apareceu lá pra falar nada. Mas dizem que eles não aparecem, que eles só mandam pra delegacia. Vou ter que pagar 3 meses. Parece que são 96 horas.

No caso de Pâmela, o que é considerado como Crime, o fato jurídico tratado, não responde nem a um “repente”, nem a um “acontecimento” em princípio. Ela relata o acontecido como mera formalidade que, diante do seu histórico aparece como um ponto insignificante. Percebe-se na sua fala uma relação entre o que é crime e o seu próprio julgamento de valor moral, como quando ela afirma “eu nunca fui uma pessoa mau”.

Quando Francisco relata o momento da sua penalização fica também claro uma destemporalização, ele denuncia uma certa incoerência temporal: “E eu fui preso. Fiquei 7

dias. Eu já fiz de tudo. Já assaltei e nunca fui preso. No dia que eu fui trabalhar, numa forma honesta, entre aspas, pegaram e me prenderam.”

Na sua fala pode-se inferir sobre uma concepção de crime como algo que deveria ter marcado um tempo anterior, quando ele atuava de uma maneira mais arriscada tanto para si quanto para os outros e não no momento em que decide iniciar uma vida mais formal, com trabalho, geração de renda, moradia. Pensar o crime enquanto algo que marca uma trajetória de riscos indica atribuir uma função de proteção de si e do outro.

Para Ester, há uma busca de proteção, de ajuda, de socorro nas instituições de justiça e de segurança. Isto faz pensar na atribuição da responsabilidade compartilhada entre família e Estado na criação dos filhos. Ela conta sobre uma relação de proximidade com estas instituições, a partir do envolvimento de seus filhos em situações criminais, ela parece, ao longo do relato de sua história, se questionar em relação às diversas instituições, trazendo críticas, relatando por vezes apoio, por vezes perseguição, como quando ela conta sobre a pena a qual vem acompanhando seu filho no cumprimento:

E a sua história com seus filhos? Você está aqui acompanhando um deles, não é?

Tô acompanhando o mais velho.

O que aconteceu?

Ele tá assinando na 3ª e 4ª vara por acusação de roubo. É uma história meio complicada. Todo mundo fala a mesma coisa. Mas meus filhos nunca roubaram. Mas como tem um posto policial perto da casa da minha irmã e os policiais sempre pegaram eles usando droga, eles implicaram com eles. É tipo uma perseguição. Tem parente do meu esposo de agora que trabalha nessa companhia, mas é perseguição. Direto eles iam lá em casa e falavam assim ‘nós vamos armar pra eles e vamos colocar seus dois filhos atrás das grades’. E foi o que aconteceu. Eles armou 3 vezes. O meu mais velho foi acusado junto com o mais novo. Aí na última vez eles pegaram só o mais novo. Pegaram ele dormindo em casa. Eles chegaram em casa sem mandato e levaram ele. Falaram que ele tava roubando na rua de cima sendo que ele tava dormindo. Aí o sargento falou pra mim ‘é a sua palavra contra a minha. A senhora tem testemunha de que ele tava em casa?’. Como que você vai ter testemunha de manhã na sua casa? ‘Não, o senhor está vendo que tá só eu e ele em casa’. Meu esposo já tinha saído. ‘Pois é. A palavra da senhora não vale nada’. Eu vou fazer o que? Levou eles, bateu muito neles, ele passou por mim no carro da polícia pedindo socorro. Aí eu fui pro posto policial e eles me colocaram do portão pra fora. Me xingaram de tudo quanto é nome. Isso ninguém vê. Todo mundo acha que policial não faz isso, faz. Eles tratam a gente igual cachorro. Eu porque não tinha um celular pra gravar. Eu falei que ia denunciar eles. E eles me falaram que se eu denunciasse eles, eu tinha que mudar de cidade porque não ia ficar bom pro meu lado. Aí fica impune porque não tem como você resolver. São cachorros grandes contra pequenos. Justiça pra pobre não vale nada.

E desde então você acompanha ele pra cumprir pena aqui.

O meu mais velho é. Eu acompanhava os dois até o outro ser preso. Toda vida acompanhei. Nunca desamparei meus filhos.

A confiança nas instituições de justiça e segurança pública é tema de inúmeras pesquisas, em todo o mundo. Há o interesse fundamental em saber se estas instituições cumprem o papel de fomentar o sentimento de segurança na comunidade onde atuam. Em um aspecto micro, das relações pessoais, na fala dos usuários é possível perceber que o envolvimento criminal enquanto autor de algum crime, traz uma ruptura de laços, as instituições de justiça e de segurança passam a ser ainda mais inatingíveis como lugares de proteção. E com isto, uma série de Direitos ficam comprometidos.

Na fala de Subaco é possível perceber uma análise pessoal, a partir da sua própria experiência e opinião sobre reincidência, sobre o sistema prisional, o papel do Psicólogo na Prisão e o PrEsp:

Aí nós foi puxar essa cadeia. Meu pai foi absolvido e foi solto. E ele continuou e conheceu outras pessoas que vendiam droga.

E por que você acha que o seu pai continuou?

É uma coisa viciante. Você não gosta do seu trabalho? Você não gosta de estudar? Não é uma coisa viciante pra você? Enquanto você não aprofundar na pesquisa que você está, você não está satisfeita? Então, é a mesma coisa. É igual meu pai. Ele viciou em ficar todo dia em casa sentado no sofá e dinheiro na mão dele. Era muito adrenalina. Tinha gente o dia todo fumando droga dentro de casa. Umas 15, 20 pessoas em casa todo dia. Ele vendia, pegava o dinheiro e ia gastar com mulher. Ele morou 24 anos com a minha mãe e quando ela deixou ele, ele sentiu um vazio muito grande. Todo ano ele trocava de carro. Esnobava demais. E eu sofri demais com essas humilhação. Deus me fez ver que aquelas atitudes que eu fiz foi errada. Eu saí em 2012 e não estava nem aí com nada. Eu continuei no crime.

[...]

O que você aprendeu mais na cadeia? O que você acha desse sistema de cadeia, o que você pensa?

Não resolve ninguém. Não regenera ninguém. Pra fazer um sistema pra regenerar as pessoas, tinha que ser um sistema diferenciado de tudo. Pessoa é réu primário, vai pra um lugar. Pessoa já tem várias passagens, já é calejado, já é do crime. Não tem nem recurso. Ali é cadeia ou é cemitério, vai pra uma ala diferenciada. Agora, eles misturar, quantos caras eu já vi cair com 18 anos e sair com 19 e sair totalmente diferente.

Por exemplo, vamos pensar na primeira pena que você caiu, no socioeducativo. Porque você reincidiu?

Porque eu só conhecia pessoas que era do crime, que não tava nem aí com nada. Eu só conhecia esse tipo de pessoa. Agora se você coloca esse tipo de pessoa que não quer aquilo mais, que se arrepende. Eles entram sem saber como pega no revólver e sai de lá pistoleiro. Convive muito com aquelas pessoas e as pessoas influenciam.

[...]

Mas vocês tem espaço de ser escutado? Lá tem psicóloga?

Tem.

Você já foi?

Uma vez na vida outra na morte. Isso é muito precário.

Você foi porquê?

De rotina. Pra falar a real pra você, a única vez que eu fui no psicólogo na colônia, eu fui pra fazer laudo pro juiz. Na Pimenta⁴¹ eu já falei mais vezes, por ser menos preso, acaba tendo

⁴¹ Colônia e Pimenta são os nomes usados para distinguir as duas instituições prisionais da cidade.

mais tempo. Aí na Pimenta eu conversei umas duas vezes porque pra liberar íntima tem que conversar com a psicóloga, com a assistente social. Pra você fazer laudo tem que conversar com elas. Se você pedir insistentemente pra conversar com elas, ele te leva. Mas é muito difícil.

Mas você acha que estes espaços são pra você refletir?

São, com certeza. Porque é uma hora que o cara foge dali de dentro. Parece que ele não tá preso. O cara começa a contar a história dele, ele vai na rua e volta. A educação das pessoas, principalmente de vocês que trabalham nessa área do psicossocial. Médico nem tanto.

[...]

E o Presp? Logo que você chegou lá você já entendeu?

Eu fiquei nas primeiras assinatura meio assim. Morria de medo de atrasar. Porque eu achava que eu falhasse dois dias eles chamavam os homi pra mim. Aí eu fui pegando liberdade com um, com outro. Conversando e tanto é que eu chego agora e falo “‘nome de um dos técnicos’, você tem que olhar lá meu processo como que tá porque se sair mandato eu vou fugir e não vou me entregar. E não vou ficar aqui em Uberlândia pra polícia me pegar”. Pra quem que eu teria liberdade pra falar um trem desse? Não existe.

O que você entende do Programa?

Olha, eu vou falar a verdade, o programa, como todas as coisas na vida não é perfeito. Tem os seus defeitos, tem as suas qualidades. Poderia mudar alguma coisa? Sim poderia. Igual um cara que nem eu. Eu não posso reclamar porque tudo o que eu preciso eu tenho ajuda lá. Mas muita gente fica acanhado, tem vergonha de pedir um encaminhamento pra pedir uma carta de emprego.

Você contaria com o programa pra que?

Eu já contei com o programa pra muitas coisas! Pra tirar documento, pra ir ali no CRAS do Jardim Célia. Já ganhei cesta básica. [...]. Vira amigo. Não é por obrigação que eu vou lá. Já ouvi demais o povo falando que ‘vai lá só assinar e vazo, porque eu não gosto de ficar conversando com aquele povo’. Nossa, o povo é gente boa demais. Eu vou, fico com ideia. Às vezes eu não preciso pedir nada, vou lá pra ficar conversando.

Há encontros em instituições, algumas vezes mediados por ajudas materiais, outras por diálogos, por conflitos e também por silêncios e por afetos. Nestes encontros há uma dimensão da palavra, da vivência, de uma circunscrição em um mundo, um campo de dispersão de linguagem e de experiências vão mediando diálogos e em uma relação dialética ampliando e limitando possibilidades e formas de vida e de trabalho, tanto do usuário como do profissional que o atende. Se o profissional não se atenta a perceber os impactos que o encontro com o usuário lhe causa, se não há espaços para falar e elaborar estes impactos, os encontros adquirem um funcionamento “assistencialista”, com todas as limitações que este tipo de funcionamento pode trazer.

A escuta dos usuários e, também dos impactos que ele causa no profissional, é uma tarefa democrática, é um direito e uma responsabilidade na constituição e avaliação de uma política.

O psicólogo além de se colocar como analista da linguagem e do funcionamento do sujeito pode também exercer um papel importante para facilitar a participação dos usuários em instituições totalitárias. Há uma função a ser exercida relacionada à revelação da sua fala, suas denúncias, percepções, no sentido de promover redirecionamentos, questionamentos, por exemplo sobre o conceito de Crime, sobre a consideração institucional dos acontecimentos criminais. Este é antes de tudo, um papel político.

No caso de Subaco, sua história denuncia mais semelhanças do que diferenças (pensando na fala citada anteriormente de Adichie sobre as histórias únicas), ele fala sobre um engajamento criminal, um envolvimento motivacional, muito semelhante ao trabalho de um pesquisador, no sentido de “fazer o que sabe”, “o que pode”, contando com “os amigos”, com “o que se tem na mão”. As críticas que ele faz ao sistema prisional são muito comuns e não se restringem à percepção dos usuários, são compartilhadas pelos próprios funcionários, como pude escutar constantemente enquanto gestora dos CPCs em reuniões interinstitucionais.

Poucas são as experiências que tentam promover processos participativos em Segurança Pública. Há um grande campo a ser expandido neste sentido e esta é uma das conclusões deste estudo.

Cap. 6: Conclusão

“A existência é produtora da sua própria pedagogia.”
Milton Santos

Enquanto as instituições que acompanham pessoas envolvidas em situações criminais continuarem focando suas ações no fato criminal tal qual a justiça inscreve o sujeito, as mesmas estarão provavelmente fadadas à mesma ineficiência estatal, ou seja, a pouco servir ao sujeito e a justificar suas ações diante da finalidade própria, de manutenção de seu sistema.

Uma saída possível, sobretudo para a Psicologia neste contexto, é o acompanhamento do sujeito em toda sua complexidade, oferecendo ao mesmo espaços de reelaboração e reorganização de si através da escuta daqueles que apresentam sofrimentos importantes diante de seu envolvimento em situações de violência ou de risco, mas não impondo aos mesmos de reagir diante do estabelecido judicialmente. Mas, isto só será saída se as palavras e os sofrimentos do sujeito escutado não ficarem, por sua vez, isolados, fechados em quatro paredes. É preciso um ressoar destas palavras quando elas representarem resistência e vontade de mudança. Por que o psicólogo deve fazer isto? Por que o profissional da proteção social e também da segurança pública deve fazer este papel? Simplesmente porque estas palavras são ditas a ele, muitas vezes, unicamente a ele, há uma mensagem que pede passagem.

A escuta dos sujeitos se constituem como fortes motivadores de outras falas, políticas e militantes, que exponham em outros contextos institucionais e coletivos a maneira com que uma cena criminal se organiza, a partir das relações que se estabelecem e das situações que as justificam e que são muito anteriores à própria cena.

Pensar em ações de leitura compreensiva dos processos de criminalidade, enquanto leitura sobre fenômenos sociais e históricos se refere a escuta da discursividade presente nos acontecimentos criminais. Relacionar esta leitura a objetivos de prevenção pode ser válido

mas não pode ser uma condição, já que a previsibilidade de uma ação/acontecimento é de difícil apreensão.

Percebe-se, diante deste estudo, o grande perigo de concentrar ações nos “repentes”, considerando o crime como algo acidental e focalizado, dar menor importância à historização e projeção futura que poderia, por exemplo, no caso do autor da frase “o que vale nesta vida é o repente” encarar o evento como uma reação ocasional e não perceber a verdadeira injustiça econômica, o abuso de autoridade, a condição de vida massacrante daquele trabalhador, seria negar que além dele, mais de trinta pessoas respondem mensalmente pelo delito de desacato à autoridade, que “recebem” a transação penal como um benefício, sem passar pela oportunidade do julgamento, que a vítima do desacato (o policial) não precisa comparecer (para que o autor seja considerado “culpado”, aliás, não se chega a esta conclusão, pois a ele cabe o “benefício” de aceitar a transação. Difícil dizer sobre isto quando a pena alternativa é ainda uma grande evolução e poderia evitar de se somar ao aprisionamento massivo que ocorre no Brasil, mas não dizer é contribuir a pulverizar os processos de penalização. Não, o que vale nesta vida não é o repente, mas é muito importante escutar o que ele tem a nos dizer, e a sua história é sempre muito longa para os tempos institucionais, que são sempre muito curtos. É preciso ampliar e apoiar os tempos institucionais para que a escuta seja não somente longa, mas bem cuidada.

Sobre a Vulnerabilidade é preciso considerar que vivemos um momento de vulnerabilidade social e histórica, há uma perda de referenciais sem a consolidação de outros (Morin, E., Viveret, P., 2013), a instabilidade é a regra, a baixa e limitada sustentabilidade do modo de vida atual é tido como verdade. Portanto, mesmo que a vulnerabilidade seja sim um estado que conduza a uma “implosão” (Villerbu, 2003), ela não está circunscrita a uma psique, ela pode também ser compreendida como um estado social e histórico, compartilhado

por vários indivíduos e representado por marcas psíquicas, somáticas, comportamentais e afetivas, em cada um e no seu modo de fazer relações sociais.

Ler a vulnerabilidade é uma necessidade para uma melhor compreensão dos laços sociais e comunitários atuais.

Qualquer mal-adaptação representada por um crime deveria servir mais a questionar os nossos parâmetros e condições de adaptabilidade do que a rotular um sujeito ou um acontecimento. Mas como dar conta de algo tão complexo, sobretudo em uma sociedade habituada a confundir complexidade com complicação? Nos anos 70, na Itália, Falcone e Borsellino⁴² ousaram, deram, literalmente, a própria vida por esta causa, considerar um crime, no caso a Organização Mafiosa, como um fato social e não como uma ação individual inadequada, constituíram o “MaxiProcesso”, construíram um *bunker* no Fórum de Palermo para mantê-lo a salvo, mais de nove mil folhas e centenas de pessoas foram chamadas a responder, não sobre seus próprios atos, mas sobre a sua forma de envolvimento. Ainda hoje movimentos, leis, arbítrios se inspiram, mas poucos repetem a ousadia.

Talvez caiba a cada profissional negar fazer o papel de pequeno e modesto Eichmann⁴³, negar justificar suas ações pela força pouco criativa do seu papel burocrático, se questionar sobre seus afetos e permitir agir também segundo os mesmos quando se vê diante de injustiças e do sofrimento humano, ousar denunciar, revelar, mais que cumprir e responder. Além disto, assumir a complexidade da sua função, a necessidade de apoio e de acolhimento do seu próprio sofrimento. Assumir que cada profissional da Segurança Pública e Justiça brasileira faz parte de um movimento com grandes semelhanças com o Holocausto, que sustenta a ilusão de que existe uma “raça superior, que reforça e instrumentaliza a seletividade

⁴² Vários vídeos e livros contam histórias vividas pelos juízes italianos Falcone e Borsellino. No site <http://www.quotidianolegale.it/falcone-borsellino-nel-ricordo-di-gesualdo-bufalino>, estão disponíveis grande parte das entrevistas realizadas com os mesmos antes de seus assassinatos.

⁴³ Comparar o contexto nazista com o penal brasileiro atual não tem nada de descabido, como também nos mostra Rauter em “Pode o psicólogo fazer previsões de comportamento?” e em “O negativo como obstáculo a uma compreensão da violência contemporânea: criminalidade e coletivo”, e em 2011, no texto sobre o trabalho de Psicólogos na Prisão.

da composição social, que tortura, que nega graves violações, não só aos autores, mas também às vítimas (e ao par autor/vítima que está sempre em uma relação dialética de construção e desconstrução).

Dentro de uma perspectiva de promover mudanças, de prevenção à criminalidade e promoção da paz, cuidar da vítima é uma necessidade, para que se possa interferir em trajetórias de vida que vão se adensando com vivências pouco elaboradas ou que se interrompem cotidianamente por falta de cuidado público.

Este estudo vem chamar a outros, a reforçar um caminho de engajamento político do psicólogo, do cientista social e do profissional de segurança pública e das instituições de justiça.

Cuidar das cidades e dos fluxos de relações possíveis nestas, dos espaços de elaboração e de contestação das relações instituídas é outro desafio importante para pensar a Prevenção.

Poucos estudos no Brasil abordam a prevenção a criminalidade, mesmo se segurança pública está entre as principais preocupações dos brasileiros. Pensar a prevenção, o crime enquanto revelador de outros fenômenos bastante complexos em trajetórias de vida coletiva, são caminhos ainda por explorar. Este estudo espera ter reforçado uma vontade de abrir caminhos, de ampliar o campo de dispersão dos pontos de vista, de valorizar a cada um que ouse continuar a teorizar o complexo, assumindo sua complexidade para tentar descomplicá-lo.

BIBLIOGRAFIA

Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single story* [Video file]. Disponível em http://www.ted.com/playlists/77/11_must_see_ted_talks.

Batista, N. (2003). Entrevista concedida à Revista Caros Amigos. *Caros Amigos*, n. 77, agosto de 2003. Disponível parcialmente em http://www.ovp-sp.org/entrevista_nilo.htm.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Brasil. (2001). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Author.

Conselho Nacional de Justiça – Corregedoria. (2012). *Relatório de Inspeção Preventiva – Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais*. Brasília: Author. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/41600574/cnj-19-10-2012-pg-67>.

Dan, Y. (2009). *Le Bonheur selon Confucius – Petit Manuel de Sagesse Universelle*. Paris: Belfond/place des éditeurs.

Figueiredo, L. C. (1994). Fala e acontecimento em análise. In: Figueiredo, L. C. *Escutar, recordar, dizer: Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica* (pp. 149-169). São Paulo: Educ./Escuta.

Figueiredo, L. C. (1998). A questão da alteridade nos processos de subjetivação e o tema do estrangeiro. In: Koltai, C. (org.). *O Estrangeiro* (pp. 53-64). São Paulo: Escuta

Filho, O. M. (2009). *Criminalização e seleção no sistema judiciário penal* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Disponível em www.dominicopublico.gov.br.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2014). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013*. Disponível em: www.forumseguranca.org.br.

Foucault, M. (1977). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

França, F. (2004). Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), pp. 73-80.

Hirschelman, A. (2012). *Cours Magistral Psycho-criminologie et victimologie: EF 3 Master 1 De la criminologie clinique aux cliniques criminologiques*. Année 2012-2013. Université de Rennes 2. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por natpalazzo@yahoo.com.br em 30 mai 2014.

Marx, K., Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

- Masson, A. (2005). *Inscrire la transgression dans le lien, rite et reconnaissance*. Disponível em <http://www.sites.univ-rennes2.fr/icsh/>.
- Minayo, M. C., Souza, E. R. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva*, 4 (1):7-32.
- Morin, E., Viveret, P. (2013). *Como viver em tempo de crise*. 2a. ed. Bertrand Brasil.
- Morselli, E. (1997). A função da pena à luz da moderna criminologia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, no. 19. São Paulo.
- Neto, C.P. S. (2003). *A Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: Conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução da Políticas*. Disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1205505974174218181901.pdf>.
- Nucci, G. S. (2014). *Manual de Direito Penal*. iBooks, pp. 587-588. 10a. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Forense.
- Oliveira, K. B., Oliveira, G. G. (Org.). (2009). *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte: Instituto Elo.
- Pignol, P. (2005). *Qu'est-ce qu'un auteur pour une victime?*. Disponível em http://www.sites.univ-rennes2.fr/icsh/travaux_pignol.html.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Rauter, C. (2006). O Clamor pela solução penal de questões sociais. *Rev. Veredas do Direito*; 3 (5): 85-94. Belo-Horizonte, Jan-Jun 2006.
- Rauter, C. (2007) Clínica e estratégias de resistência: Perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Rev. Psicologia&Sociedade*; 19 (2): 42-47.
- Rauter, C. (2011a). Percepções da violência nas práticas dos profissionais de saúde: Famílias desestruturadas, tiroteios e outras histórias. *Passagens – Revista Internacional de História e Cultura Jurídica*, vol. 3, no. 1, pp. 99-116, enero-abril 2011. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327175006>.
- Rauter, C. (2011b). O negativo como obstáculo a uma compreensão da violência contemporânea: criminalidade e coletivo. *Cadernos de Psicanálise – CRPRJ*, vol. 33, no. 24, pp. 78-90. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.slab.uff.br/index.php/producao/8-noticias/45-cristinarautertextos>.
- Rauter, C. (n.d.a). *Entrevista com a psicóloga Cristina Rauter (CRP 05/1896)* [Web log post]. em <http://www.crp07.org.br/publicacoes/jornal/jornal29-cristina-rauter.pdf>.
- Rauter, C. (n.d.b). *Pode o psicólogo fazer previsões de comportamento?*. Disponível em http://www.crp07.org.br/gts_04.php.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rozemberg, B., Minayo, M. C. S. (2001). A experiência complexa e os olhares reducionistas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 6 (1), pp. 115-123.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record.

Secretaria de Estado de Defesa Social. (2009a) Superintendência de Prevenção à Criminalidade. (2009). *Prevenção social à criminalidade: A experiência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Author.

Secretaria de Estado de Defesa Social. (2009b). *Programa de Controle de Homicídio – Fica Vivo!*. Belo Horizonte: Author. Disponível em <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>.

Silva, M. C. P. (2003). *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP.

Silva, M. D. (2012). Pertinência e peculiaridades de uma prática: a experiência de trabalho no Programa de Controle de Homicídio – Fica Vivo!. *Responsabilidades*, vol. 1, no. 2, pp. 297-309, set. 2011/fev. 2012. Belo Horizonte.

Soares, L. E. (2012). *Arquitetura Institucional da Segurança Pública no Brasil: Três propostas de Reforma Constitucional*. Disponível em <http://www.luizeduardosoares.com/?p=997>.

Stevenson, B. (2012). *We need to talk about an injustice* [Video file]. Disponível em http://www.ted.com/talks/bryan_stevenson_we_need_to_talk_about_an_injustice.

Torraca, L. (2012). Psicologia Jurídica: Um campo em debate. *Diálogos – Psicologia: Ciência e Profissão*, 9(8), pp. 6-7.

Villerbu, L. M. (2008). *Une modélisation opératoire des trajectoires existentielles pour une approche psychocriminologique: bioscopies*. Disponível em <http://www.sites.univ-rennes>.

Villerbu, L. M. (Org). (2003). *Dangerosité et Vulnérabilité en Psychocriminologie*. Paris: L'Harmattan

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “*‘O que vale nesta vida é o repente’ – Trajetórias de vida e Acontecimentos criminais*” sob a responsabilidade dos pesquisadores Caio Cesar Souza Camargo Próchno (professor do Instituto de Pós Graduação em Psicologia da UFU) e Natália Bernardes Palazzo Buiatti (aluna do curso de Mestrado em Psicologia da UFU). Nesta pesquisa buscaremos compreender como os acontecimentos criminais passam a fazer parte da história de vida das pessoas envolvidas neste tipo de situação.

Esta pesquisa é realizada dentro do Programa de Mestrado do Instituto da Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, que se situa no Campus do bairro Umuarama, no endereço escrito ao final deste documento. Realizar o mestrado é uma forma de defender um ponto de vista com métodos e técnicas que possam validar, julgar como válido, importante e interessante um argumento, estudando teorias que abordem temas parecidos ao que se estuda e apresentando as ideias e pontos de vista para professores mais experientes e com importantes conhecimentos acumulados na sua carreira até o momento em que se defende a tese e, caso a tese for aprovada por pelo menos dois professores convidados e pelo orientador, se confere ao pesquisador o título de Mestre.

O projeto ao qual você é convidado a participar, relatando sobre a sua história para a pesquisadora Natália, vai relacionar a sua história com teorias já reconhecidas e com pontos de vista próprios da pesquisadora, tentando compreender como os acontecimentos tidos como crime influenciam na vida de algumas pessoas (como na sua), como eles se relacionam com o passado e como eles são levados em consideração para futuras decisões.

Aceitando este convite, a própria pesquisadora te apresentará e te explicará este termo, pedindo a sua assinatura a partir do seu real entendimento do que aqui está escrito. A partir de então, ela marcará com você dia, hora e local para que uma “entrevista semi-dirigida” seja feita, o que significa que ela te convidará a contar a sua história e o acontecimento criminal que você viveu em um local adequado e reservado, onde não haja outras pessoas, evitando que outros escutem o que é conversado. A pesquisa é dita “semi-dirigida” já que não haverá muitas questões, apenas algumas, que sejam necessárias para que a conversa continue dentro do tema da pesquisa e traga informações importantes para o objetivo da mesma, ou seja, entender como o acontecimento criminal marcou a sua vida. Estas entrevistas, poderão ser uma ou duas, terão a duração de uma hora a uma hora e meia. Para melhor escutar a sua fala após o encontro com a pesquisadora, as entrevistas serão gravadas e re-escutadas diversas vezes, serão transcritas (o conteúdo será escrito) e, após a conclusão da pesquisa, todas as fitas serão destruídas para evitar um uso indevido.

O risco de participação na pesquisa para você é considerado pequeno, mas não se pode dizer de pesquisas sem riscos. Neste caso, avaliamos que o risco seria de ser reconhecido o que poderia lhe colocar em exposição, lhe causar constrangimentos ou situações vergonhosas. Para evitar este tipo de situação, quando partes da sua fala for apresentada na pesquisa, algumas características suas, como nome, local de encontro, idade, sexo, serão modificadas.

Não é previsto que você tenha benefícios diretos e imediatos a partir da sua participação, como pagamentos, favorecimentos, ou outros. No entanto, apresentar o estudo de forma clara na Universidade, espaços de formação de profissionais, congressos, instituições de justiça e de segurança poderá melhorar a compreensão dos profissionais que trabalham nesta temática, melhorando também o atendimento de pessoas que já passaram por

situações consideradas como criminais. Além disso, os participantes não terão nenhum gasto ao contribuir de maneira voluntária com a pesquisa.

Mesmo você aceitando estas condições e dando início à sua participação, você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou insistência. As entrevistas, transcrições e contatos com você para fins da pesquisa serão suspensos de imediato caso você assim o deseje. Para deixar de participar será suficiente que você diga da sua vontade ao pesquisador. O fato de deixar de participar não trará nenhum prejuízo para você, nenhuma mudança no atendimento ou relacionamento com você e os Programas do Centro de Prevenção à Criminalidade, caso você seja atendido ou se relacione com os mesmos.

É importante repetir ou esclarecer que todas as informações e relatos que você apresentar durante as entrevistas fazem parte apenas deste estudo e serão utilizados exclusivamente para esta finalidade. O pesquisador se compromete a preservar o seu anonimato e não fornecer informações que digam da sua participação na pesquisa. Se você é atendido ou se relaciona com os Programas do Centro de Prevenção à Criminalidade, é importante que você saiba que esta pesquisa não faz parte de atendimentos destes programas.

Caso você tenha entendido todas estas informações e aceite participar é necessário que você assine este termo em duas vias, uma delas ficará com você e outra ficará arquivada na Universidade Federal de Uberlândia. Qualquer dúvida ou pedido você poderá entrar em contato com: Natália Bernardes Palazzo Buiatti ou com o Professor Caio César Souza Camargo Próchno no Instituto de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, no Campus Umuarama – Bloco 2C, sala 34 – Av. Pará, 1720 – Bairro Umuarama, tel 34 3218 2182, ou com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFU: Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco 2A, sala 224 – Campus Santa Mônica – Uberlândia (MG) (CEP: 38400-098) ou pelo telefone: 34 3239 4131.

Uberlândia, _____ de _____ de 20____

Assinatura do Pesquisador

Eu aceito participar do projeto acima citado, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da Pesquisa

Anexo 2 – Declaração da Instituição Co-Participante

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COORDENADORIA ESPECIAL DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, Talles Andrade de Souza, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 041282746-82, responsável legal pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade, órgão integrante da Secretaria Estadual de Defesa Social, inscrita sob o CNPJ nº 05.487.631/0001-09, situada na Cidade Administrativa, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Bairro Serra Verde, responsável pela implantação, coordenação e manutenção dos equipamentos públicos Centro de Prevenção à Criminalidade, declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “O que vale nesta vida é o repente - Trajetórias de vida e Acontecimentos criminais” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12.



Para tanto, autorizo os pesquisadores Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno” e Natália Bernardes Palazzo Buiatti a realizarem a(s) etapa(s) de entrevistas com o público atendido pelos programas de prevenção à criminalidade, desde que tenha anuência das pessoas atendidas, bem como a realizarem as entrevistas, se assim for necessário, nos espaços dos Centros de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia.

Atenciosamente,


Talles Andrade de Souza

Coordenador especial de Prevenção à Criminalidade
Secretaria de Estado de Defesa Social

Anexo 3 – Parecer Consubstanciado CEP

 UFU Comitê de Ética em Pesquisa	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: "O que vale nesta vida é o repente" - Trajetórias de vida e Acontecimentos criminais		
Pesquisador: Caio César Souza Camargo Próchno		
Área Temática:		
Versão: 2		
CAAE: 23273114.7.0000.5152		
Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 735.018		
Data da Relatoria: 06/06/2014		
Apresentação do Projeto:		
<p>Trata-se de uma dissertação de mestrado da Psicologia que irá realizar uma pesquisa qualitativa, por meio da história oral, com 4 pessoas que tenham se envolvido com algum crime, com o intuito de compreender como tal vivência impactou a sua vida, no passado, presente e futuro. Conforme resumem os pesquisadores: [A presente pesquisa abordará a relação entre acontecimentos criminais e trajetórias de vida a partir da escuta de pessoas que viveram, direta ou indiretamente, situações criminais.]</p>		
Objetivo da Pesquisa:		
Segundo os pesquisadores:		
[Objetivo Primário: Compreender maneiras de inscrição subjetiva acerca dos acontecimentos criminais e suas determinações sociais a partir de histórias de vida recontadas por pessoas que vivenciaram, direta ou indiretamente, acontecimentos deste tipo.		
Objetivo Secundário: Partindo do ponto de vista psicossocial sobre os acontecimentos criminais, identificar as maneiras de expressão das interfaces já existentes ou possíveis entre o Direito e a Psicologia, se estas interfaces trabalham (ou podem trabalhar) no sentido de uma		
Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144 UF: MG Município: UBERLÂNDIA Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 735.018

complementariedade, voltada para o benefício do sujeito e não apenas de cumprir objetivos de relacionamento inter-institucional. Identificar possíveis considerações sobre o acontecimento criminal, nas diversas práticas da Psicologia, Instituições de Justiça e de Defesa Social e do Direito e o impacto destas considerações na história de vida dos sujeitos escutados.]

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores indicam como riscos a possibilidade de identificação dos sujeitos, o que não ocorrerá, tendo em vista que o sujeitos não serão identificados e o material gravado será destruído ao final da pesquisa.

Os benefícios são indiretos, relativos à produção de conhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Segundo os pesquisadores, é esperado que com este projeto, o acontecimento criminal seja compreendido de maneira mais ampla com a contribuição da Psicologia e de parte de seu arcabouço teórico na descrição e prospecção de como tais acontecimentos se relacionam e podem se relacionar com as vivências passadas e futuras dos sujeitos envolvidos. Desta maneira pretende-se trazer para a compreensão do fenômeno criminal outros atores além dos que são comumente inscritos no rito processual jurídico e policial de um crime. É possível ainda que o estudo traga contribuições para pensar e propor maneiras de diálogo entre Psicologia e Direito que atenda sobretudo demandas diversas de sujeitos que se inserem em acontecimentos criminais em prol de uma construção ou reconstrução de trajetória de vida mais alinhada entre as normas sociais e as expectativas individuais, podendo trazer elementos de mudanças nestas duas esferas.

Tamanho da Amostra no Brasil: 4 participantes.

Apresentam Financiamento próprio.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados.

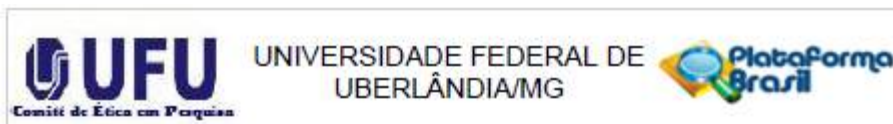
Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As Pendências apontadas no parecer 647.814 foram atendidas; cronograma foi adequado e compromisso de início da pesquisa após aprovação do CEP anexada.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 735/018

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: outubro de 2014.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

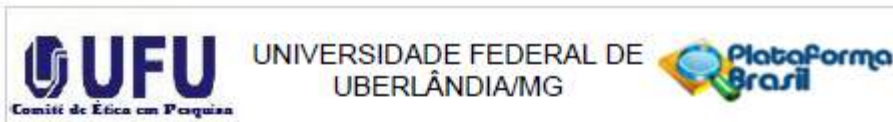
b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 735.018

grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

UBERLÂNDIA, 31 de Julho de 2014

Assinado por:
Sandra Terezinha de Farias Furtado
 (Coordenador)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br